



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GEILIANE APARECIDA SALLES TEIXEIRA

A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS

**DOURADOS/MS
2013**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GEILIANE APARECIDA SALLES TEIXEIRA

A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo dos Santos.

**DOURADOS/MS
2013**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

Teixeira, Geiliane Aparecida Salles.

A relação família-escola na perspectiva das famílias / Geiliane Aparecida Salles Teixeira. – Dourados, MS: UFGD, 2013.
109 p.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo dos Santos
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Educação. 2. Relação família-escola. 3. Família. I. Título.

GEILIANE APARECIDA SALLES TEIXEIRA

A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo dos Santos.

Dissertação avaliada pela Comissão Julgadora em __/__/__

Prof. Dr. Reinaldo dos Santos – UFGD
(orientador)

Prof. Dra. Morgana de Fátima Agostini Martins - UFGD
(Examinadora)

Prof. Dra. Altina Abadia da Silva - UFG
(Examinadora)

**DOURADOS - MS
2013**

Aos meus pais Francisco e Lourdes, pelo apoio e dedicação a mim e ao meu filho.

Ao meu filho Gustavo Henrique, minha vida.

Ao meu esposo Ademilson, sempre companheiro.

Aos meus irmãos Geiziele e Geiderson, parceiros de toda a vida.

À minha querida amiga Grazielly, pela força e carinho.

Às famílias participantes, pela confiança e colaboração.

Ao meu bom Deus, que nas horas de angústia está ao meu lado.

Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança. Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.

Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as obras que edificou em minha vida. Eu jamais teria conseguido se não fosse pela Fé.

Aos meus pais Francisco e Lourdes, obrigada pelo carinho, pelo apoio, por terem adotado meu filho durante esses dois anos, por terem sido meus olhos e meus ouvidos nos momentos em que eu não pude dar a ele a atenção necessária. Obrigada por terem apostado em mim, por não terem permitido que eu desistisse dos meus sonhos.

Ao meu esposo Ademilson, pela compreensão, pelo equilíbrio, pois, no auge da minha impaciência, você esteve pacientemente ao meu lado.

Obrigada Gustavo Henrique, meu filho amado, por ter sido um bom filho, compreensivo, carinhoso e por me dar tanto orgulho.

À minha irmã Geiziele, que não perdeu a mania de reclamar, mas que soube me apoiar e ajudar nos cuidados com meu filho.

À Sueli Santos Souza, diretora da escola Prof. José Carlos da Silva, pelo apoio, confiança e por oferecer-me a oportunidade de colocar em prática meus conhecimentos.

À professora Dra. Maria das Graças Fernandes de Amorim dos Reis, pelas contribuições no projeto inicial e por ter acreditado na minha capacidade.

À querida Cleuza Campos, que como secretária de educação me impulsionou, por meio de seus “nãos”, a transformar os obstáculos em degraus.

Aos colegas da turma do mestrado, em especial: Juliana Maria da Silva Lima, Maria do Carmo de Encarnação Costa de Souza, Ana Paula Moreira de Sousa, Marcela Guarizo, Deyvid Rizzo, por todas às vezes que me fizeram rir e acreditar que eu não era a única alienada da turma.

Em especial, à amiga Grazielly Vilhalva Silva do Nascimento, que foi mais que uma colega de turma. “Pessoa”, você me acolheu mesmo sem me conhecer, me ouviu nos momentos mais críticos dessa caminhada. Foi parceira, irmã...

Aos participantes da pesquisa que tão bem me acolheram nas visitas aos seus lares. A pesquisa foi realizada porque vocês colaboraram.

Aos colegas de trabalho, profissionais da educação, que direta ou indiretamente fizeram parte da minha vida nesses dois anos e contribuíram para que eu construísse parte da minha história.

Às professoras Dra. Marilda Moraes Garcia Bruno, Dra. Morgana de Fátima Agostini Martins, por suas contribuições e por na qualificação terem apontado muitos caminhos.

Por fim, ao meu orientador Dr. Reinaldo dos Santos, por ter me dado coragem para voar, por sabiamente me conduzir nesse processo, por ter dedicado tantos momentos em ensinar-me que a pesquisa é uma construção permanente. Obrigada por tudo!

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar como se dá a participação da família na vida escolar e sua relação com a escola, tendo como ponto de partida o discurso das famílias. Considerando que muitas pesquisas apresentam o tema, porém sempre tendo como ponto de partida as perspectivas da escola, nosso principal objetivo é dar voz às famílias e a partir de então tecer considerações sobre essa relação família-escola. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentada em teóricos como Bourdieu, Giddens, entre outros, que discutem o conceito de instituição escolar e família. Realizada no município de Naviraí, em Mato Grosso do Sul, a pesquisa apresenta dados sobre família e escola, fundamentados na pesquisa bibliográfica e documental, em dados estatísticos, além das informações obtidas por meio de questionários e entrevistas com os adultos das famílias. Os sujeitos participantes foram ouvidos e a partir de seus discursos mensuramos a relação família-escola, concluindo que se trata de uma relação bastante delicada, em que os sujeitos envolvidos necessitam rever seus papéis e assumirem efetivamente suas funções sociais. Aqui apresentamos as conclusões a que chegamos, na expectativa de que esta pesquisa contribua para que tal relação seja de parceria, tendo como único foco o ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. Relação família-escola. Família.

ABSTRACT

This research had for objective analyse how happens the involvement of the parents in school life of your children and their relationship with the school, taking as its starting point the speech of families. Considering that many studies show the theme, but always having the principal prospects of the school, our main objective is to give a voice to families and thereafter make considerations about this family-school relationship. This is a research with qualitative and quantitative approach, based in theoretical as Bourdieu, Giddens, among others, who dicuss that the concept of the educational institution and family. Done in Navirai city, Mato Grosso do Sul state, the research show presents data on families and school, based on the literature and documents, statistical data, and information obtained by means questionnaires and interviews with the parents. The participants were heard and from his speeches we measure the family-school relationship, concluding that it is a very delicate relationship, in which the individuals involved need to review their roles and assume their social functions effectively. Here we present the conclusions reached in the hope that this research will contribute to that relationship is a partnership with the sole focus of the teaching-learning process.

Keywords: Education. Family-school relationship. Parents.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro de taxa de divórcios no Brasil.....	43
Figura 2 - Gráfico de percentual de famílias cuja mulher é a referência.....	45
Figura 3 - Gráfico de arranjos familiares residentes em domicílios particulares.....	46
Figura 4 - Gráfico de distribuição das famílias brasileiras.....	46
Figura 5 - Gráfico de distribuição percentual dos arranjos familiares com parentesco, residentes em domicílios particulares, segundo o tipo Brasil - 1999/2009....	47
Figura 6 - Gráfico de distribuição percentual dos rendimentos, por origem dos rendimentos, segundo as classes de rendimento familiar <i>per capita</i> Brasil – 2009.....	48
Figura 7 - Gráfico de distribuição percentual das famílias com rendimento monetário, segundo o grau de dificuldade de chegar até o fim do mês Brasil - 2008-2009.....	48
Figura 8 - Gráfico de arranjos familiares residentes em domicílios particulares – com parentesco e sem parentesco.....	49
Figura 9 - Gráfico de arranjos familiares residentes em domicílios particulares – com outros parentes e sem parentes.....	49
Figura 10 - Gráfico de casal com filhos.....	50
Figura 11 – Gráfico de mulher sem cônjuge e com filhos.....	50
Figura 12 – Gráfico de dados sobre famílias em Naviraí, MS.....	51
Figura 13 - Imagens do município de Naviraí, MS.....	61
Figura 14 - Gráfico de número de matrículas realizadas no município de Naviraí, MS – 2009.....	64
Figura 15 - Gráfico de número de escolas em Naviraí, MS.....	64
Figura 16 - Gráfico de comparação de médias municipais – 2011.....	65
Figura 17 - Gráfico de progressão do índice de desenvolvimento da educação básica na rede municipal de ensino.....	65
Figura 18 - Gráfico de trajetória da aprovação nas escolas municipais de Naviraí, MS.	66
Figura 19 - Tabela de renda mensal dos participantes.....	69
Figura 20 - Tabela de escolaridade dos participantes da pesquisa.....	70
Figura 21 - Tabela de composição familiar dos participantes.....	70
Figura 22 - Tabela de participação na vida escolar.....	71

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	- Associação de Pais e Mestres
CIEI	- Centro Integrado de Educação Infantil
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FINAV	- Faculdades Integradas de Naviraí
GEPETIC	- Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Tecnologias da Informação
GEPEI	- Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Inclusiva
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
PNDA	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	- Plano Nacional de Educação
PROJOVEM	- Programa Nacional de inclusão de Jovens
UEMS	- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFGD	- Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UnB	- Universidade de Brasília
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - A ESCOLA CONTEMPORÂNEA E SEU PAPEL SOCIAL.....	23
1.1 A importância da escola na sociedade.....	24
1.2 Função social da escola.....	29
1.3 A escola no Brasil.....	35
1.4 Os fatores que dificultam o cumprimento do papel social da escola.....	37
CAPÍTULO II - A FAMÍLIA E A VIDA ESCOLAR DOS FILHOS.....	39
2.1 Conceito de família e o perfil da família contemporânea.....	40
2.2 Papéis da família e as dificuldades em cumprir suas funções sociais.....	51
2.3 O papel da família na relação com a escola.....	55
CAPÍTULO III - A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NA PERSPECTIVA DA FAMÍLIA.....	58
3.1 O estudo de painel e os instrumentos metodológicos da pesquisa.....	58
3.1.1 Configurando o universo da pesquisa.....	60
3.1.2 A aplicação dos instrumentos da pesquisa.....	66
3.2 Os perfis das famílias envolvidas na pesquisa.....	68
3.2.1 Como se compõem as famílias entrevistadas.....	71
3.2.2 A escola sob o ponto de vista das famílias.....	75
3.2.3 Como e quanto a família participa da vida escolar.....	79
3.2.4 O papel da escola e da família na visão dos sujeitos participantes da pesquisa.....	83
3.2.5 Os fatores que interferem na participação.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICES.....	99

INTRODUÇÃO

Em geral, a família é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, embora variem suas estruturas e funcionamento. A família tem, portanto, grande responsabilidade no processo de socialização da criança. Escola e família são importantes na formação do indivíduo. Participando do grupo é que ele aprende a fazer parte da sociedade, que constitui sua identidade.

A sociedade tem passado por diversas transformações e muitas delas têm refletido no modelo de família considerado “ideal”. Observam-se famílias em condições precárias para realizar a socialização primária, papel que lhe compete na sociedade. Assim, é possível perceber que a família tem grande influência sobre o desenvolvimento do indivíduo, e sua participação na inserção dele na sociedade é essencial. As transformações sociais exigem uma maior interação entre a família e a escola, que devem assumir seus papéis como instituições, considerando a sociedade atual e não apenas buscando o modelo ideal de socialização que está cada dia mais extinto.

As profundas transformações pelas quais a família, a escola e a interação entre elas passaram nas últimas décadas, em conjunto com o fato de que os novos perfis institucionais ainda não foram devidamente incorporados, desencadeiam uma convergência no reconhecimento de dificuldades de condições para que a escola e a família cumpram seus papéis educativos.

Atualmente, a família se apresenta na sociedade com inúmeras modificações que foram se estabelecendo ao longo da história. Com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), passou-se a ter uma visão diferenciada da família. Ao entrar em vigor, a Constituição estabeleceu a igualdade entre homem e mulher e o conceito de família integra a proteção de todos os seus integrantes.

Os caminhos percorridos permitiram observar que a estrutura familiar se encontra abalada diante de tantas mudanças na sociedade contemporânea, que incluem também os

valores institucionais da família. A falta de diálogo e interação determina o papel principal da família, oferecer valores ao indivíduo para que este viva em sociedade.

Roudinesco (2003, p. 19) distingue três grandes períodos na evolução da família:

Numa primeira fase, a família dita “tradicional” serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos são arranjados [...]. A célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal. [...] a família dita “moderna” torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVII e meados do XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento. Mas valoriza a divisão do trabalho entre os esposos [...]. A partir dos anos 1960, impõe-se a família dita “contemporânea” – ou “pós-moderna” –, que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. A transmissão da autoridade vai se tornando então cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam.

É possível observar que a autora apresenta claramente as fases de evolução da organização familiar. A família tradicional seguia padrões rígidos de comportamento e permanecia imutável sua organização. A moderna busca relações com base em sentimentos, o trabalho é dividido e os desejos realizados somente com o casamento. Na contemporaneidade o que se promove é a satisfação pessoal, a autoridade se torna um problema, pois não há mais uma figura como referência.

Pesquisando nos meios acadêmicos, encontra-se resultados de pesquisas realizadas em universidades como a Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), que abordam o tema, e a maioria é baseada em opiniões de professores e gestores. Esta pesquisa, no entanto, se diferencia das demais por apresentar a relação família-escola sob a perspectiva da família.

Ressalta-se que o foco são as famílias, pois a intenção era analisar o que pensavam sobre a escola, como e quanto elas participavam e os fatores que dificultavam essa participação, já que, de acordo com muitos professores, a participação é fator condicionante para se estabelecer uma boa relação entre família e escola.

A pesquisa foi realizada no município de Naviraí, Mato Grosso do Sul, com 15 famílias, nas mais diferentes formas de composição, com as mais variadas concepções relacionadas à participação. Embora o objetivo fosse o de ouvir os adultos da família, nesse caso incluindo também a figura masculina, todas as entrevistas foram concedidas por mães. Que fique claro que não se trata apenas de uma questão metodológica, já que se observou que na maioria das famílias, quem acompanha a vida escolar e estabelece relação com a escola são

as mães.¹ A perspectiva da família tem aqui muita importância, considerando que nossas discussões partiram da análise dos discursos desses participantes. Ouvindo os sujeitos, mensurou-se essa relação sob o ponto de vista das famílias e, com base nesses discursos, observou-se que fatores sociais, estruturais e econômicos podem até interferir na participação, mas não são elementos condicionantes, já que ela tem acontecido, respeitando-se as especificidades de cada família.

As dificuldades observadas durante minha trajetória como professora alfabetizadora na relação família e escola impulsionaram-me a fazer o mestrado. Acreditava que poderia contribuir de forma mais significativa para a educação e que somente a graduação não me permitiria formalizar essa contribuição.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, discutimos a escola como instituição contemporânea e seu papel, pontuando conceitos de instituição, a importância da escola na sociedade, sua função social, a escola no Brasil e os fatores que dificultam à escola cumprir seu papel. A escola é conceituada como instituição educacional, segundo os fundamentos de autores como Gallo (2008), Frigotto (1999), Giddens (2005), Alves e Garcia (2008), Saviani (2005a; 2006), Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), Weber (2002), Bourdieu (1998; 2007), entre outros.

Gallo (2008) corrobora apresentando ideias sobre os enigmas da educação. À medida que a sociedade foi se transformando, foram se alterando também as realidades ligadas à educação na escola. Compreender todo esse processo torna-se cada dia mais difícil, considerando a velocidade em que as mudanças se apresentam, porém necessário. Para o autor, os que se dedicam à educação precisam decifrar os enigmas apresentados pela crise nela, ou serão envolvidos por eles, tornando-se parte do sistema vigente.

A educação tem emergido nos discursos políticos acompanhando as transformações sociais, sinalizando a necessidade de mudanças no contexto escolar. O que se espera é que a educação acompanhe as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais do mundo globalizado, que exige um homem participativo, capaz de transformar e ser transformado no contexto das relações sociais. Gallo (2008, p. 16) lembra, portanto, que essa postura não é adquirida apenas na escola. O autor acredita que a postura transformadora também é adquirida na família e nas diversas instituições sociais das quais a criança participa. O contato com diversas realidades a leva a assumir determinadas posturas, formando seu caráter e

¹Entenda-se que daqui por diante, sempre que mencionar família, principalmente no caso das entrevistas compreende-se como mães, mas falando em nome da família.

personalidade. Tais afirmações nos permitem reflexões sobre o verdadeiro papel da escola na sociedade, considerando que, atualmente, muitas discussões permeiam as relações entre escola e família sobre a função do educar.

A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada, desenvolvendo, nos discentes, a capacidade de se tornarem cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Para tanto, deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede de aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender sempre e mais. Gallo (2008, p. 20), afirma que:

[...] conhecer é dominar. O processo histórico de construção das ciências modernas agiu através da divisão do mundo em fragmentos cada vez menores, de forma a poder conhecê-los e dominá-los. No desejo humano de conhecer o mundo está embutido seu desejo secreto de dominar o mundo.

Refletindo sobre as colocações do autor, percebe-se que historicamente a educação sempre foi permeada pelo desejo de controle. A escola não surgiu pela necessidade da maioria, mas para atender os desejos de poucos, que precisavam fortalecer as formas de dominação. É passível de reflexão, a noção da escola, ao se considerar que em qualquer espaço social pode se ter acesso ao conhecimento. Dessa forma, a escola que aparentemente oferece educação globalizada, ao deixar de possibilitar saberes diferentes aos interesses particulares, condizentes com as exigências contemporâneas, pode não mais atender aos anseios da sociedade.

Gallo (2008) fala sobre a importância de um currículo que vislumbre a multiplicidade do saber sem fragmentá-lo, capaz de possibilitar ao indivíduo o domínio das diferentes ferramentas de acesso aos saberes. Ao citar currículo, indubitavelmente temos que citar Bourdieu (1998), que visualiza na escola a reprodução das desigualdades sociais, quando ela define seu currículo, suas metodologias e as formas de avaliar. Acredita que, agindo assim, a escola torna-se espaço propício para as diferenças acadêmicas e cognitivas, valorizando apenas os dons individuais. De acordo com Bourdieu (1998), a educação perde o papel que lhe fora atribuído de instituição, que age para transformar e democratizar a sociedade,

assumindo o papel de instituição capaz de legitimar os privilégios sociais. Cita ainda o funcionamento da escola e sua função de conservação social:

É necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Para o sociólogo, é necessária uma total ruptura com os sistemas de ensino, cujo currículo é preparado sem considerar o contexto no qual a escola está inserida. Os conteúdos precisam atender as necessidades da clientela que a escola possui, partindo do conhecimento que os alunos já possuem e cautelosamente propondo-lhes meios de ampliar seu capital cultural. Além do currículo, Bourdieu observa também a questão da avaliação escolar. Segundo o autor, a avaliação não é uma simples verificação de aprendizagem, mas uma maneira de julgar culturalmente os alunos.

Bourdieu (1998, p. 53) ressalta:

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais.

Nessa linha de pensamento, é apresentado Frigotto (1999), que discute a educação sob a perspectiva das classes dominantes. Para o autor, a função social da educação está subordinada a atender às demandas do capital. Suas ideias nos permitem considerar que a dificuldade da escola em cumprir seu papel social se dá pelo fato de esta disponibilizar muito tempo adequando-se às transformações da sociedade contemporânea.

Bourdieu (1994) destaca a escola como uma instituição que fornece condições de ruptura, uma escola cuja revolução está presente permanentemente sem a influência dos efeitos políticos. Para o sociólogo, há de se obter acúmulo de capital científico para estar incluído no grupo dos favorecidos. Sua teoria demonstrou que a educação consiste em desmascarar o processo educativo que visa a reproduzir determinada estrutura social, influenciando os alunos a reproduzi-la inconscientemente, sem que possam ter seus próprios pensamentos, liberdade de ação e expressão.

Assim como Bourdieu (2007), Alves e Garcia (2008) acreditam que nem toda forma de conhecimento está na escola ou nela é ensinado. As autoras fazem alusão aos

conhecimentos que na escola deveriam ser ensinados, mas que são idealizados de acordo com o que seria conveniente ou não àqueles que irão aprender. Ainda de acordo com elas, a escolha privilegia aspectos que levam à manutenção da autoridade nas mãos de quem sempre a teve, servindo para formar pessoas subordinadas a ordens sociais prescritas.

Ao citar formação e valorização dos profissionais, toma-se como base o que propõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) ao ressaltar que o ensino seja ministrado com base em princípios de igualdade, liberdade, pluralismo, respeito, valorização, gestão democrática e qualidade. Interessante dizer que a realidade põe em dúvida os princípios que propõe a lei, pois o que se percebe é que a escola tem proporcionado uma educação formal, atendendo ao desejo capitalista de preparar o cidadão para o mercado de trabalho, complementando a educação que se recebe da família. Giddens (2005) cita que todos são submetidos a um processo de educação escolar formal, por meio de informações que captamos em livros, jornais, revista e televisão. Segundo o autor, o ensino formal oferecido pelas escolas assumiu papel fundamental em nosso modo de vida. Para Giddens (2005), na era moderna, a educação e as qualificações são um trampolim para oportunidades de emprego e carreiras. As escolas e as universidades desempenham atualmente o papel de preparar novas gerações de cidadãos.

Para assumir sua forma atual, a escola passou por um processo histórico, e sua constituição muito reflete da revolução industrial, no final do século XIX. Mesmo exercendo papel importante na sociedade, a escola apresenta ações limitadas baseadas nas relações de poder. Os pioneiros da Escola Nova tinham uma concepção ampla de educação e acreditavam que a educação não era apenas papel da escola, mas também da família. Mesmo não desempenhando papel principal no modo de produção capitalista, a educação sempre esteve ligada à história, determinada pelas relações econômicas, políticas, submetida e articulada ao desenvolvimento das relações sociais.

No Brasil, desde o período republicano, a educação foi colocada como fator primordial ao desenvolvimento social e econômico. Muitos governos entendiam que a solução dos problemas educacionais passava pela educação. A sociedade capitalista, ao final do século XVIII e início do século XIX, visava a uma educação que correspondesse com as transformações econômicas. Nesse cenário, surgem movimentos marcados pela crença na educação como mola propulsora à modernização da sociedade e o predomínio de ideias liberais. Os republicanos idealizavam uma escola de massas, um novo tipo de escola que atendesse aos padrões sociais da sociedade capitalista.

Essa discussão será fundamentada por ideias de Saviani (2006), que apresentará o Manifesto dos Pioneiros como o grande passo em defesa da escola pública do século XX. O texto do Manifesto dos Pioneiros fazia uma alusão à importância e gravidade do problema da educação. Referia-se à educação como base para a preparação das forças econômicas e de produção. Uma série de fatores que impediam a eficiência do ensino foi elencada por Azevedo (1958), dentre os quais: o despreparo dos professores, a desorganização administrativa, a falta de uma ação pedagógica eficiente, ensino desarticulado da vida real e das relações humanas, ausência de democracia, conteúdos desarticulados, falta de vontade política, desarticulação entre os diferentes graus de ensino, falta de continuidade nas políticas educacionais, falta de autonomia, centralismo, respeito às individualidades, falta de estímulo ao aluno, entre outros.

Acreditava-se que a Escola Nova, com seus princípios, edificaria um novo tempo e a educação seria o elemento mais importante nesse processo. Tais princípios inspiraram as reformas educacionais e a educação formaria um novo ser social capaz de realizar transformações beneficiárias a si e ao país. À escola caberia a função de desenvolver as habilidades nesse novo homem, adaptando-o para o convívio em uma sociedade democrática.

Saviani (2005a) corrobora ainda com nossa discussão, ao apresentar a ideia de que a educação pode ser considerada um fenômeno social, pois ela está relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade. Embora esteja presente no contexto histórico da sociedade, a educação se transforma, assim como se transformam o homem e a sociedade. O autor salienta que, estudando as raízes históricas da educação contemporânea, é possível perceber a estreita relação entre esta e a consciência que o homem tem de si mesmo. Essa consciência se modifica de tempos em tempos, de acordo com o modelo ideal de homem e sociedade. Tais colocações nos fazem acreditar que educação e escola se transformam, porque precisam adaptar-se para atender às necessidades da sociedade.

A função, importância e contribuição da escola na sociedade serão foco dessa discussão, pautada em contribuições de sociólogos como Pierre Bourdieu, Max Weber, entre outros, que em muito contribuirão para a reflexão do papel da escola na sociedade contemporânea. Para Weber (2002), os indivíduos se relacionam de acordo com seus interesses comuns, assim, a educação é um diferencial, já que não é distribuída igualmente aos indivíduos da sociedade, e a educação escolar é um meio de ascensão social.

No segundo capítulo, abordar-se-á a família, conceituando-a com base em estudos sociológicos e antropológicos e registrando sua historicidade. Para aprofundar a discussão, será apresentado o perfil contemporâneo de família, seus papéis e a dificuldade em cumpri-los

e seu papel na relação com a escola. Para ilustrar o que se propõe apresentar, serão utilizados gráficos com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006; 2010a; 2010b; 2011) e fotos ilustrativas.

Esse capítulo foca a família e os conceitos embasados em Giddens (2005), Brym et al. (2006), Lakatos e Marconi (1999), a relação família e escola e as dificuldades encontradas para se estabelecer parceria entre essas instituições, e são discutidas e fundamentadas nas ideias de Szymanzki (2011), a influência da participação da família na vida escolar, abordada com base nas contribuições de Bourdieu, enquanto que a discussão sobre o papel social da família é realizada com base na Constituição Federal (BRASIL, 1998) e LDB (BRASIL, 1996). Registra-se ainda, uma discussão de que a dificuldade da escola em desempenhar seu papel passa pela família. Assim, essas instituições se encontram alienadas e, para explicar o conceito de alienação, recorro a Marx.

Inicia-se com Giddens, que define a família como um grupo de pessoas que estão ligadas diretamente por laços parentais. O sociólogo aponta que os membros adultos têm como responsabilidade o cuidado pelas crianças. Nesse capítulo são apresentados outros conceitos de família citados por outros sociólogos. É oportuno dizer que, além de conceitos, ainda que de forma breve, é necessário abordar os tipos de famílias, as alterações na composição delas, os sistemas de parentesco e os valores familiares, para se compreender o quanto as mudanças afetaram essa instituição.

Bourdieu apresenta a ideia da importância da família para o bom desempenho escolar. Segundo o autor, a transmissão de capital cultural é fundamental ao desempenho escolar e as famílias privilegiadas culturalmente, que influenciam e estimulam os filhos desde a infância, contribuem para que estes obtenham melhor desempenho escolar e conseqüentemente acesso à escola, sua permanência e melhor formação. Para o sociólogo, família e escola são parceiras na transmissão do capital cultural; são estruturadas para tal e possuem uma relação interligada, ou seja, uma depende da outra.

Brym et al. (2006) apresentam a família como um agente educador cuja função é transmitir a herança cultural e social durante os primeiros anos de vida, preparando a criança para seu ingresso na sociedade. Além disso, tem a função social de proporcionar a conquista de diferentes *status*, como o étnico, o nacional, o religioso, o residencial, o de classe, o político e o educacional.

O art. 226 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “a família é a base da sociedade” (BRASIL, 1998). A LDB ressalta, em seu artigo 1º, a educação como processo formativo que se desenvolve não só nas instituições de ensino, mas também na convivência

humana, vida familiar, no trabalho, nos movimentos e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Em linhas gerais, a família contemporânea será discutida elencando as inúmeras modificações que foram se estabelecendo ao longo da história. Para Giddens (2005), o que tem identificado a família na atualidade não são o casamento nem a diferença de sexo do par ou, ainda, o envolvimento de caráter sexual. Sob o caráter da juridicidade, o elemento distintivo é a presença de um vínculo afetivo a unir as pessoas com identidade de projetos de vida e propósitos comuns, gerando comprometimento mútuo.

Nas últimas décadas, as transformações sociais atingiram diretamente o núcleo familiar e originaram novas concepções de família, que não são mais equiparadas à tradicional família patriarcal. A busca pela realização pessoal tem diminuído o número de componentes familiares e, conseqüentemente, há uma redução no tempo que os pais deveriam disponibilizar aos filhos. A família vem sofrendo influências do contexto político, econômico e cultural da sociedade na qual está inserida. Os valores vão se redefinindo e muitas vezes já não se sabe quem dita as regras dentro dos lares. Estão se constituindo novas identidades e muitas vezes o indivíduo não se dá conta dos aspectos culturais e sociais nos quais está imerso, tornando-se um sujeito alienado.

A importância da família como instituição pautada nos vínculos familiares tem-se reduzido diariamente. A família moderna é constantemente desafiada por limites imprecisos, por aspirações de consumo, devendo reconquistar, a cada dia, as razões para conviver, a consciência do bem que os membros da família têm em comum, dos bens relacionais cujo valor perdura no tempo.

Escola e família têm suas funções específicas, mas ao mesmo tempo são instituições que se complementam. Uma vez que compartilham a função de educar, ainda que utilizem metodologias diferenciadas, não é possível supor tais instituições como independentes, sem dar importância as suas correlações.

A função de educar é divergente entre família e escola, já que a primeira se encarrega da tarefa de socialização do indivíduo, ensinando-o valores e comportamentos passíveis de aceitação pela sociedade, enquanto que a segunda é responsável por oferecer conhecimentos sociais de acordo com o contexto social vigente e preparar o indivíduo para conviver nesse meio. Entendemos, assim, que escola e família apresentam características comuns ao desempenharem a tarefa de formar o indivíduo para viver em sociedade, mas, ao mesmo tempo, são instituições com pontos divergentes, pois os objetivos da tarefa de ensinar são totalmente distintos, embora muitos não tenham consciência dessa diferença.

Entretanto, o que se tem percebido é que tanto uma instituição quanto a outra, mesmo com seus papéis sociais delimitados, comumente delegam a outra seu papel. Tais ocorrências estão sobrecarregando essas instituições, o que dificulta o desempenho de sua função original.

O terceiro e último capítulo traz a relação escola/família na perspectiva das famílias. É o momento em que é apresentado o processo metodológico da pesquisa que constituiu o estudo de painel, e onde o universo da pesquisa é configurado, apresentando dados sobre o município de Naviraí, Mato Grosso do Sul, discorre-se sobre como foram aplicados os instrumentos de pesquisa, apresenta-se os perfis das famílias envolvidas e finalizamos com a análise das entrevistas. O capítulo objetiva apresentar, passo a passo, a metodologia utilizada na pesquisa, os dados coletados pela pesquisadora, a análise deles, bem como as considerações sobre a influência da (não) participação da família na vida escolar. A metodologia consiste no estudo de painel e será fundamentada por autores como Babbie (1999) e Santos, M. (2008).

Babbie (1999) mostra que o ponto forte do estudo de painel é a capacidade de examinar os mesmos respondentes em diferentes ocasiões. Santos, M. (2008) define que a metodologia de painel consiste no acompanhamento de um ou mais grupos, por meio de observação, questionários, entrevistas e coleta de dados.

Ainda nesse capítulo serão apresentados os dados da pesquisa, coletados por meio de questionários, entrevistas, observações e, ao final, as considerações sobre a pesquisa e os resultados obtidos.

Considera-se que este trabalho é apenas um passo para discussões futuras com base na relação escola/família, pois estudos mais aprofundados poderão agregar a esse estudo informações de grande valia ao entendimento da participação familiar.

CAPÍTULO I

A ESCOLA CONTEMPORÂNEA E SEU PAPEL SOCIAL

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado. (Rubem Alves).

Não é possível falar de instituição escolar sem apresentar a definição para instituição social, já que seus conceitos se correlacionam.

A sociologia conceitua instituição social, como elementos básicos da organização social, um conjunto de ideias, crenças e ações resultantes do consenso e impostas pela sociedade aos seus membros [...] (PANSANI, 2009, p. 82). No dicionário “Aurélio” (FERREIRA, 2004, p.1113), instituição é definida como “[...]. 3. Associação ou organização de caráter social, religioso, filantrópico, etc.”. A enciclopédia livre Wikipédia (2013b) destaca as instituições como controladoras do funcionamento da sociedade. Enfatizam que elas são organizadas com base em regras, normas e têm como objetivo tornar o indivíduo membro da sociedade.

Saviani (2005b, p. 28) utiliza das contribuições de Torrinha (1945) e apresenta a palavra “instituição” como oriunda do latim *instituto, onis*. De acordo com o autor, a palavra pode ser agrupada em quatro sentidos: 1. Disposição, plano, arranjo. 2. Instrução, ensino, educação. 3. Criação, formação. 4. Método, sistema, escola, seita. Doutrina.

É possível observar que vários sentidos da palavra instituição estão ligados à educação.

As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem. (SAVIANI, 2005b, p. 28).

De acordo com Saviani (2005b), as instituições educativas apresentam educação secundária, e, por isso, a escola não detém o monopólio da educação. Esta pode ser constatada em diversas instituições que de algum modo cuidam da educação, como igrejas, sindicatos, associações, entre outros.

Se até então a educação acontecia de forma espontânea na família como ação primária, aos poucos esta foi se institucionalizando dando origem à escola, como afirma Saviani (2005b, p. 31):

Vê-se, pois, que já na origem da instituição educativa ela recebeu o nome de escola. Desde a Antiguidade a escola foi se depurando, se complexificando, se alargando até atingir, na Contemporaneidade, a condição de forma principal e dominante de educação, convertendo-se em parâmetro e referência para se aferir todas as demais formas de educação.

A escola atual tem sido alvo de diversas discussões, pois, com as transformações sociais, surge a dúvida se ela tem correspondido aos anseios da sociedade contemporânea. Os impactos dessas transformações dificultam para a escola assegurar ensino de qualidade, capaz de atender às necessidades da sociedade e preparar o indivíduo culturalmente para atuar em seu meio. Dessa forma, percebe-se que a escola tem se esforçado para acompanhar o processo de transformação, mas aos poucos perde sua identidade e deixa de realizar sua função social.

Dentre as transformações que causam impacto na escola, destacamos as configurações da família contemporânea, que, talvez por alienação, tem perdido sua identidade diante de uma sociedade capitalista que agrega pouco valor aos conceitos de cultura e respeito, delegando à escola, funções culturais essencialmente de sua responsabilidade.

O que se pretende apresentar neste capítulo são as formas como a escola tem se configurado na sociedade atual, brevemente apresentando sua evolução histórica, e relacionando tais discussões com as dificuldades que a escola tem enfrentado para cumprir seu papel social.

1.1 A importância da escola na sociedade

Atualmente, muito se tem discutido sobre as mudanças ocorridas no âmbito escolar. À medida que a sociedade foi se transformando, foram se alterando também as realidades

ligadas à educação na escola. Compreender todo esse processo torna-se cada dia mais difícil, considerando a velocidade em que as mudanças se apresentam, porém necessário.

Corroborando com essa ideia, Gallo (2008, p. 15), se referindo aos que se dedicam à educação:

[...] Ou deciframos o enigma que o monstro nos coloca ou somos devorados por ele. No processo educativo, ser devorado é passar a fazer parte do sistema educacional vigente, tornar-se mais uma engrenagem dessa máquina social, reproduzindo-a a todo instante em nossos fazeres cotidianos. A condição de não ser mais uma engrenagem é sermos capazes de decifrar os enigmas que a crise na educação nos apresenta, conseguindo superar esse momento de rupturas.

A educação tem emergido nos discursos políticos acompanhando as transformações sociais, sinalizando a necessidade de mudanças no contexto escolar. O que se espera é que a educação acompanhe as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais do mundo globalizado, que exige um homem participativo, capaz de transformar e ser transformado no contexto das relações sociais. Gallo (2008, p. 16) lembra, portanto, que essa postura não é adquirida apenas na escola. O autor acredita que a postura transformadora também é adquirida na família e nas diversas instituições sociais das quais a criança participa. O contato com diversas realidades a leva a assumir determinadas posturas, formando seu caráter e personalidade. Tais afirmações permitem reflexões sobre o verdadeiro papel da escola na sociedade, considerando que, atualmente, muitas discussões permeiam as relações entre escola e família sobre a função do educar.

Todo o grupo, para sua sobrevivência, necessita que as novas gerações tenham acesso a conhecimentos, normas, valores, ideias, ideologias, procedimentos, tradições, herança cultural. Isto pode acontecer na família, na comunidade, na religião. Essa transmissão pode acontecer de maneira formal ou informal. Formal é o conhecimento transmitido pela escola e informal se refere ao conhecimento que o indivíduo adquire por meio do seu convívio social.

A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada, e desenvolvendo nos discentes a capacidade de se tornarem cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

Diante de tantos desafios perante as mudanças e exigências da sociedade, a escola tem recebido muitas críticas relacionadas aos resultados que vêm apresentando e ainda sobre a eficácia de suas ações na sociedade. As expectativas relacionadas à educação deturpam a

visão da verdadeira função social da escola, e, ainda, que se esforce para acompanhar as mudanças, os resultados nunca são satisfatórios do ponto de vista da sociedade atual.

Há uma preocupação com ensino de qualidade mais do que com educação de qualidade. Ensino e educação são conceitos diferentes. No ensino organiza-se uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a compreender áreas específicas do conhecimento (ciências, história, matemática). Na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. Educar é ajudar a integrar todas as dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional e profissional que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos. (MORAN, 2000, p. 12).

Eis o grande desafio da escola, fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, no qual a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber, com descobertas de forma prazerosa e funcional, conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p.117):

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove para todo o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

A escola deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado para o futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender sempre mais. Gallo (2008, p. 20) afirma que:

[...] conhecer é dominar. O processo histórico de construção das ciências modernas agiu através da divisão do mundo em fragmentos cada vez menores, de forma a poder conhecê-los e dominá-los. No desejo humano de conhecer o mundo está embutido seu desejo secreto de dominar o mundo.

Refletindo sobre as colocações do autor, percebe-se que, historicamente, a educação sempre foi permeada pelo desejo de controle. A escola não surgiu pela necessidade da maioria, mas para atender aos desejos de poucos, que precisavam fortalecer as formas de dominação. É passível de reflexão, a noção da escola, ao se considerar que em qualquer espaço social pode se ter acesso ao conhecimento. Dessa forma, a escola que aparentemente oferece educação globalizada, ao deixar de possibilitar saberes diferentes aos interesses particulares, condizentes com as exigências contemporâneas, pode não mais atender aos anseios da sociedade.

Emir Sader (apud MÉSZÁROS, 2005, p. 15) corrobora ao escrever que:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista [...] Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.

O autor do texto se refere ainda à discussão sobre falhas no sistema educacional, expondo a facilidade em explicar as informações, mas a incapacidade de as pessoas em interpretá-las.

A diferença entre explicar e entender pode dar conta da diferença entre acumulação de conhecimentos e compreensão do mundo. Explicar é reproduzir o discurso midiático, entender é desalienar-se, é decifrar, antes de tudo, o mistério da mercadoria, é ir para além do capital. (SADER apud MÉSZÁROS, 2005, p. 18).

Tal colocação permite pontuar que o sistema educacional, apesar das tentativas em melhorar a qualidade, tem priorizado o “explicar”, alienando uma quantidade cada vez mais expressiva de sujeitos que não são capazes de decifrar o enigma da educação e, portanto, não conseguem acumular conhecimento suficiente para se tornarem cidadãos desalienados.

Nem toda a forma de conhecimento está na escola ou nela é ensinado. Conforme Alves e Garcia (2008, p. 69), isso acontece porque a escolha dos conhecimentos que na escola deveriam ser ensinados foi realizada de acordo com o que seria conveniente ou não aos que iriam aprender. Ainda as autoras, a escolha privilegiava aspectos que levassem à manutenção da autoridade nas mãos de quem sempre a teve, servindo para formar pessoas subordinadas a ordens sociais prescritas.

A LDB propõe que o ensino seja ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996).

Até que ponto se recebe na escola uma educação com base nos princípios que propõe a lei? A escola tem proporcionado uma educação formal, atendendo ao desejo capitalista de

preparar o cidadão para o mercado de trabalho; é um complemento à educação que se recebe da família. Giddens (2005, p. 396) afirma que:

Após a infância, nossa vida passa a ser influenciada em todas as idades, pelas informações que captamos por meio de livros, jornais, revistas e da televisão. Todos nós nos submetemos a um processo de educação escolar formal. A palavra impressa e a comunicação eletrônica, combinadas com o ensino formal oferecido pelas escolas e faculdades, assumiram o papel fundamental em nosso modo de vida.

O autor salienta ainda que, na era moderna, a educação e as qualificações são um trampolim para oportunidades de emprego e carreiras. As escolas e as universidades desempenham atualmente o papel de preparar novas gerações de cidadãos.

Gallo (2008, p. 33) complementa a ideia do papel da escola na sociedade contemporânea ao expor:

Não podemos, porém, perder de nosso horizonte que a utopia que nos guia é algo bem maior: a criação de uma concepção de saber que vislumbre a multiplicidade sem a fragmentação; um currículo e uma escola na qual as crianças possam aprender sobre o mundo em que vivem, um mundo múltiplo e cheio de surpresas, e possam dominar as diferentes ferramentas que permitam seu acesso aos saberes possibilitados por esse mundo, e possam aprender a relacionar-se com os outros e com o mundo em liberdade.

Para assumir sua forma atual, a escola passou por um processo histórico, e sua constituição muito reflete da revolução industrial, no final do século XIX. Mesmo exercendo papel importante na sociedade, a escola apresenta ações limitadas diante da sociedade baseada nas relações de poder. Os republicanos, inspirados por ideias educacionais positivistas, acreditavam na educação para o progresso, por esse motivo, estava sempre presente nos discursos políticos.

Os pioneiros da Escola Nova tinham uma concepção ampla de educação e acreditavam que esta não era apenas papel da escola, mas também da família. Mesmo não desempenhando papel principal no modo de produção capitalista, a educação sempre esteve ligada à história, determinada pelas relações econômicas, políticas, submetida e articulada ao desenvolvimento das relações sociais.

Educação engloba os processos de ensinar e aprender. É um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade. Enquanto processo de sociabilização, a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade. Nesse sentido, educação coincide com os conceitos de socialização e endoculturação, mas não se resume a estes. (WIKIPÉDIA, 2013a).

A educação pode ser considerada um fenômeno social, pois está relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade. Embora esteja presente no contexto histórico da sociedade, ela se transforma, assim como se transforma o homem e a sociedade.

Corroborar com essa ideia, Saviani (2005a, p. 55), ao afirmar que:

O estudo das raízes históricas da educação contemporânea nos mostra a estreita relação entre a mesma e a consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que se modifica de época para época, de lugar para lugar, de acordo com um modelo ideal de homem e de sociedade.

Encontra-se no Dicionário Michaelis (2009), a seguinte definição para educação: “1 Ato ou efeito de educar. 2 Aperfeiçoamento das faculdades físicas intelectuais e morais do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino. 3 [...]. 4 Formação consciente das novas gerações segundo os ideais de cultura de cada povo”.

A partir dessas definições, percebe-se que, assim como a educação, a escola também se transforma, e isto acontece porque precisa adaptar-se para atender às necessidades da sociedade.

As transformações sociais trazem novos desafios à educação no século XXI, principalmente no que se refere à qualidade de ensino. Apesar de ser direito de todos e necessidade social, a educação com qualidade se restringe a poucos. O acesso em massa às instituições de ensino acompanha as mudanças. Por motivos diversificados, a população tem se empenhado em permanecer na escola, principalmente os grupos que anteriormente não tinham acesso à educação e que, atualmente, com as exigências do mercado de trabalho, buscam qualificar-se pelos estudos.

Para atender as novas necessidades da sociedade, a escola tem tentado se reestruturar para transmitir o conhecimento sistematizado que atenda às exigências dessa sociedade em constante evolução. Mais do que se adaptar às constantes mudanças, a escola precisa dedicar-se para acompanhar a evolução, oferecendo ensino de qualidade e conhecimento que promova a interação.

1.2 Função social da escola

Objeto de inúmeras pesquisas, a escola sempre esteve na pauta de discussões sobre sua importância para a sociedade, considerando que essa instituição tem influência na formação dos indivíduos e nas suas relações sociais.

Na sociedade contemporânea, é fundamental que os indivíduos tenham recebido educação formal para estarem inseridos no mercado de trabalho. Assim, o papel social da escola de preparo técnico está cada vez mais evidente, e a adaptação às novas regras, cada dia mais necessária.

Para o sociólogo Weber (2002), os indivíduos se relacionam de acordo com seus interesses comuns, assim, a educação é um diferencial, já que não é distribuída igualmente aos indivíduos da sociedade, e a educação escolar é um meio de ascensão social. Parafraseando Vilela (2001, p. 90), os sistemas escolares e as práticas sociais, no interior destes, desenvolvem um processo de imposição dos caracteres dos grupos sociais e do poder estabelecido.

De acordo com a concepção de Weber (2002), o que afetou e continua afetando a educação em nossa sociedade é a racionalização e a burocratização. O sociólogo se preocupava com o que é específico do mundo ocidental moderno, “a presença de um capitalismo organizado em moldes racionais e a racionalização da conduta em todas as esferas da existência humana” (COHN, 2004, p. 15).

Em sua concepção, uma característica do processo de racionalização é o processo de burocratização. A burocracia é racional, permeada por regras, impessoalidade, hierarquia, cada vez mais presente na administração pública, nas empresas capitalistas, nos partidos políticos. Rodrigues (2007, p. 65) corrobora afirmando:

A racionalização e a burocratização alteraram radicalmente os modos de educar. E alteraram também o status, o reconhecimento e o acesso a bens materiais por parte dos indivíduos que se submetem à educação sistemática. Educar no sentido da racionalização passou a ser fundamental para o Estado, porque ele precisa de um direito racional e de uma burocracia montada nos moldes racionais.

Dessa forma, a escola forma homens racionais preparados para viver em uma sociedade cujo principal objetivo é a aquisição do poder, oferece uma educação com perspectiva de dominação. Parafraseando Rodrigues (2000, p. 75) em leitura às ideias de Weber sobre educação, encontramos que “a educação é o modo pelo qual os homens são preparados para exercer as funções que a transformação causada pela racionalização da vida lhes colocou à disposição”.

Bourdieu foi um dos primeiros sociólogos europeus com análise voltada à sociologia da educação e da cultura que marcaram gerações de intelectuais e de grande notoriedade nacional e internacional. Dedicou-se à pesquisa das sociedades contemporâneas e das relações

sociais que mantêm os diferentes grupos sociais, tendo o sistema de ensino como instituição que permite a reprodução da cultura dominante.

Um dos objetivos da Sociologia da Educação de Bourdieu é a de que os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas atores socialmente constituídos que trazem, em larga medida incorporada, uma bagagem social e cultural diferenciada e mais ou menos rentável no mercado escolar. O grau variado de sucesso alcançado pelos alunos ao longo de seus percursos escolares não poderia ser explicado por seus dons pessoais relacionados a sua constituição biológica ou psicológica particular, mas por sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares.

Bourdieu destaca uma instituição que fornece condições de ruptura, uma escola em que a revolução esteja presente permanentemente sem a influência dos efeitos políticos. É nesse momento que o autor cita o capital científico, pois, para haver uma revolução, há de se obter acúmulo de capital científico para estar incluído no grupo dos favorecidos.

Com um pensamento construtivista estruturalista, Bourdieu admitia que houvesse no mundo estruturas objetivas que pudessem dirigir a ação do indivíduo, chamados agentes. Tais ordens são construídas socialmente, como os esquemas de ação e pensamento, chamados de *habitus*. A noção de *habitus* refere-se à incorporação de uma determinada estrutura social pelos indivíduos, influenciando seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se inclina a confirmá-la e reproduzi-la, mesmo que nem sempre de modo consciente. Se ele for constituído ao longo da vida do indivíduo, será uma estrutura sempre atualizada perante as ações práticas e as novas situações que o indivíduo venha a vivenciar.

O que é importante destacar é a análise de como os agentes incorporam a estrutura ao mesmo tempo em que a reproduzem e reconhecem. Então se pode dizer que ele dialoga com o naturalismo, ao mesmo tempo em que pensa qual espécie de liberdade os agentes detêm. Bourdieu empreendeu uma investigação sociológica do conhecimento que detectou um jogo de dominação e reprodução de valores. Propôs nos anos de 1960, um novo modo de interpretação da escola e da educação, capaz de apontar a forte relação entre desempenho escolar e origem social, que se transformaram em elementos de sustentação de uma nova teoria, além de propor novas teses visando à igualdade de oportunidades e justiça social.

O autor visualiza na escola a reprodução das desigualdades sociais, quando ela define seu currículo, suas metodologias e as formas de avaliar. Acredita que, agindo assim, a escola torna-se espaço propício para as diferenças acadêmicas e cognitivas, valorizando apenas os dons individuais. De acordo com Bourdieu, a educação perde o papel que lhe fora atribuído de

instituição que age para transformar e democratizar a sociedade, assumindo o papel de instituição capaz de legitimar os privilégios sociais. Ressalta ainda o funcionamento da escola e sua função de conservação social, dizendo que:

É necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Vale destacar que Bourdieu criou o conceito da violência simbólica, que pode ser praticada por diferentes instituições da sociedade, como o Estado, a mídia, a escola. A violência simbólica é estabelecida a partir do momento em que se organizam, segundo uma ordem hierárquica, os cargos na escola, pois assim a mensagem transmitida não é natural. Por meio da educação, o aluno pode distinguir se está sendo vítima de uma violência simbólica. Esta pode ser um processo irreversível, cabendo à escola desfazer a imagem de autoritarismo e demonstrar ao aluno que o espaço escolar pode ser um aliado as suas limitações e que, além de institucionalizar o conhecimento, também está à disposição para escutar e compreendê-lo.

Portanto, é necessária uma total ruptura com os sistemas de ensino, cujo currículo é preparado sem considerar o contexto no qual a escola está inserida. Os conteúdos precisam atender as necessidades da clientela que a escola possui, partindo do conhecimento que os alunos já possuem e cautelosamente propondo-lhes meios de ampliar seu capital cultural. Além do currículo, Bourdieu observa também a questão da avaliação escolar. Segundo o autor, a avaliação não é uma simples verificação de aprendizagem, mas uma maneira de julgar culturalmente os alunos.

Bourdieu (1998, p. 53) ressalta:

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais.

Segundo sua teoria, o estilo da fala, da escrita, o comportamento, a curiosidade intelectual, o interesse e a disciplina, tão cobrados pela escola, só serão plenamente contemplados quando a família socializar o indivíduo ensinando-lhe esses valores. Destacamos, mais uma vez, a importância da família para a atuação do indivíduo no meio cultural, social e escolar. É fundamental que os pais formulem estratégias para orientar os

filhos em sua trajetória. Constitui-se no papel do capital social como instrumento para acumulação de capital cultural.

Ao relacionar o capital cultural com a educação, é possível dizer que, a partir dos sucessos e insucessos vividos pelos indivíduos no meio escolar, as famílias passam a se adaptar, ainda que inconscientemente, e dependendo do grupo social do qual façam parte, investirão mais ou menos esforço, dedicação e até mesmo recurso financeiro, se perceberem que há probabilidade de êxito.

Bourdieu (1998, p. 53, grifo do autor) observa que:

O grau de investimento na carreira escolar está relacionado ao retorno provável, intuitivamente estimado, que se pode obter com o título escolar, não apenas no mercado de trabalho, mas, também, nos diferentes mercados simbólicos, como o matrimonial, por exemplo. Esse retorno, ou seja, o valor do título escolar nos diversos mercados variaria, basicamente, em função de sua maior ou menor oferta. Quanto “mais fácil o acesso a um título escolar, maior a tendência a sua desvalorização (inflação de títulos)”.

A partir de Bourdieu, tornou-se praticamente impossível analisar as desigualdades escolares, simplesmente, como frutos das diferenças naturais entre os indivíduos. Apesar de exercerem forte influência nos ambientes pedagógicos nas décadas de 1970 e 1980, suas pesquisas foram muito criticadas pelo exagero pessimista de sua visão sobre a escola. Muitos autores demonstraram que nem sempre as desigualdades sociais se reproduzem na escola, entretanto, as conclusões de Bourdieu não foram contestadas por nenhum deles.

As contribuições de Bourdieu foram significativas para a sociologia da educação. O teórico nos forneceu elementos para analisar as relações estabelecidas entre a escola e a família. Fica evidente em sua teoria o papel fundamental desempenhado pela família, que quando bem-posicionado, influencia na concepção de valores, no desempenho escolar, na formação e visão de mundo constituída pelo indivíduo.

Demonstrou que a educação consiste em desmascarar o processo educativo que visa a reproduzir determinada estrutura social, influenciando os alunos a reproduzi-la inconscientemente, sem que possam ter seus próprios pensamentos, liberdade de ação e expressão. Apesar de toda a contribuição, pouco mudou no sistema escolar, que continua fortalecendo as desigualdades sociais, em um processo de exclusão aos menos favorecidos pelo acúmulo de capital cultural.

É necessária uma ação conjunta para que haja transformações. A começar pelas políticas públicas educacionais, que garantem igualdade e direitos a todos apenas no papel. O acesso é livre, porém a permanência é complicada.

Os estudos de Bourdieu contribuíram para transformar a interpretação sociológica relacionada à educação predominante até meados do século XX. Até então, estudos apontavam a escola como instituição neutra. Segundo Nogueira e Romanelli (2000, p. 12), acreditava-se que, supostamente por intermédio da escola pública e gratuita, o problema com o acesso seria resolvido e o princípio de igualdade de oportunidades entre os cidadãos estaria garantido.

Atualmente, os índices de aprendizado fomentam ainda mais as discussões sobre a escola pública, o que aponta as preocupações referentes ao papel da escola. A ampliação do acesso à escola não garante o sucesso escolar de muitos alunos, pois diversos fatores, como precariedade do espaço escolar, falta de equipamentos e materiais didáticos, desvalorização e má formação de profissionais da educação e pouca flexibilidade curricular, dificultam a oferta de ensino com qualidade. Aliados a tais fatores, ressaltam-se os problemas com indisciplina e a descrença no ensino escolar, além da influência da família que, por sua vez, está totalmente desorientada em meio à intensa mudança nas estruturas sociais.

A escola tem papel importante diante dessa sociedade democrática, na qual o princípio básico de organização escolar deve ser uma gestão democrática, voltada para os interesses reais, cujo currículo flexível contribui para a formação de um cidadão atuante, comprometido e participativo.

Inoue (1999, p.77) salienta que:

A escola precisa ter argumentos para defender sua proposta, é importante que os pais conheçam os princípios da escola, sua forma de trabalhar, deve abrir espaço para apresentar seu projeto educativo aos pais e a comunidade [...] deve oferecer a eles a possibilidade de refletir questões, discuti-las, encontrar alternativas e se sentirem corresponsáveis pelos caminhos e decisões tomadas.

Vale ressaltar que a educação deve acontecer de forma participativa e por meio de uma relação de interdependência entre escola e família. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, v. 8, p. 25), a escola não muda a sociedade, mas ao partilhar seu projeto com segmentos sociais que partilhem dos mesmos princípios democráticos de forma articulada, pode tornar-se um espaço de transformação.

Importante dizer que embora o sistema educacional persista em difundir a alienação, esse processo só terá continuidade se a escola insistir em se esquivar de sua responsabilidade social e mantiver um ensino com base em valores da classe dominante.

1.3 A escola no Brasil

Desde o período republicano, a educação foi colocada como fator primordial ao desenvolvimento social e econômico. Muitos governos entendiam que a solução dos problemas educacionais passava pela educação. A criação do Ministério da Educação e Saúde, após a Revolução de 1930, fez com que a escola pública se tornasse uma questão nacional; destaque para a descentralização no campo educacional. Os Estados ficam responsáveis por legislar e organizar sua rede de ensino, enquanto que à União competia a função de criar e controlar a educação superior em todo o país.

A sociedade capitalista ao final do século XVIII e início do século XIX visava a uma educação que correspondesse às transformações econômicas. Nesse cenário, a criação da Escola Nova, de acordo com Hilsdorf (2003, p. 83), “seria a pedagogia adequada porque proporcionava práticas de higienização, racionalização e nacionalização”. Surgem movimentos marcados pela crença na educação como mola propulsora à modernização da sociedade e o predomínio de ideias liberais. Os republicanos idealizavam uma escola de massa, um novo tipo de escola que atendesse aos padrões sociais da sociedade capitalista.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade. (MÉSZÁROS, 2005, p. 35)

O ensino institucionalizado no início da sociedade capitalista era uma forma de dominação, de imposição e subordinação. Manter as crianças na escola privilegiava a relação de poder, que muitas vezes eram ensinadas com atos de brutalidade e violência.

Com a industrialização, surge a necessidade de uma escola que tivesse como componentes fundamentais os cuidados com o corpo, a disciplina e a higiene. A educação escolar tornou-se, assim, uma educação voltada à formação do futuro operário, e a escola um espaço para aprender, uma instituição privilegiada de ensino. Ao final do século XIX, a profissão de professor é valorizada e era visto com bons olhos pela sociedade.

A escola surge como um antídoto à ignorância [...]. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. [...]. A escola organiza-se como uma agência centrada no professor. [...]. O essencial era contar com um professor razoavelmente bem preparado. (SAVIANI, 2009, p. 5-6).

O momento exigia uma organização do sistema nacional de ensino, para que a escola pudesse atender a escolarização em massa. Segundo Saviani (2009, p. 5), a organização do sistema nacional de ensino foi inspirada no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado. Possibilitar educação a todos era interesse da nova classe que detinha o poder: a burguesia. Acreditava-se que o indivíduo esclarecido deixaria de ser súdito, tornando-se cidadão e que isso só seria possível por meio do ensino.

Advogar escola para todos correspondia ao interesse da burguesia porque era importante uma ordem democrática consolidada e correspondia também ao interesse do operariado, do proletariado, porque para ele era importante participar do processo político, participar das decisões. (SAVIANI, 2009, p. 48).

Entretanto, surgem as contradições de interesses camufladas sobre esse objetivo comum. As camadas dominadas, ao participarem das eleições, não votavam de acordo com as perspectivas das camadas dominantes. Ao defender o direito à educação para todos, a burguesia previa que o povo instruído saberia escolher os melhores governantes, mas ele escolhia o que era melhor aos seus propósitos e não os melhores do ponto de vista dominante.

Ressalta-se, assim como Hilsdorf (2005), que, apesar da escola pública ter como projeto a educação da grande massa, o ensino não era oferecido a toda a sociedade. Foram integrados à escola pública, aqueles que pertenciam aos setores ligados ao trabalho urbano, excluindo-se uma grande parcela da população. Como não estava atendendo as perspectivas dominantes, o raciocínio foi o de que a escola não estava funcionando bem. Era preciso reformar a escola, pois não adiantava oferecer educação a todos se esta impossibilitava a dominação. “E surgiu a Escola Nova, que tornou possível, ao mesmo tempo, o aprimoramento do ensino destinado às elites e o rebaixamento do nível de ensino destinado às camadas populares” (SAVIANI, 2009, p. 48).

As reivindicações pelo espaço escolar têm como documento base o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, cujo principal objetivo era a reorganização educacional. Para Saviani o Manifesto foi um grande passo em defesa da escola pública do século XX. O autor se posiciona dizendo:

O Manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político, como é o próprio, aliás, desse “gênero literário”. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país [...]. Pode, pois, ser considerado um importante legado que nos é deixado pelo século XX. É um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país. (2006, p. 34-35)

O texto do Manifesto dos Pioneiros fazia uma alusão à importância e gravidade do problema da educação. Referia-se à educação como base para a preparação das forças econômicas e de produção. Uma série de fatores que impediam a eficiência do ensino foi elencada por Azevedo (1958), dentre os quais: o despreparo dos professores, a desorganização administrativa, a falta de uma ação pedagógica eficiente, o ensino desarticulado da vida real e das relações humanas, a ausência de democracia, os conteúdos desarticulados, a falta de vontade política, a desarticulação entre os diferentes graus de ensino, a falta de continuidade nas políticas educacionais, de autonomia, centralismo, de respeito às individualidades, de estímulo ao aluno, entre outros.

Acreditava-se que a Escola Nova com seus princípios edificaria um novo tempo e a educação seria o elemento mais importante nesse processo. Tais princípios inspiraram as reformas educacionais. A educação formaria um novo ser social capaz de realizar transformações beneficiárias a si e ao país. À escola caberia a função de desenvolver as habilidades nesse novo homem, adaptando-o para o convívio em uma sociedade democrática.

1.4 Os fatores que dificultam o cumprimento do papel social da escola

Como mediação para a apropriação histórica da herança cultural a que supostamente têm direito os cidadãos, o fim último da educação é favorecer uma vida com maior satisfação individual e melhor convivência social. A educação, como parte da vida, é principalmente aprender a viver com a maior plenitude que a história possibilita. Por ela se toma contato com o belo, com o justo e com o verdadeiro, aprende-se a compreendê-los, a admirá-los, a valorizá-los e a concorrer para sua construção histórica, ou seja, é pela educação que se prepara para o usufruto (e novas produções) dos bens espirituais e materiais. (PARO, 2001, p 37-38).

Como já foi discutido anteriormente, está cada dia mais evidente o papel da escola em preparar tecnicamente os indivíduos. Entretanto, para que isso aconteça, a escola precisa também se adaptar às novas exigências sociais, o que dificulta seu trabalho. É imprescindível estar preparada para formar um cidadão completo, que não tenha apenas conhecimento técnico, mas que seja capaz de não se deixar alienar-se pelas mudanças sociais. Diante disso, não há como continuar propagando conhecimentos descontextualizados da realidade social.

Discussões apresentam a escola como incapaz de cumprir com suas funções sociais, mas se esquecem de que ela apresenta dificuldades por não ser uma instituição isolada da sociedade vigente. As dificuldades em acompanhar o processo de transformação social ocorrem porque não há preparo para atender a alunos em suas mais complexas diversidades.

A fim de retomar as rédeas da situação, a instituição escolar necessita rever plenamente seus mecanismos educacionais, buscar meios que a permitam lidar com o volume de inovações. Rever mecanismos envolve também um currículo atualizado, docentes capacitados, gestão democrática e participativa, fatores já garantidos na LDB.

Torna-se necessário uma escola significativa, capaz de ensinar e preparar os sujeitos a serem críticos, sem se esquecer de sua função principal: ensinar os indivíduos com qualidade. Saviani (2009, p. 52) corrobora com essa ideia ao colocar que promover o homem significa “torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação a fim de poder intervir nela transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens”.

Os professores devem capacitar-se continuamente para serem mediadores do conhecimento e não apenas reprodutores de técnicas que não permitem ao aluno articular e interagir nas relações sociais.

Embora atualmente se tenha uma escola aberta, que possibilita o acesso de todos a ela, observamos que as maiores dificuldades enfrentadas dizem respeito a uma verdadeira crise de paradigmas permeando a existência da escola, que, bombardeada com tantas mudanças no contexto social, para se adequar às necessidades da sociedade, muitas vezes deixa sua principal função em segundo plano.

CAPÍTULO II

A FAMÍLIA E A VIDA ESCOLAR DOS FILHOS

Em geral, a família é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, embora variem suas estruturas e funcionamento.

Antropólogos e sociólogos que estudam família apresentam alguns conceitos básicos sobre ela. Giddens (2005, p. 151) a define como “um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos membros adultos assumem a responsabilidade pelo cuidado das crianças”. Para Murdock (1969:1apud BRYM et al., 2006, p. 106), a família é “um grupo social caracterizado pela residência comum”. Em Lucy Mair (1970 apud BRYM et al., 2006, p. 106), encontra-se a definição de “grupo doméstico no qual os pais e filhos vivem juntos”. Já Beals e Hoijer (apud BRYM et al., 2006, p. 106) definem família como “um grupo social cujos membros estão unidos por laços de parentesco, um grupo de parentes afins e seus dependentes que vivem juntos”. “Num sentido amplo, a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos descendendo uns aos outros [...]” (BEALS; HOIJER apud ROUDINESCO, 2003, p. 18).

Percebe-se que os conceitos de família são variados, mas se verificam algumas coisas em comum nessas definições.

A família tem evoluído ao longo dos anos. Roudinesco (2003) enfatiza três períodos nessa evolução. De acordo com a autora, o primeiro período trata da família “tradicional”, responsável, acima de tudo, pela transmissão de um patrimônio. Os casamentos são arranjos pelos pais e a família é composta com base na autoridade patriarcal. Em um segundo momento, destaque à família moderna, fundada com base no amor e na reciprocidade de sentimentos. Nessa constituição familiar, valoriza-se a divisão do trabalho entre os adultos e a educação da criança é delegada à nação. A partir dos anos de 1960, cabe destaque à família contemporânea, cujos indivíduos se unem em busca de relações íntimas ou realização sexual.

Interessante ressaltar que, segundo a autora, a autoridade torna-se um problema na medida em que aumenta o número de divórcios, das separações e das recomposições conjugais.

As formas de organizações sociais vão se alterando e também as maneiras como se organizam ou estruturam os grupos familiares e, assim, surgem os diversos tipos de família, que sucintamente serão apresentados a seguir.

2.1 Conceito de família e o perfil da família contemporânea

Pansani (2009, p. 65-66) define a família como “instituição fundamental da sociedade”. De acordo com o autor, a sociedade é resultado da associação de famílias. Apresenta ainda três tipos organização familiar: conjugal, patriarcal e tronco. A conjugal, segundo ele, é formada por um homem e uma mulher unidos por laços matrimoniais e pelos filhos dessa união; a patriarcal é dominada pelo ancestral mais velho que exerce autoridade sobre todos; e tronco é a família composta de pais, filhos e netos.

Antropólogos e sociólogos se referem ainda a outra organização: a família nuclear, composta de dois adultos vivendo juntos em um núcleo doméstico com suas crianças. Para os funcionalistas, a família nuclear é capaz, entre outras funções, de educar os filhos proporcionando-lhes apoio emocional para que estes possam aprender as regras do grupo e transformarem-se em adultos produtivos.

Teórico funcionalista, George Murdock (apud BRYM et al., 2006, p. 361) escreve que: “Seja como a única forma dominante de família, seja como a unidade básica sobre a qual formas familiares mais complexas se constituem, a família nuclear existe como um grupo distinto e fortemente funcional em toda a sociedade conhecida”. De acordo com o autor, a família nuclear baseia-se no casamento.

No Brasil, somente a partir das primeiras décadas do século XX é que o modo de organização nuclear predominou entre as classes médias, e, antes disso, o sistema familiar dominante era o patriarcalismo. Ao final desse século, com o predomínio de novos valores e maneiras de se perceber o mundo familiar, a forma nuclear tem sua existência bastante limitada no país (BRYM et al., 2006).

A composição de duas ou mais famílias nucleares, ligadas por laços consanguíneos, é denominada família extensa. Seria a considerada família ampliada, justificada pela presença de parentes no ambiente familiar. Normalmente, inclui avós, irmãos e suas esposas, irmãs e seus maridos, tias e sobrinhos. É uma expansão vertical da organização nuclear.

Uma unidade formada por três ou mais cônjuges e seus filhos denomina-se família composta. Pode existir em sociedades monogâmicas, quando um segundo casamento leva a uma relação de madrasta, padrasto, enteados. Esse tipo de organização refere-se a um núcleo de famílias separadas, mas interligadas por apresentarem um pai ou mãe em comum.

A unidade composta de dois ou mais irmãos, suas respectivas esposas e filhos, cujo laço de união é consanguíneo, constitui a família conjugada-fraterna. É considerada fantasma, a unidade familiar formada por uma mulher casada e seus filhos, pois o pai é o “fantasma”, apenas o genitor, mas desempenha o papel de pai. Normalmente, nesses casos, o papel de pai cabe à mãe ou ao irmão mais velho.

No que compete à autoridade, a família pode ser patriarcal, quando a figura central é o pai; matriarcal, quando há predominância feminina e paternal igualitária, na qual há um equilíbrio entre os cônjuges. Esse tipo de família é mais comum na sociedade americana.

O IBGE (2010c) apresenta as seguintes considerações sobre a família:

As famílias são constituídas no interior dos domicílios, cuja infraestrutura afeta diretamente o bem-estar de seus moradores. A composição familiar caracteriza os diferentes ciclos de vida pelos quais passa a família ao longo de sua existência. Cada ciclo apresenta vulnerabilidades específicas a serem objeto de medidas ativas de proteção social, em particular, a presença de crianças e idosos (relações de dependência), comprometimento de renda familiar (situação de pobreza) e relações de gênero. Famílias são formadas por indivíduos, com suas características básicas em termos de idade, sexo e cor ou raça. Os indivíduos que ao participarem da vida social e laboral, vão, em primeira instância, influenciar a sua situação familiar.

Atualmente, a família se apresenta na sociedade com inúmeras modificações que foram se estabelecendo ao longo da história. A partir da Constituição Federal de 1988, passou-se a ter uma visão diferenciada da família. Ao entrar em vigor, a Constituição estabeleceu a igualdade entre homem e mulher e o conceito de família integra a proteção de todos os seus integrantes. A Lei expressa, ainda, além do casamento, a união estável e a família monoparental.

Os lares monoparentais tornaram-se muito comuns nas últimas três décadas e a maioria é encabeçada por mulheres. O lar monoparental é diversificado, sendo constituído muitas vezes por mães viúvas. Entretanto, mais da metade destas são proprietárias do imóvel, enquanto as mães solteiras, que nunca se casaram, vivem em imóveis alugados. Mas cabe ressaltar que 60% desses lares surgem atualmente com separação ou divórcio (GIDDENS, 2005).

As mudanças apresentadas na organização familiar são grandes desafios nas investigações dos institutos de estatística. O IBGE (2011) tem considerado, em suas pesquisas domiciliares, a família como grupo residente em um mesmo domicílio, ainda que não existam vínculos entre seus componentes. Infelizmente, essa organização não contempla todas as

dimensões sociológicas de conceitos de família. O que existe é apenas uma aproximação do conceito utilizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA).

A família contemporânea se pluralizou; não se restringe mais a modelos de famílias nucleares; são famílias recompostas, homoafetivas e mais um inúmero de denominações (Figura 3).

Na época moderna, a família ocidental deixou, portanto de ser conceitualizada como o paradigma de um vigor divino ou do Estado. Retraída pelas debilidades de um sujeito em sofrimento, foi sendo cada vez mais dessacralizada, embora permaneça, paradoxalmente, a instituição humana mais sólida da sociedade. À família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalcadas. (ROUDINESCO, 2003, p. 20-21).

Ao pensar em família, vem à mente o modelo convencional, um homem e uma mulher unidos pelo casamento e cercados de filhos. Mas essa realidade mudou assim como afirmam Oliveira e Muniz (2002, p. 13):

A família transforma-se no sentido de que se acentuam as relações de sentimentos entre os membros do grupo: valorizam-se as funções afetivas da família, que se torna o refúgio privilegiado das pessoas contra a agitação da vida nas grandes cidades e das pressões econômicas e sociais. É o fenômeno social da família conjugal, ou nuclear ou de procriação, onde o que mais conta, portanto, é a intensidade das relações pessoais de seus membros.

O que tem identificado essa instituição na atualidade não são o casamento nem a diferença de sexo do par ou ainda o envolvimento de caráter sexual. Sob o caráter da juridicidade, o elemento distintivo é a presença de um vínculo afetivo a unir as pessoas com identidade de projetos de vida e propósitos comuns, gerando comprometimento mútuo (PETRINI; ALCÂNTARA; MOREIRA, s.d.).

Para muitos, a família era uma fonte vital de alívio e conforto, amor e companheirismo, mas poderia significar também lugar de exploração, solidão e profunda desigualdade. Surge assim o feminismo, causando grande impacto na sociologia ao demonstrarem uma visão familiar de domínio e desigualdade.

Dessa forma, nos anos de 1970 e 1980, as perspectivas feministas dominaram debates e pesquisas sobre a família. O feminismo conseguiu direcionar as atenções dentro da organização para o exame das experiências das mulheres na esfera doméstica. Escritores feministas buscaram mostrar que a presença de relações de poder desigual dentro da família significava maiores benefícios a certos membros (GIDDENS, 2005).

Estudos sobre a divisão do trabalho doméstico e o cuidado com as crianças demonstram que as mulheres continuam a carregar a principal responsabilidade pelos afazeres

domésticos, desfrutam de menos tempo de lazer, mas nunca antes se viu um número tão grande de mulheres trabalhando fora, em empregos remunerados, como vemos atualmente. (GIDDENS, 2005).

Na última década surgiu uma corrente sociológica sobre a família com base nas perspectivas feministas, mas não se restringindo somente às mulheres. Uma das principais preocupações são as transformações que estão ocorrendo nos perfis familiares. As famílias vivenciam expectativas diferentes em seus lares e nas relações pessoais dos indivíduos. Aumentou o número de divórcios, das relações monoparentais e surgem lares reconstituídos, homossexuais e de coabitação.

As famílias reconstituídas estão desenvolvendo tipos de relações familiares que são adições recentes às sociedades ocidentais modernas. Os membros dessa organização estão desenvolvendo suas próprias formas de se ajustar às circunstâncias relativamente inexploradas em que se encontram. Autores citam relações binucleares, para conceituarem as famílias que se formam após um divórcio, sendo dois lares que compreendem um sistema em que há filhos envolvidos.

As transformações são intensas e talvez o mais apropriado seja dizer que, mesmo com divórcios, as famílias não se desfazem, sobretudo quando há filhos envolvidos, pois os laços permanecem.

Em reportagem da Revista Brasileiros (2012), o IBGE divulga registro de taxa recorde de divórcios (Figura 1).



Figura 1 – Quadro de taxa de divórcios no Brasil.

Fonte: REVISTA Brasileiros. **IBGE: Brasil registra taxa de divórcios recorde.** 17 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/2012/12/17/ibge-brasil-registra-taxa-de-divorcios-recorde/>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

Por muitos séculos, no Ocidente, o casamento foi considerado, praticamente, indissolúvel. Os divórcios eram concedidos apenas em casos limitados, como a não consumação do casamento (GIDDENS, 2005).

As primeiras leis tratando do divórcio foram introduzidas em alguns países na metade da década de 1960. Atualmente, com exceção de uma pequena camada mais abastada, o casamento não tem mais conexão com o desejo de perpetuar a propriedade e o *status* de geração a geração. À medida que a mulher se torna mais independente economicamente, o casamento torna-se uma parceria menos necessária (GIDDENS, 2005).

Outra descoberta está relacionada às mulheres que não querem ter filhos, o que diminui a taxa de fertilidade mundial. Algumas tomam essa decisão porque se sentem felizes solteiras e independentes, e, em outras, prevalece o receio da possibilidade do divórcio ou meios de sobrevivência.

A coabitação está relacionada ao casal que vive junto em um relacionamento sexual, sem estarem casados. Se antes o casamento era a base definida da união entre duas pessoas, ele já não pode ser considerado como tal. Embora a coabitação esteja se tornando cada vez mais popular, investigações sugerem que o casamento ainda é mais estável.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) constitui um marco nas políticas públicas no Brasil ao fortalecer o paradigma da proteção integral e preservação dos vínculos familiares preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Seu texto vem ilustrar a discussão sobre conceito de família e a visão que se tem dela na contemporaneidade quando relata:

A desnaturalização do conceito de família, a desmistificação de uma estrutura que se colocaria como ideal e, ainda, o deslocamento da ênfase da importância da estrutura familiar para a importância das funções familiares de cuidado e socialização, questionam a antiga concepção de “desestruturação familiar” quando abordamos famílias em seus diferentes arranjos cotidianos. Vimos, agora, surgir a imperiosa necessidade de reconhecimento do direito à diferença, desde que respeitado o referencial dos direitos de cidadania. Ou seja, a família nuclear tradicional, herança da família patriarcal brasileira, deixa de ser o modelo hegemônico e outras formas de organização familiar, inclusive com expressão histórica, passam a ser reconhecidas, evidenciando que a família não é estática e que suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer ideia preconcebida de modelo familiar “normal”. (BRASIL, 2006).

Ou seja, não existe um modelo de família ideal. Dia a dia se configuram novos padrões de organizações familiares e o que realmente deve ser considerado é que

independente de como se constituem essas famílias, devem-se respeitar as funções de proteção e socialização que lhes são atribuídas.

As pesquisas censitárias do IBGE demonstram que a vida familiar se modificou intensamente. A cada Censo, é possível visualizar a evolução da população e identificar as transformações.

Goldani (1984 apud NASCIMENTO, 2006, p. 5) afirma que “nas pesquisas demográficas o conceito de família tem variado em função da unidade de enumeração, que na maioria dos censos é o domicílio”. Consideram-se membros da família as pessoas que vivem no mesmo domicílio, assim, como atualmente têm famílias em suas mais diversas composições, é natural que se identifiquem vários conceitos de família.

Uma das principais mudanças percebidas pelo Censo revela uma composição familiar na qual as mulheres são o adulto responsável pela casa (Figuras 2 e 3). O Censo 2000 traz ao conhecimento público que 26,5% dos domicílios do país são chefiados por mulheres, destaque para uma proporção ainda maior em algumas regiões brasileiras. Com a emancipação feminina, é natural que as mulheres ganhem destaque até mesmo na chefia da casa, pois a liberdade em escolher parceiros ou optar por relacionamentos menos tradicionais influenciam essa composição familiar.

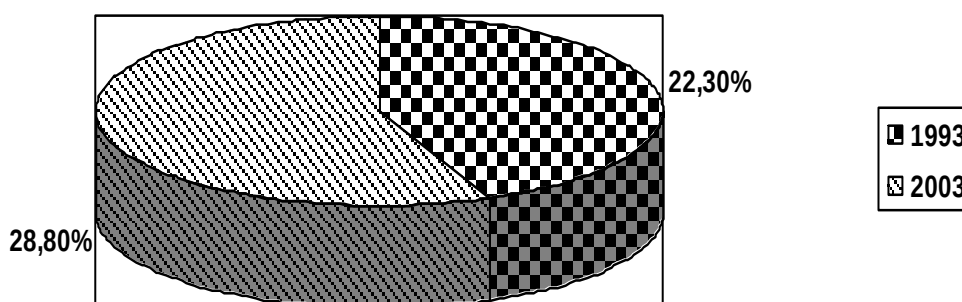


Figura 2 – Gráfico de percentual de famílias cuja mulher é a referência.

Fonte: IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 17 set. 2010.

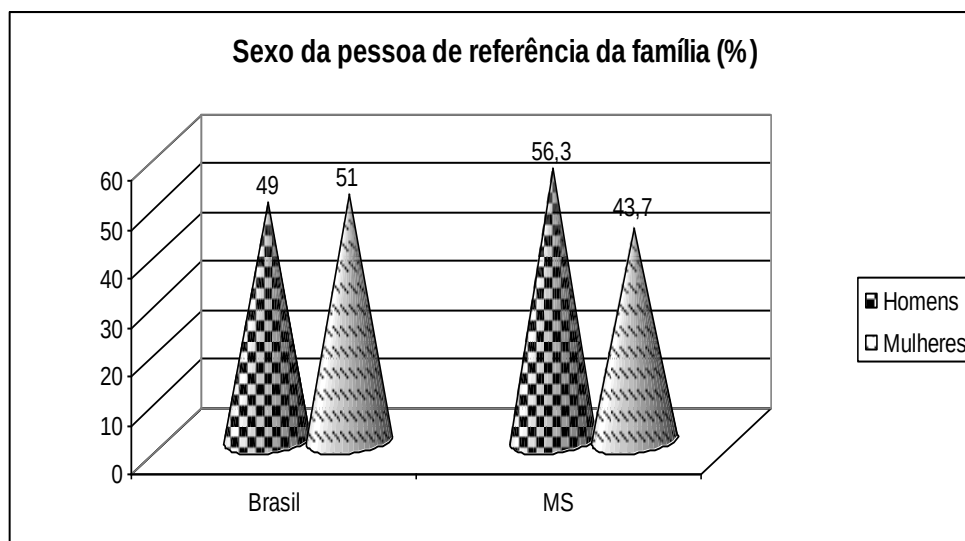


Figura 3 – Gráfico de arranjos familiares residentes em domicílios particulares.

Fonte: IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

A distribuição de famílias encontradas na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, em 2004, revela os dados apresentados na Figura 4.

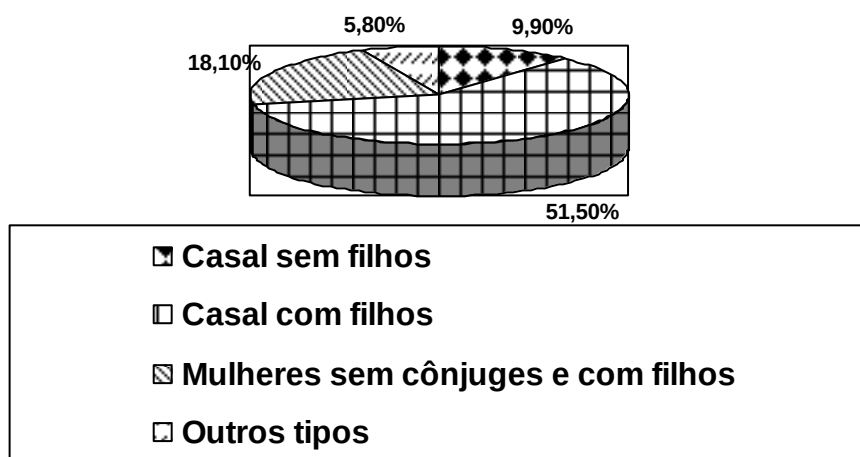


Figura 4 – Gráfico de distribuição das famílias brasileiras.

Fonte: IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 17 set. 2010.

Aproximadamente, 25% das famílias são monoparentais e as que somam casal com filhos não necessariamente apresentam o cônjuge da mãe como pai das crianças. Assim, há um grande percentual de crianças e adolescentes que vivem em famílias organizadas de forma que não corresponde à família nuclear.

De forma mais abrangente, a Figura 5 apresenta uma comparação decenal.

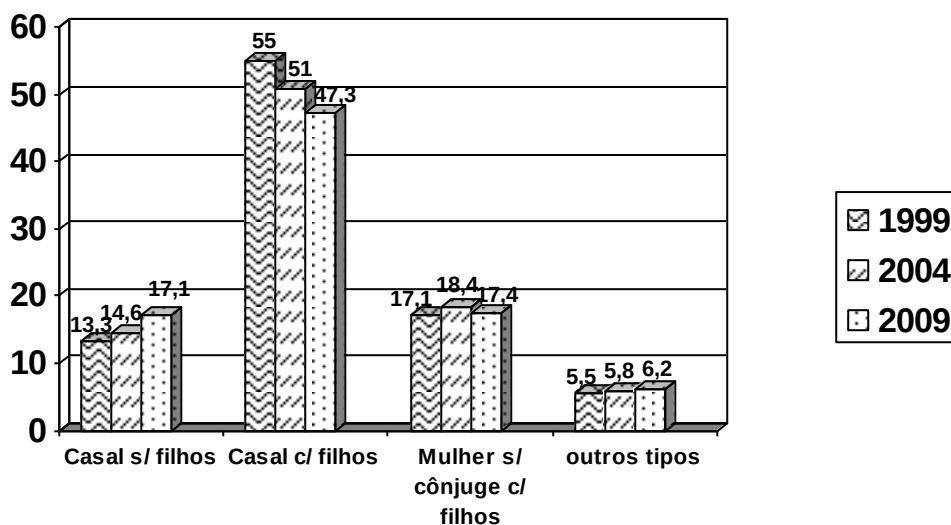


Figura 5 – Gráfico de distribuição percentual dos arranjos familiares com parentesco, residentes em domicílios particulares, segundo o tipo - Brasil - 1999/2009.

Fonte: IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 17 set. 2010.

Outro aspecto a ser observado é a distribuição das famílias por classes de rendimento familiar *per capita* medida em classes de salário mínimo (Figura 6). Em 2009, a proporção daquelas que viviam com até meio salário mínimo era de 22,9%.

Importante ressaltar que muitas dessas famílias apresentam dificuldade para chegar até o fim de cada mês de acordo com a renda. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 investigou o grau de dificuldade das famílias, classificando-o em: muita dificuldade; dificuldade; alguma dificuldade; alguma facilidade; e facilidade (Figura 7).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2009, no Brasil, os arranjos familiares eram constituídos por uma pessoa de referência e um cônjuge (casais) com filhos, e 19,5% constituídos por pessoa de referência sem cônjuge com filhos (IBGE, 2010b).

As Figuras 6 a 11 demonstram esses arranjos em comparação do Brasil com Mato Grosso do Sul. Já a figura 12, apresenta dados sobre famílias do município de Naviraí/MS.

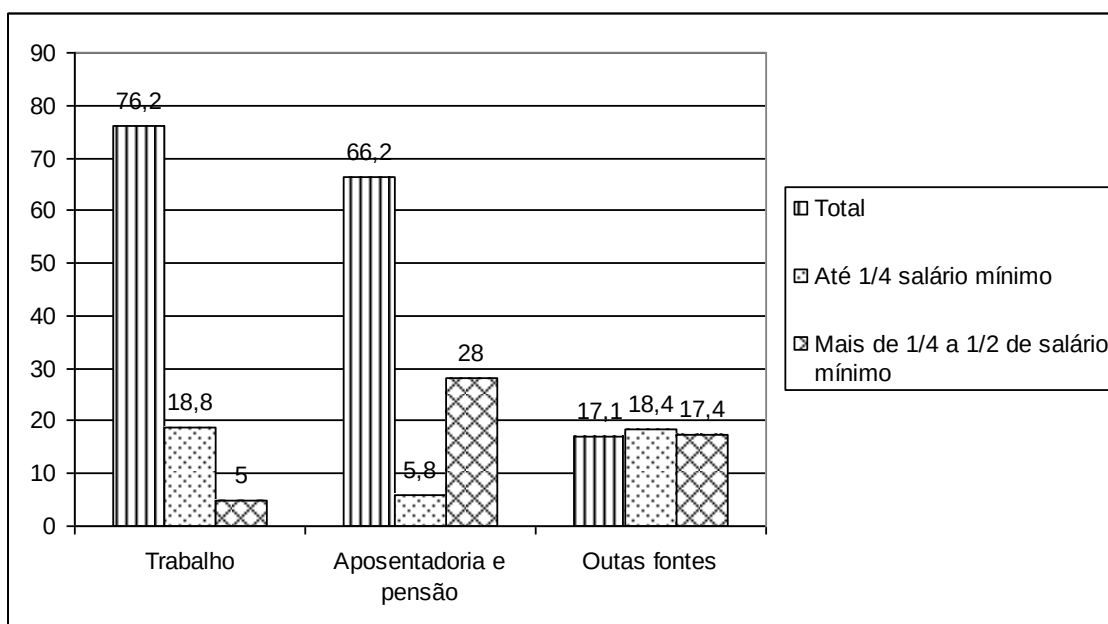


Figura 6 – Gráfico de distribuição percentual dos rendimentos, por origem dos rendimentos, segundo as classes de rendimento familiar *per capita* - Brasil – 2009.

Fonte: IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 17 set. 2010.

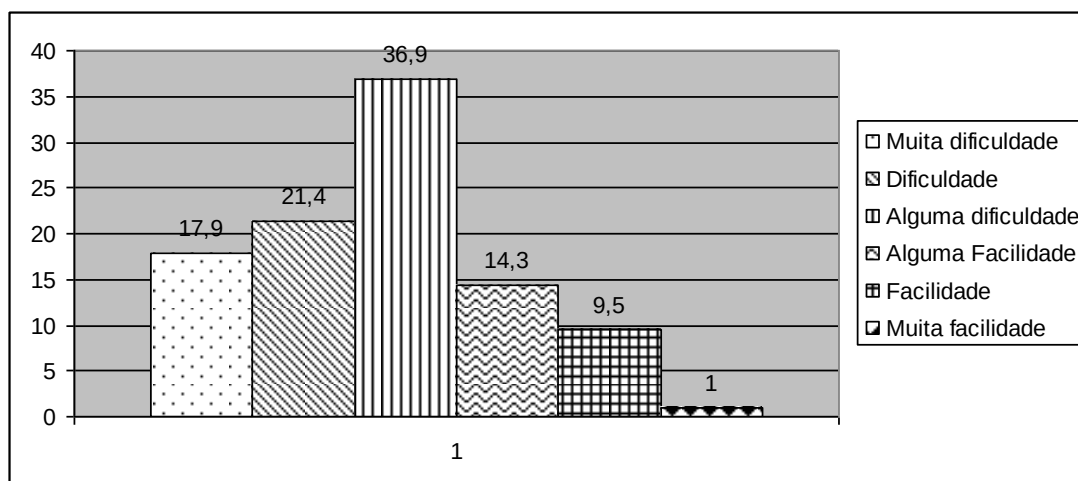


Figura 7 - Gráfico de distribuição percentual das famílias com rendimento monetário, segundo o grau de dificuldade de chegar até o fim do mês Brasil - 2008-2009.

Fonte: IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

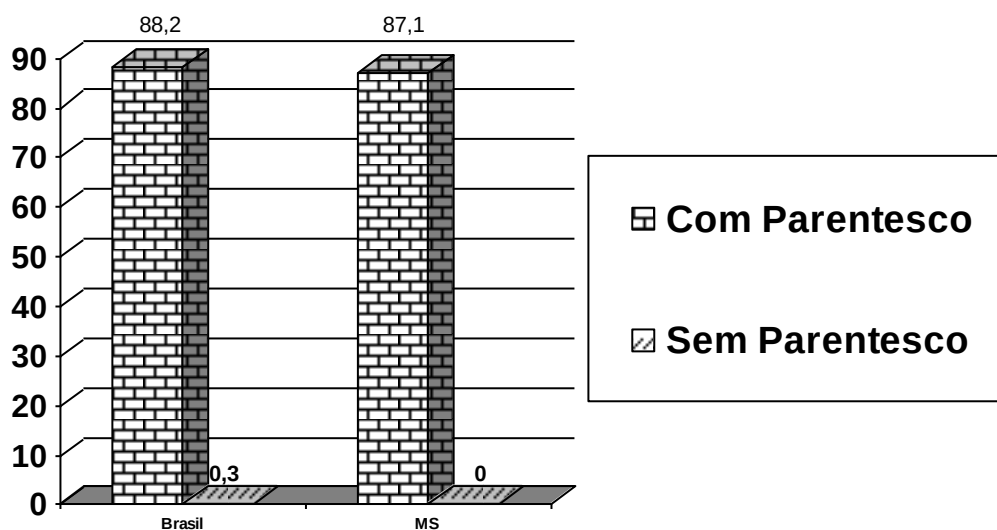


Figura 8 – Gráfico de arranjos familiares residentes em domicílios particulares – com parentesco e sem parentesco.

Fonte: IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

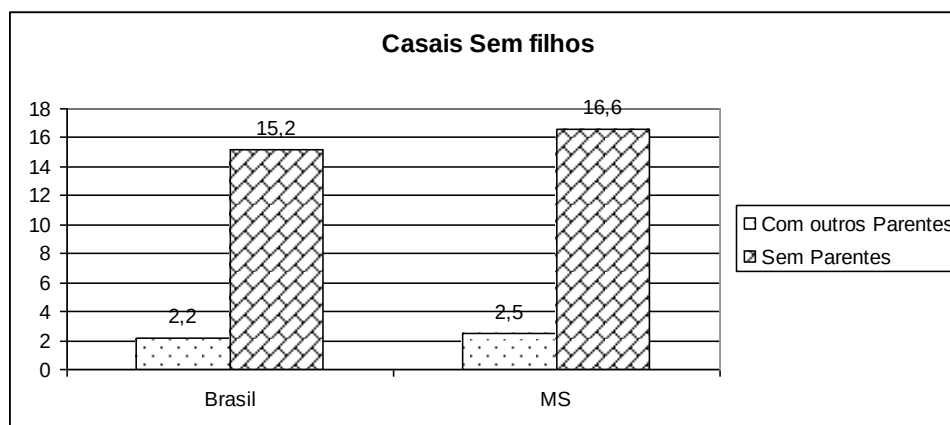


Figura 9 – Gráfico de arranjos familiares residentes em domicílios particulares – com outros parentes e sem parentes.

Fonte: IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

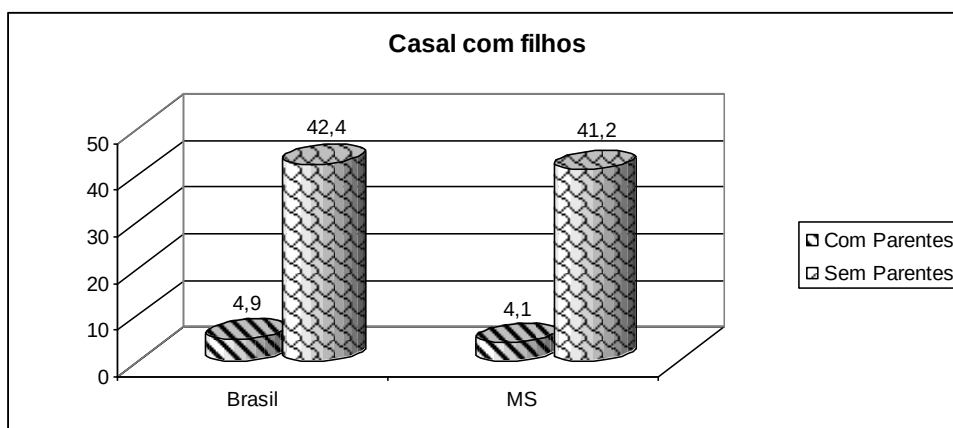


Figura 10 – Gráfico de casal com filhos.

Fonte: IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

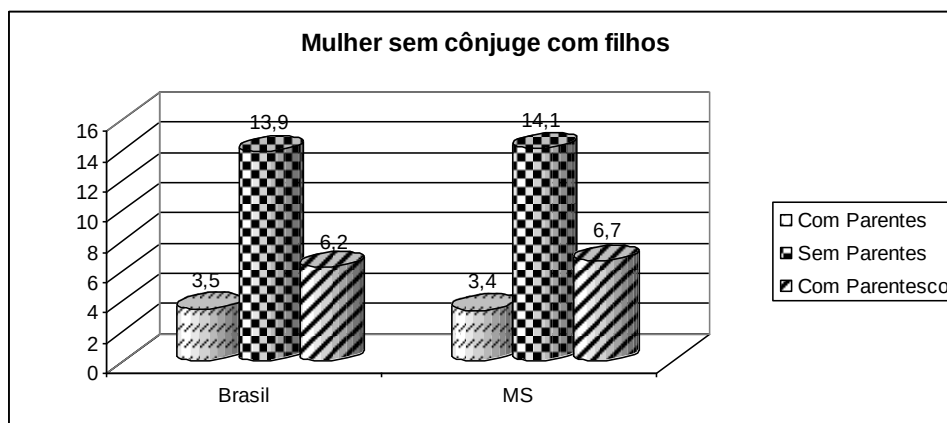


Figura 11 – Gráfico de mulher sem cônjuge e com filhos.

Fonte: IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

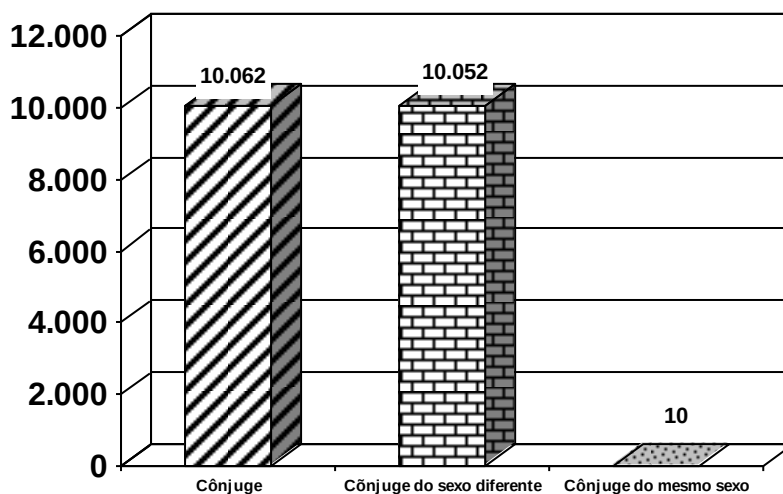


Figura 12 – Gráfico de dados sobre famílias em Naviraí, MS.

Fonte: IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

Atualmente, as famílias são menores. As famílias extensas são cada dia mais exceção, principalmente nas áreas urbanas, como os grandes centros. Em cidades do interior, ainda é possível encontrar famílias numerosas, sejam elas baseadas no modelo nuclear ou influenciadas pelos diversos arranjos domiciliares. Observando-se os gráficos é possível identificar o que os censos indicam, apontando que as principais mudanças evidenciadas nas últimas décadas foram a redução do tamanho médio da família, a redução da taxa de fecundidade e o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres.

2.2 Papéis da família e as dificuldades em cumprir suas funções sociais

A família contribui para as necessidades básicas da sociedade e auxilia na perpetuação da ordem social (GIDDENS, 2005), embora, atualmente, tais considerações já não se aplicam aos novos modelos de famílias que compõem nossa sociedade. Entretanto, os sociólogos da tradição funcionalista consideram que a família nuclear preenche certos papéis especializados nas sociedades modernas. Com a industrialização, a família tornou-se mais concentrada na reprodução, na educação infanto-juvenil e na socialização (GIDDENS, 2005).

O sociólogo norte-americano Talcott Parson atribui à família duas funções: a socialização primária e a estabilização da personalidade. A primeira é o processo pelo qual as crianças aprendem as normas culturais da sociedade em que nasceram. A segunda refere-se ao

papel desempenhado pela família ao assistir emocionalmente seus membros adultos. Para Parson (1955 apud BRYM, 2006) a família nuclear era a unidade mais bem-equipada para lidar com as demandas da sociedade industrial, pois um adulto poderia trabalhar fora enquanto o outro cuidaria da casa e dos filhos. Portanto, o marido assumiria o papel de provedor e a mulher, a função afetiva dentro do ambiente doméstico.

Entretanto, a visão do autor diante da sociedade contemporânea pode ser considerada inadequada. A teoria funcionalista também é criticada ao enfatizar a importância da família em cumprir certas funções, quando estas também cabem a outras instituições sociais, como o governo, a mídia e as escolas.

Mondin (2011, p. 17) destaca:

São inúmeros os papéis e as missões que a evolução social vai atribuindo à família; entretanto, sua prioridade reside na construção do ser e na realização da personalidade, sendo o espaço onde o ser humano reflete sobre a experiência vivida e reconstrói a si próprio, na busca do domínio não apenas do sentimento, mas do essencial vivido.

As funções da família têm variado constantemente. Estudiosos apontam quatro funções básicas e quatro subsidiárias. As funções básicas são encontradas em todos os agrupamentos humanos: sexual, reprodução, economia e educacional.

A família é um agente educador cuja função é transmitir a herança cultural e social durante os primeiros anos de vida, preparando a criança para seu ingresso na sociedade. Além disso, tem a função social de proporcionar a conquista de diferentes *status*, como o étnico, o nacional, o religioso, o residencial, o de classe, o político e o educacional (BRYM et al., 2006).

As funções subsidiárias, de acordo com alguns autores, incluem a função de zelar pelos aspectos religiosos, jurídico, político e recreativo, que são necessários à formação do indivíduo. É também função da família proteger os interesses familiares contra estranhos. Em algumas sociedades, a família apoia os seus componentes, independente de serem ou não culpados.

A família é uma instituição que desempenha funções variadas. A ideia de função remete ao significado de cumprir algo, desempenhar um dever ou tarefa e, dessa forma, a família tem por obrigação cumprir algumas ações que lhe competem. Uma das principais tarefas da família é preparar a criança para ser inserida na sociedade, por meio da herança de valores estabelecidos na família como cultura, afetividade, religião e educação.

O art. 226 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “a família é a base da sociedade” (BRASIL, 1998).

O momento é de uma transição na função social da família que englobava diversas funções, como a educacional e assistencial. A instituição familiar já não possui essa função diversificada, concentrando atualmente apenas as funções biológica e afetiva (SILVA, 2007).

A função social da família é então de organizar o que servirá de matriz para o indivíduo adulto (DUARTE, 1995). Acompanha essa mudança do modelo familiar, uma significativa na relação dada entre o público e o privado. A família, agora privatizada, valorizando a intimidade, remodela sua morada, culminando em divisão desta em espaço para visitas e o espaço familiar.

Um perfil diferente de família se constitui e não apresenta condições para realizar a socialização primária. Há pouco contato entre pais e filhos e os raros momentos de diálogo e refeições em comum são fatores que desfavorecem a transmissão de conhecimentos elementares de civilidade. A família, na maioria das vezes, reconhece suas dificuldades em cumprir o papel de socialização primária e remete grande parte dessa responsabilidade para a escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) cita em seu art. 1º (BRASIL, 1996):

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça tal colocação em seu art. 19 que “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (BRASIL, 1990).

Assim, compreende-se que os primeiros passos para a formação do indivíduo deveria acontecer no âmbito familiar. Entretanto, Szymanzki (2011, p. 17) apresenta reflexões ressaltando que a família deve ser vista como “uma das instituições que assumem a tarefa educativa que lhes é outorgada pela sociedade devendo, portanto, receber apoio para o desempenho dessa função”.

As relações familiares tendem a variar podendo ser gratificantes assim como marcadas por tensões. Os aspectos mais perturbadores nesse contexto de tensão englobam a violência doméstica e o abuso de crianças.

Roudinesco (2003) apresenta considerações sobre a família ocidental e sua inaptidão cada vez maior em transmitir valores. A autora procura traduzir os distúrbios vivenciados pela família tomando como exemplo a história de Édipo, da mitologia grega. A obra faz ainda uma

alusão à soberania do pai, desafiada pela ascensão do feminismo e a perspectiva da dissolução da família, considerando a desordem organizacional nas estruturas familiares.

As transformações sociais que modificaram as formas prévias de casamento e de ordenação familiar são, em sua maioria, irreversíveis. Dificilmente poderemos ver mulheres optando por abandonarem seu trabalho para voltarem à vida doméstica, e as parcerias sexuais e o casamento provavelmente não voltarão a ser como antes.

Mas a realidade social e o sistema jurídico nem sempre caminham juntos. Nas últimas décadas, as transformações sociais atingiram diretamente o núcleo familiar e originaram novas concepções de família, que não são mais equiparadas à tradicional família patriarcal. A busca pela realização pessoal tem diminuído o número de componentes familiares e, conseqüentemente, há uma redução no tempo em que os pais deveriam disponibilizar aos filhos.

Corroborando com essa perspectiva, Rousseau (apud ROUDINESCO, 2003, p. 31) ao escrever que:

A mais antiga de todas as sociedades e a única natural, é a da família. Ainda hoje os filhos não ficam ligados ao pai senão o tempo que precisam dele para se preservarem a si próprios. Mal cessa essa necessidade, o laço natural se desmancha. Os filhos, isentos da obediência que deviam ao pai, o pai, isento dos cuidados que devia aos filhos, ingressam todos igualmente na independência. Embora continuem unidos, não é mais naturalmente, é voluntariamente, e a própria família só se mantém por convenção.

A família vem sofrendo influências do contexto político, econômico e cultural da sociedade na qual está inserida. Os valores vão se redefinindo e muitas vezes já não se sabe quem dita as regras dentro dos lares. Estão se constituindo novas identidades e muitas vezes o indivíduo não se dá conta dos aspectos culturais, sociais nos quais está imerso, tornando-se um sujeito alienado.

A importância da família como instituição pautada nos vínculos familiares está reduzindo diariamente. A família moderna é constantemente desafiada por limites imprecisos, por aspirações de consumo, devendo reconquistar, a cada dia, as razões para conviver, a consciência do bem que os membros da família têm em comum, dos bens relacionais cujo valor perdura no tempo.

Muitos fatores externos à família entram em jogo para redefinir os valores e os critérios, os modelos de comportamento de cada membro. Influência significativa é exercida pela escola, pelo ambiente de trabalho e por outras instâncias formativas, como associações e comunidades religiosas que podem introduzir no diálogo familiar elementos de discussão e até de conflito.

As relações entre pais e filhos são modificadas, deixam os modelos centrados na autoridade e na disciplina, enquanto são incorporados os valores de diálogo, negociação, tolerância, no horizonte de um amplo pluralismo ético e religioso (KALOUSTIAN, 1988).

Verifica-se uma intensidade maior de dedicação e de investimento de recursos, especialmente com relação à saúde e à educação. Esses comportamentos estão associados ao número menor de filhos que o casal está disposto a criar, de acordo com um planejamento mais ou menos rigoroso. Com isso, aumenta a expectativa de gratificação emocional e afetiva dos pais em relação aos filhos (CAMPANINI, 1989). Nesse caso, observa-se certa diversidade de orientação e de comportamento em função da classe social, da renda familiar e da escolaridade dos pais.

2.3 O papel da família na relação com a escola

Para citar a relação família e escola pautar-se-á em autores como Bourdieu, que apresenta estudos que sinalizam a participação da família como fator fundamental ao bom desempenho escolar.

O capital cultural que uma família possui e transmitirá aos seus filhos pode variar dependendo da sua posição social. A família que tem uma posição melhor, que pertença à classe dominante econômica e culturalmente, há mais possibilidades de acumular capital cultural e ter acesso a esses bens. Por esse motivo, segundo Bourdieu, é que se explica a desigualdade dos níveis de capital cultural entre as famílias, desigualdade gerada pelas diferenças entre capital cultural, social e econômico.

Ao citar desempenho escolar, há que considerar todos esses fatores, pois fica claro na teoria de Bourdieu que as famílias privilegiadas culturalmente, que influenciam e estimulam os filhos desde a infância, têm mais chances de acumular capital cultural e obter melhor desempenho escolar, o que lhe possibilitará uma melhor formação, acesso à escola e permanência nesta. Ou seja, a ação do meio familiar sobre o êxito escolar é quase exclusivamente cultural (BOURDIEU, 2002). Família e escola são parceiras na transmissão do capital cultural. Segundo o teórico, a família e a escola são responsáveis por transmitir a herança econômica e cultural. São estruturadas para tal e possuem uma relação interligada, ou seja, uma depende da outra.

De acordo com Carvalho (2000, p. 144), famílias com capital econômico matriculam os filhos em escolas privadas e regularmente acompanham o aprendizado e rendimento escolar deles, organizam seus horários de estudo e verificam as tarefas de casa

constantemente, embora seja uma afirmação meio contraditória se considerarmos as famílias atuais. Já a população pobre encaminha suas crianças para escolas públicas, com professores que reclamam das dificuldades de aprendizagem e empenho dos alunos, bem como da falta de participação dos pais na vida escolar de seus filhos:

[...]. O sucesso escolar tem dependido, em grande parte do apoio sistemático da família que investe nos filhos, compensando tanto as dificuldades individuais quanto as deficiências escolares. Trata-se, em geral de família dotada de recursos econômicos e culturais, dentre os quais se destacam o tempo livre e o nível de escolarização dos pais. (CARVALHO, 2000, p. 144).

Assim como Bourdieu, Freire (2001) aponta o conhecimento como produto das relações entre os seres humanos e destes com o mundo. A busca por respostas desafia o indivíduo, que deve reconhecer a questão, compreendê-la e imaginar formas de respostas adequadas. Assim se constitui o conhecimento, a partir das necessidades humanas. Ao ingressar na escola, a criança já traz consigo um acúmulo de capital cultural que lhe é transmitido pela família. A escola tem a função de aperfeiçoar esses conhecimentos, possibilitando o domínio dos códigos que servem de acesso a outras fontes de cultura. Sobre a noção da construção do conhecimento, Freire (2001) cita, como ponto de partida, as necessidades populares e o conhecimento científico, como ponto de chegada. O autor acredita que o conhecimento, tanto o científico quanto o cotidiano, é produção cultural. Os conteúdos da experiência histórica do homem não estão consolidados somente nas coisas materiais, mas, principalmente, nas formas verbais de comunicação produzidas entre os homens.

O desempenho do indivíduo na escola depende desse processo inicial, pois seu percurso escolar pode tornar-se uma fonte de desigualdade se comparado ao indivíduo que já possui um conhecimento cultural significativo. Alunos cuja família lhe possibilita capital cultural tendem a levar vantagem em relação àqueles que possuem um capital restrito e que acabam ficando em desvantagem. Entretanto, a escola não deve impor à família as tarefas que lhe cabem. Transmitir a tarefa cultural da escola à família significa aceitar como legítimas as desigualdades e assumir que o rendimento escolar depende da competência e é distribuído de forma desigual (BOURDIEU, 2003).

Bourdieu acredita que o capital cultural interfere diretamente na vida escolar do aluno e que a transmissão desse capital se dá em três estados: incorporado quando a acumulação do capital cultural exige incorporação, por meio de um trabalho de inculcação e assimilação, processo que leva tempo e se realiza pelo próprio agente; o estado objetivado acontece quando o capital cultural existe em forma de bens culturais, como livros, pinturas,

dependendo para isso do capital econômico; no estado institucionalizado, o capital cultural materializa-se por meio dos diplomas.

Em pleno século XXI a cada dia a participação da família no que se refere ao acompanhamento escolar de seus filhos torna-se menos possível, pois precisa garantir diariamente o sustento da casa, privando-se do contato tão importante para a formação individual de seus filhos.

As políticas educacionais atentam para a participação da família na escola, conforme disposto no art. 206 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), o que faz da educação uma responsabilidade a ser dividida entre o Governo e a sociedade civil. Entretanto, cabe indagar: Quais são as condições oferecidas pelo Governo para uma efetiva participação da família? O que se percebe são apenas estratégias para reduzir os índices de evasão e reprovação. A falta de empenho do Governo, aliada à situação econômica da maioria da população e à baixa qualidade do ensino oferecido, só está aumentando o índice de reprovação e permanência no âmbito escolar.

Ariès (1978 apud SZYMANZKI, 2011, p. 21) lembra que:

Como instituição social, a família sempre esteve inserida na rede de inter-relações com outras instituições, em especial com a escola. No momento histórico em que a unidade escolar assumiu a educação formal surge a preocupação com o acompanhamento mais próximo dos pais junto a seus filhos. Com essa finalidade, foram elaborados tratados de educação para os pais com a finalidade de orientá-los quanto a seus deveres e responsabilidades.

O que fica claro é que, embora a relação entre escola e família não seja tão pacífica quanto se pontua, são instituições interdependentes. O sucesso na relação entre as duas garante também o sucesso na educação e formação do cidadão.

CAPÍTULO III

A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NA PERSPECTIVA DA FAMÍLIA

O capítulo é destinado a apresentar o caminho trilhado metodologicamente na pesquisa, e visando uma apresentação mais compreensiva e organizada, o mesmo está estruturado em três partes. A primeira apresenta o estudo de painel, procedimento adotado no início da pesquisa e que permeou grande parte da mesma, bem como o detalhamento das ações de cada etapa desse estudo, os instrumentos utilizados e uma breve configuração do universo da pesquisa, neste caso o município de Naviraí/MS.

Na segunda parte serão apresentados a seleção dos participantes, os critérios que adotamos na seleção e a identificação dos mesmos. Por fim, na terceira parte, a análise e resultados da pesquisa.

3.1 O estudo de painel e os instrumentos metodológicos da pesquisa

O início das atividades envolveu a pesquisa bibliográfica, fase em que se realizou uma busca por outros trabalhos que abordassem o tema, e aprofundou-se em leituras que deram suporte para as discussões aqui apresentadas. Importante dizer que a pesquisa documental auxiliou a embasar o conhecimento sobre o que preconiza a lei sobre direitos e deveres da família.

A pesquisa de campo consistiu na distribuição de três questionários - geral, intermediário e específico (Apêndices A, B e C, respectivamente) - entre os meses de abril e julho de 2012, e nas entrevistas (Apêndice D) com 15 famílias participantes da pesquisa, realizadas nos meses de novembro a janeiro de 2013. Foi explicado o objetivo da pesquisa e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (Apêndice E). O Apêndice F apresenta a data e a duração das entrevistas com as famílias.

Objetivando analisar os grupos envolvidos, em diferentes situações e momentos como, por exemplo, em situações em que participam ou deixam de participar, escolheu-se como possibilidade a utilização do estudo de painel para auxiliar na organização da pesquisa.

O estudo de painel configura-se em um painel/quadro onde é possível visualizar claramente o sujeito/objeto da pesquisa em diferentes intervalos de momentos/tempo. Permite ainda ao pesquisador o cruzamento de dados obtidos ao longo da pesquisa, possibilitando acompanhamento passo a passo da evolução ou regressão de comportamentos, ações e/ou características. É uma técnica muito utilizada principalmente em pesquisas eleitorais, de opinião e audiência, porém pouco conhecida do ponto de vista metodológico.

Teve origem com experimentos de universidades alemãs no período entre guerras e de guerras. O nome dado ao estudo é porque se pegavam diferentes dados e informações e as lançavam em um painel/quadro. Dessa maneira era possível comparar os dados e cruzá-los. Essa organização não servia apenas para acompanhar, mas também para inserir novos elementos, identificar fatores e fazer intervenção.

A técnica de estudo de painel é utilizada em muitas áreas, mas a metodologia ganha destaque nas ciências humanas, pois nessa área aumenta cada vez mais a necessidade de intervenção. Grandes projetos na área da educação utilizam o estudo de painel para identificar causas, projetar consequências ou para intervir.

A metodologia de painel consiste no acompanhamento de um ou mais grupos, por meio de observação, questionários, entrevistas e coleta de dados em cadernos de campo, na busca por um histórico de desenvolvimento do objeto estudado no interior do grupo estudado. Esta técnica é utilizada principalmente em pesquisas sobre audiência de mídia e sobre comportamento político. (SANTOS, M., 2008, p. 132).

Para a elaboração do estudo de painel, é necessária a organização de grupos de verificação, compostos de objetos ou sujeitos. Esses grupos podem ser constituídos por várias pessoas com perfis comuns, grupos que permanecem juntos em parte da análise ou que se dividem em outro momento e grupos com várias pessoas com perfis diferentes. A duração da análise pode variar, podendo ser determinada pelas expectativas de variação de fatores.

A escolha do estudo de painel se deu por acreditar ser uma técnica capaz de possibilitar ao pesquisador uma análise ampla dos dados de sua pesquisa, um acompanhamento passo a passo dos momentos vivenciados pelos sujeitos, permitindo uma intervenção mais precisa e objetiva.

Estudar a relação escola e família com enfoque na participação requer uma pesquisa específica, cuja coleta de dados precisa ser minuciosamente elaborada. Para atender às

especificidades desta pesquisa, inicialmente elaborou-se um questionário com perguntas de aspectos gerais que possibilitou configurar o perfil das famílias, no que se refere a número de pessoas, escolaridade, renda, se participa ou não da vida escolar (Apêndice A).

O painel inicialmente proposto era composto de famílias de estudantes de escola pública central, periférica, escola particular e rural. Foram formados dois grandes grupos com base nas declarações obtidas no primeiro questionário: grupo 1: participam e grupo 2: que não participam. A intenção era a partir de então formar subgrupos para a intervenção.

Abre-se aqui parênteses para explicar que o estudo de painel tornou-se inviável desse ponto da pesquisa em diante. Importante ressaltar que imprevistos permeiam o processo científico e, nesse caso, não foi diferente.

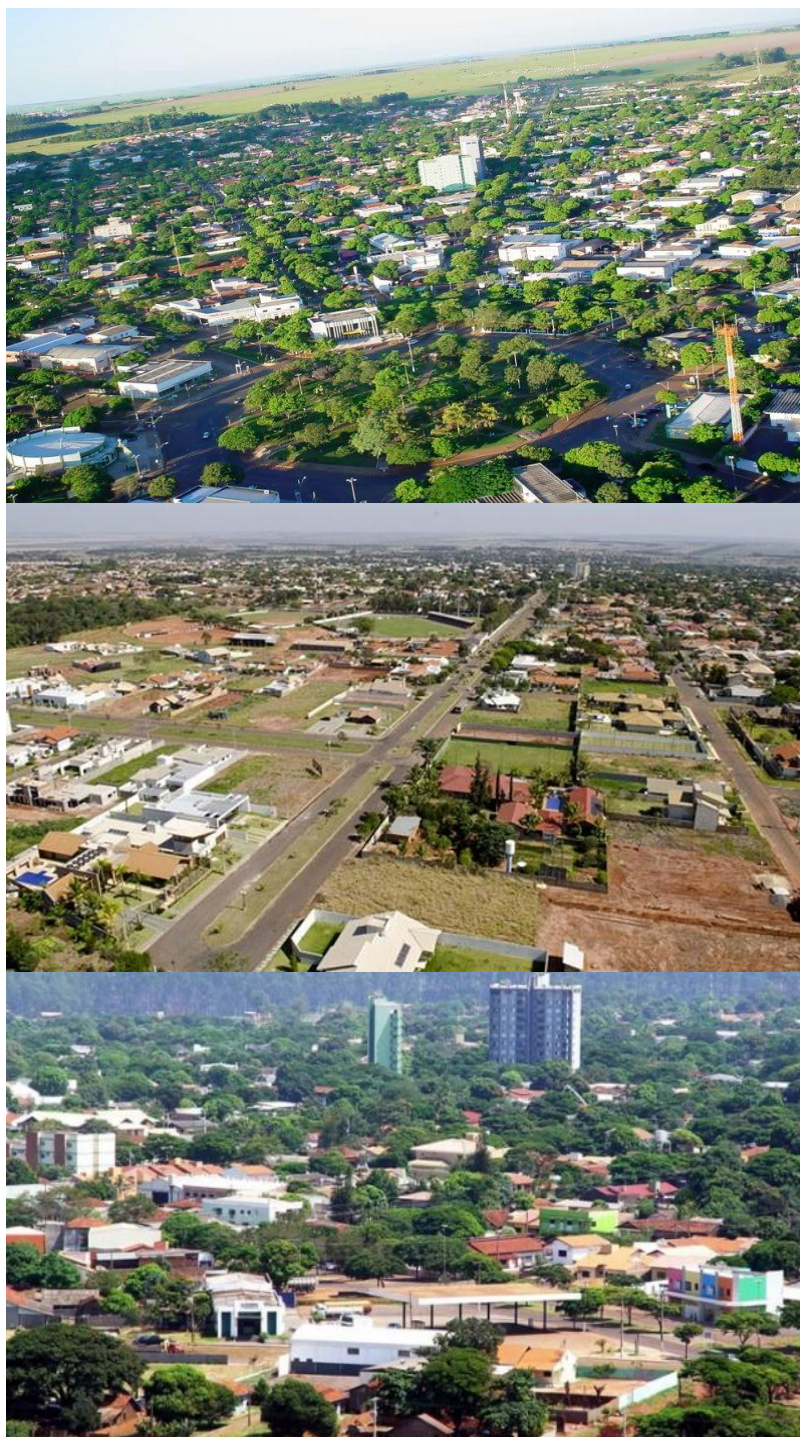
A princípio, como já relatado, pretendia-se realizar um acompanhamento do desempenho escolar dos estudantes e ao final realizar intervenção em um dos subgrupos do estudo de painel. Com os contratempos, a pesquisa foi reorganizada, pois não havia tempo suficiente para desenvolver o que havia sido proposto inicialmente. Assim, dispensou-se parte do material obtido com o estudo de painel e optou-se por partir para outra perspectiva dentro do mesmo tema.

A opção foi a de analisar a relação família/escola sob a perspectiva das famílias, já que comumente tem-se visto estudos do tema, sendo todos constituídos sob o viés da opinião da escola. Esclarecidos os motivos que levaram a mudanças durante o processo, passa-se aos procedimentos realizados para finalizar a pesquisa.

A pesquisa assumiu um caráter de abordagem quantitativa e qualitativa. Os questionários como instrumentos de coleta de dados foram mantidos e acrescentamos o uso de entrevistas como instrumento para ouvir os sujeitos.

3.1.1 Configurando o universo da pesquisa

Situado ao Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, o município de Naviraí (Figura 13) possui, segundo as estimativas populacionais de 2012, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, atualmente, 47.899 habitantes. Região bastante conhecida pela cultura da cana-de-açúcar e pelo rebanho bovino. O município ainda se destaca no cultivo de outras culturas como a soja, milho e recentemente a mandioca.



13 – Imagens do município de Naviraí, MS.

Fonte: Disponível em: <www.reportertermos.com.br/arquivos/noticias/navirai_vista_aerea.jpg>. Acesso em: 10 jul. 2012.

Aproximadamente, 82% da população que reside no município é alfabetizada. A população local conta com um total de quinze escolas públicas e duas privadas (BRASIL, 2010). São escolas de médio a pequeno porte, localizadas no perímetro urbano, que atendem inclusive aos alunos do transporte escolar, provenientes da zona rural. As escolas públicas, em

sua maioria, atendem nos três turnos, e em algumas funcionam provisoriamente cursos do ensino superior ou profissionalizantes. Apenas as escolas privadas e uma escola pública oferecem a educação infantil, pois essa modalidade tem seus prédios próprios (os Centros Integrados de Educação Infantil - CEIs), construídos pelo município e destinados a atender crianças da faixa etária de 0 a 5 anos.

Dados do Censo (IBGE, 2011) informam que o número de matrículas no Ensino Fundamental somam 7.220; no Ensino Médio, o total é de 1.870 matrículas e na Educação Infantil, 1.322. De acordo com o Censo 2010, a população residente que frequentava creche ou escola somava um total de 13.736 pessoas, e na faixa etária de 10 a 14 anos, média de idade em que se desenvolve esta pesquisa, o total era de 4.074 pessoas. No Brasil, em 2009, um total de 97,6% da população de 6 a 14 anos frequentavam estabelecimentos de ensino (IBGE, 2010a).

A frequência de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos à escola tem aumentado consideravelmente no Brasil, desde meados da década de 1990. Entretanto, as pesquisas demonstram que, a partir do Ensino Médio, a proporção é menos favorável, fator preocupante considerando que o mercado de trabalho tem exigido cada vez mais pessoas capacitadas.

Ressalta-se que a permanência passa pela questão da qualidade do ensino. O Ministério da Educação (MEC) tem organizado meios para acompanhar e avaliar a qualidade do ensino, sendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) um dos instrumentos utilizados para medir resultados. O nível estabelecido é comparado ao de países desenvolvidos e, até 2021, espera-se atingir as metas estipuladas.

Em relação aos índices de qualidade da educação básica, em 2011, o município de Naviraí demonstrou avanço nas séries iniciais, superando a meta esperada para 2015. Entretanto, nas séries finais, o índice foi mantido, o que torna preocupante as expectativas relacionadas à qualidade do ensino. No Estado, as condições também não foram boas. Nas séries iniciais atingiu-se a meta para 2017, enquanto que nas séries finais o índice caiu de 3,9 em 2009 para 3,8 em 2011. Em relação ao Brasil, a projeção é a mesma, pois os baixos índices nas séries finais deixam o município longe das metas nacionais.

Os dados confirmam que 85 pessoas na faixa etária de 10 a 14 anos se encontravam fora da escola e 12 nunca frequentaram. Interessante frisar que um grande número de famílias é cadastrado em programas federais (Bolsa Família, Vale-Renda, entre outros) e mesmo assim é possível encontrar pessoas fora da escola.

De acordo com a pesquisa, o município conta com um quadro de 345 docentes que atuam no Ensino Fundamental, 96 no Ensino Médio e 55 na Educação Infantil. Ressalta-se

que os dados aqui apresentados registram números das escolas públicas municipais, estaduais e privadas.

É possível verificar que a educação brasileira tem pouco a pouco adquirido resultados bem melhores se compararmos os dados apresentados pela PNAD de 2009 aos de 1999. Melhoras na frequência escolar, diminuição da taxa de analfabetismo e os índices atingidos pela educação básica demonstram mudanças. No entanto, é perceptível a ruptura que há na segmentação dos níveis de ensino. É necessário reavaliar as formas de mensurar os índices de qualidade do Ensino Fundamental, pois é intrigante que alunos que demonstram alto nível de conhecimento no início da escolarização sejam aqueles que posteriormente serão índices de evasão escolar ou que estão, há algum tempo, mantendo a média das séries finais, tão abaixo da meta estabelecida nacionalmente.

Em 2012 houve uma reformulação no plano de cargos e carreiras do magistério. Embora muitas dessas mudanças tenham favorecido a categoria, o município está longe de ações que valorizem efetivamente os docentes. O que se tem constatado é que os professores estão desmotivados e sem interesse em buscar formação para se aperfeiçoarem.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), “a qualidade do ensino só poderá acontecer se houver a valorização dos profissionais do magistério, por meio de uma política global capaz de articular a formação inicial, as condições de trabalho, o salário, a carreira e a formação continuada” (BRASIL, 2010b). Assim, falta ao município políticas que incentivem os docentes a investirem em cursos de formação visando à qualidade no ensino e não apenas com interesse de acrescentar cursos extras aos seus currículos.

O levantamento de dados sobre o município possibilitou informações sobre dados estatísticos, demográficos e quantitativos, fatores importantes para a distribuição do primeiro questionário. A pesquisa estatística demonstrou que o número de estudantes do município de Naviraí, MS (Figura 14) está em torno de 9.090 matrículas do Ensino Fundamental e Médio (BRASIL, 2010). Há de se considerar que muitos destes são irmãos, já que é comum ao município ter famílias numerosas. Por tal razão, optou-se por desconsiderar um terço dessas matrículas e foram envolvidos cerca de 600 estudantes.

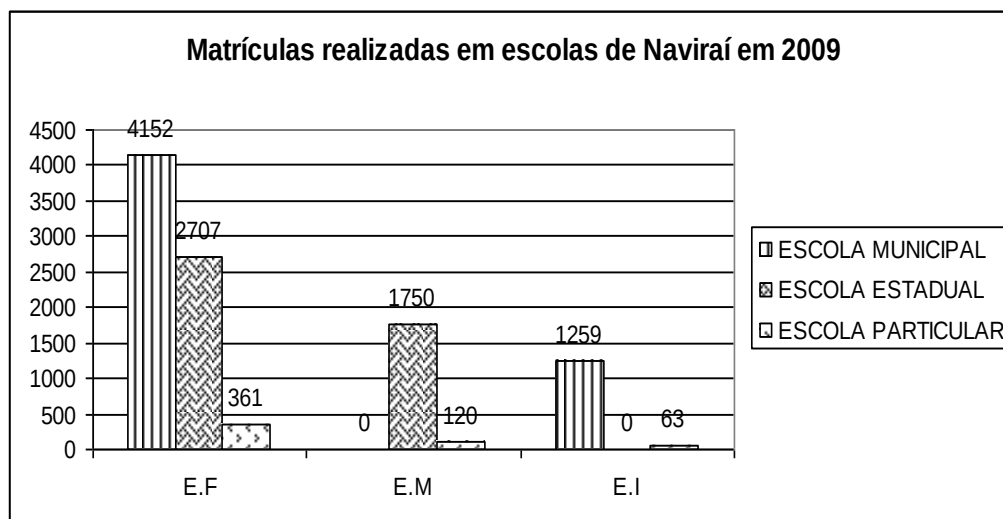


Figura 14 – Gráfico de número de matrículas realizadas no município de Naviraí, MS -2009.

Fontes: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo educacional 2009**. Brasília: MEC/INEP; IBGE, 2010.

Verificou-se a quantidade de escolas do município e clientela atendida por elas, configurando assim o perfil das escolas: escola pública central de grande e médio porte, escola pública periférica de grande e médio porte, escola rural, escola particular (Figura 15).

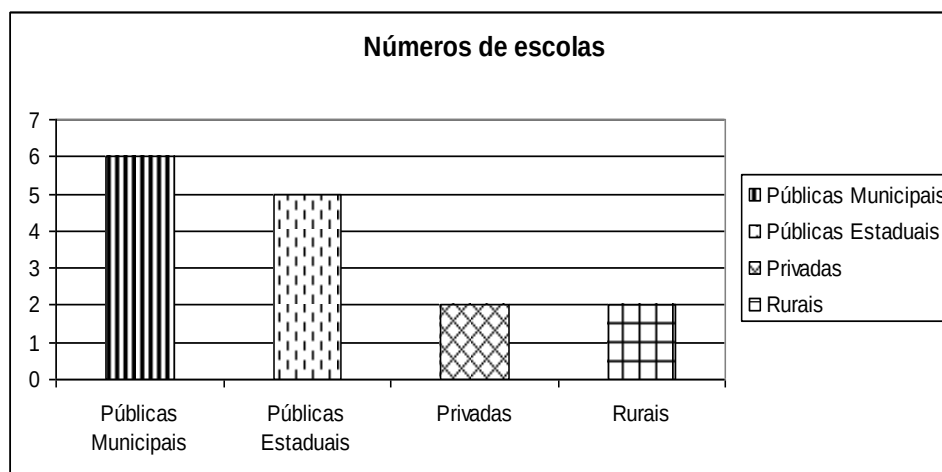


Figura 15 - Gráfico de número de escolas em Naviraí, MS.

Fontes: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo educacional 2009**. Brasília: MEC/INEP; IBGE, 2010.

O município conta ainda com duas universidades (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS) e uma faculdade particular (Faculdades Integradas de Naviraí - FINAV); entretanto, muitos jovens residentes na cidade se deslocam para outros municípios para cursarem o Ensino Superior.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, a Figura 16 apresenta a situação do município comparada a do Brasil e a do Estado de Mato Grosso do Sul.

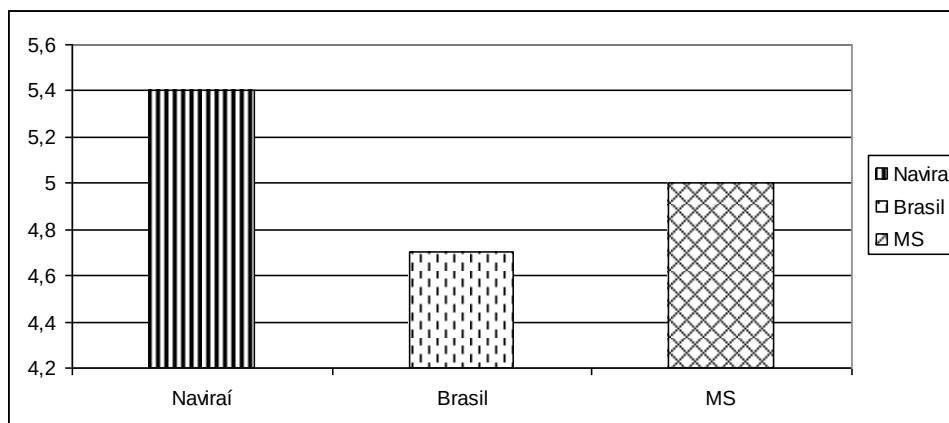


Figura 16 - Gráfico de comparação de médias municipais – 2011.

Fontes: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo educacional 2009**. Brasília: MEC/INEP; IBGE, 2010.

A Figura 17 demonstra a progressão do IDEB na Rede Municipal de Ensino. As letras de A até F representam as seis escolas da Rede Municipal de Naviraí, MS.

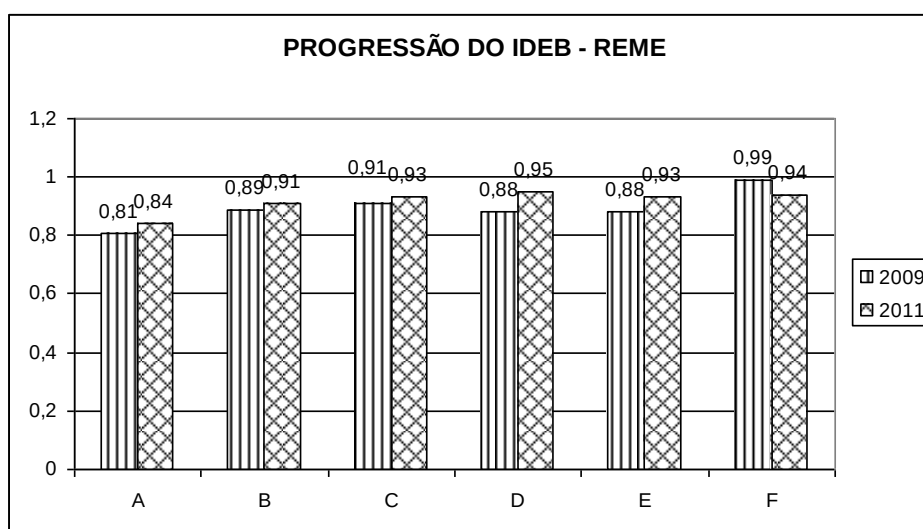


Figura 17 - Gráfico de progressão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino.

Fontes: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo educacional 2009**. Brasília: MEC/INEP; IBGE, 2010.

A Figura 18 demonstra a trajetória de aprovação nas escolas municipais de Naviraí, MS, um comparativo entre 2009 e 2011.

O município apresenta média no IDEB acima das médias nacionais e estaduais e o índice vem progressivamente se elevando. Importante observar que algumas escolas estão mantendo o índice em duas avaliações consecutivas, o que não é muito bom, considerando que elas acontecem a cada dois anos.

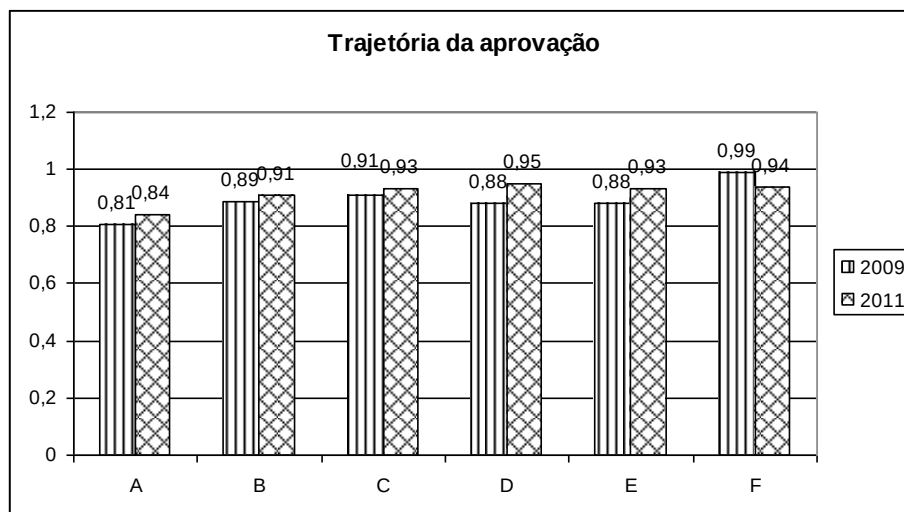


Figura 18 - Gráfico de trajetória da aprovação nas escolas municipais de Naviraí, MS.
Fontes: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo educacional 2009**. Brasília: MEC/INEP; IBGE, 2010.

Atualmente, muitas medidas estão sendo tomadas pelos gestores municipais para alavancar o índice; entretanto, há de se ressaltar que índice elevado não significa ensino de qualidade. São necessários mais que bons índices. São conjuntos de ações que devem ser organizados desde o início do Ensino Fundamental e que envolvem práticas docentes, currículos bem-elaborados, planejamento com objetivos e aprendizagem significativa.

3.1.2 A aplicação dos instrumentos da pesquisa

Foram delimitados ano/série para a distribuição dos questionários. As famílias selecionadas foram as de estudantes do 3º e 7º ano do Ensino Fundamental. Também foram distribuídos questionários no 2º ano do Ensino Médio, pois, a princípio, se conjecturou a possibilidade de esses estudantes serem variáveis importantes na pesquisa.

Para que os questionários fossem distribuídos, os gestores das escolas foram contatados, foi-lhes apresentado o objetivo da pesquisa e solicitada autorização para a distribuição dos questionários e colaboração na coleta destes. Inicialmente, deveriam ser distribuídos os questionários em três escolas que se enquadrassem no perfil preestabelecido. No entanto, não foi possível trabalhar apenas com esse número de escolas, pois alguns fatores

dificultaram o desenvolvimento da pesquisa, entre os quais, a insuficiência no número de turmas e a ausência de turmas com a faixa etária que atendia ao perfil desejado.

Foram distribuídos aproximadamente 695 questionários para que pudesse abranger o público pretendido. Como previsto, dos questionários distribuídos muitos não foram utilizados, pois foram devolvidos em branco ou com informações insuficientes; além disso, aproximadamente 30% destes não obtivemos retorno.

Dos questionários que retornaram, extraíram-se os seguintes dados: 32,80% das famílias declararam participar razoavelmente ou muito; 13,24% declararam não participar ou participar pouco; os demais questionários foram descartados por estarem parcialmente preenchidos ou em branco, o que impossibilitaria tirar informações relevantes. A partir dos dois grandes grupos, constituíram-se os perfis e foram selecionadas 45 famílias, para participarem da segunda etapa da pesquisa (Apêndice B).

Considerando os perfis, prosseguiu-se aplicando o questionário intermediário, cujo objetivo era identificar os motivos que levavam essas famílias a participar ou não da vida escolar dos estudantes. Do segundo questionário, foi distribuído um total de 45. Para tanto, foi necessário contato com as famílias selecionadas, o que não foi muito fácil, considerando a proximidade das férias. Foram enviados alguns questionários por *e-mail*, os quais não retornaram. Outros foram entregues aos estudantes nas escolas, mas poucos retornaram também. Dessa forma, optou-se por estabelecer contato por telefone e pedir o endereço residencial para concluir essa etapa da pesquisa. Percebeu-se que há uma grande resistência das famílias em participar de pesquisa, talvez por desconhecerem o processo, ou ainda por se sentirem expostas.

Os participantes encontravam-se distribuídos em diversos bairros e até mesmo na zona rural, o que requeria disponibilidade de tempo para visitá-los. Como há uma grande facilidade em trocar números de telefones, o contato por esse meio de comunicação também foi complicado, restando apenas como opção, estabelecer contato por intermédio dos estudantes. Isto não foi nada fácil, visto que estes se mostraram arredios e desinteressados em colaborar.

Convém ressaltar que no primeiro grupo havia pessoas residentes na área rural, em virtude do deslocamento de transporte escolar para a cidade. Assim, entre as escolas em que foram distribuídos questionários, havia um número significativo de alunos da área rural, que compõem o quadro de estudantes da escola urbana.

A próxima etapa foi a distribuição de um questionário específico as 15 famílias selecionadas entre as 45 que haviam participado do questionário anterior, além das entrevistas individuais (Apêndice C).

As entrevistas foram utilizadas com o objetivo de aproximação com os participantes e acesso ao que eles pensam, como percebem a participação, a representatividade da escola, e ouvir seus argumentos sobre o tema. Para a realização das entrevistas, recorreu-se às visitas aos participantes e, por meio delas, manteve-se uma interação com os sujeitos (Apêndice F).

Elaborou-se um roteiro de entrevista estruturada com questões direcionadas visando a obter dados que as preenchessem categoricamente. Paralelos às entrevistas, os momentos de contato com a realidade dos sujeitos permitiram aprimorar a técnica de observação. Utilizou-se como recurso para registro das entrevistas, o *notebook*. Os áudios foram gravados no equipamento e posteriormente transcritos.

Foram entrevistas que possibilitaram ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto. Optou-se pela entrevista por se tratar de um instrumento que permite coletar informações que somente a pesquisa bibliográfica ou os questionários não possibilitariam. As entrevistas foram realizadas com a pessoa adulta responsável pelo acompanhamento da vida escolar.

Inicialmente foi difícil adquirir confiança dos entrevistados para falarem sobre o tema proposto. Alguns se mostraram indecisos se deveriam ou não falar o que pensavam, por acreditarem que poderíamos levar seus depoimentos ao conhecimento da escola. Passou-se por uma fase de convencimento para que acreditassem que o objetivo era tão somente colaborar para que a relação família/escola, no que tange à participação, seja vista com outros olhos a partir desta pesquisa.

3.2 Os perfis das famílias envolvidas na pesquisa

Para desenvolver a pesquisa, fez-se necessário constituir perfis de famílias. Não havia a intenção de estipular um padrão único, pelo contrário, buscaram-se perfis diferentes que não permitissem uma padronização. Os questionários permitiram identificar os sujeitos e configurar os perfis que serão apresentados nos próximos parágrafos.

As famílias selecionadas apresentam renda que variam de 1 a 5 salários mínimos; muitos adultos estão cursando ensino fundamental, médio ou superior e a maioria se caracteriza como família nuclear (pai, mãe e filho(s)). A maioria dos adultos participantes trabalha fora, em alguns casos, o casal e, em raríssimos casos, apenas um deles.

Outro critério adotado foi selecionar famílias dos mais diversos bairros da cidade, por isso as escolas selecionadas para a distribuição dos questionários também foram criteriosamente escolhidas. Foram assim selecionados participantes da área central cujos

filhos estudam em escolas públicas centrais e privadas, bem como residentes na área periférica com filhos que compõem a clientela de escolas da periferia.

Compuseram ainda esses perfis, famílias que declararam participar muito, razoavelmente ou pouco. Esse critério foi o primeiro observado para a composição dos dois grandes grupos do início da pesquisa.

Por fim, o critério da composição familiar. Pretendia-se verificar a possibilidade de a participação estar condicionada à forma como essas famílias se configuram e, para tanto, buscou-se participantes que apresentassem diferentes organizações familiares, como lares com formação nuclear ou famílias chefiadas por mulheres.

Os dados apresentados, a partir de então, foram resultados dos questionários aplicados.

a) Renda mensal familiar em salários mínimos

Identificou-se que os participantes que declararam renda mensal mínima estão entre os que participam muito ou que consideram ter uma participação mediana (Figura 19). Embora um número expressivo de participantes tenha declarado renda mínima de até um salário mínimo, ressaltamos que aparentemente a renda não condiz com a declarada, fator observado nas visitas. Entretanto, considerou-se o depoimento dos sujeitos.

4 a 5 salários mínimos	2 a 3 salários mínimos	Até 1 salário mínimo
33,5%	33,5%	26,5%

Figura 19 - Tabela de renda mensal dos participantes.

b) Escolaridade

No que se refere à escolaridade (Figura 20), a maioria dos adultos que responderam aos questionários está cursando, já cursou ou tem o Ensino Fundamental incompleto. Outros, na mesma situação, em relação ao Ensino Médio e Nível Superior. Há no município um número crescente de adultos procurando por matrículas nas escolas: muitos, para concluir a escolaridade, e outros, em busca de declarações como “cursando” para garantir vaga no

emprego. Importante ressaltar que o nível de escolaridade dos participantes desta pesquisa não será considerado fator determinante no acompanhamento da vida escolar.

Cursando, com Ensino Superior completo ou incompleto	Cursando, com Ensino Médio completo ou incompleto	Cursando, com Ensino Fundamental completo ou incompleto	Nenhuma
26,5%	33,5%	33,5%	6,5%

Figura 20 – Tabela de escolaridade dos participantes da pesquisa.

c) Composição familiar

A forma como se compõem essas famílias varia muito (Figura 21). Há perfis do tipo nuclear (pai, mãe e filhos), estendidas (pai, mãe, filhos, avó(s) e tio(s)). Quarenta por cento das famílias são chefiadas por mulheres, o que não surpreende se considerarmos que dados estatísticos informam que o município tem 487 lares, cujas mulheres não têm cônjuges (IBGE, 2011). E ainda, família que têm como característica outras pessoas agregadas (avós, tios e netos).

Homem, mulher e filho(s)	Homem, mulher, filhos, avó e tio	Mulher e filho(s)	Mulher, avó e filhos	Padrasto, mulher e filho
40%	6,5%	33,5%	6,5%	13,5%

Figura 21 – Tabela de composição familiar dos participantes.

De acordo com o IBGE (2006), houve mudanças na família brasileira de 1995 a 2005.

A Síntese dos Indicadores Sociais revela que, entre 1995 e 2005, na região Sudeste, o percentual de famílias formadas por casais com filhos caiu de 56,6% para 48,5%. Fatores como o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho podem ter ocasionado mudanças na estrutura das famílias brasileiras: o número das que eram chefiadas por mulheres cresceu 35%, no período. Esse aumento vem ocorrendo mesmo nas famílias onde há a presença do cônjuge.

Ainda conforme o IBGE (2006), o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou aproximadamente 35%, passando de 22,9%, em 1995, para 30,6%, em 2005; e que a chefia feminina é mais expressiva entre as idosas (27,5%). Acredita-se que isso seja reflexo

da maior expectativa de vida das mulheres e da maior presença delas em domicílios unipessoais (com um só morador).

Os indicadores apontam que em regiões metropolitanas, onde o acesso à informação e ao mercado de trabalho é mais fácil, as mulheres têm mais condições de assumir a chefia familiar. A chefia feminina, porém, ainda é fortemente representada nos lares onde não há cônjuge, principalmente no tipo de arranjo no qual todos os filhos têm 14 anos ou mais de idade. Nesse caso, é possível encontrar mães solteiras ou separadas com filhos já criados ou até mesmo viúvas, cujos filhos permanecem em casa por opção ou necessidade. Com a presença das mulheres no mercado de trabalho, houve redução da fecundidade e o tamanho médio das famílias diminuiu.

d) Participação na vida escolar

É possível perceber que há um equilíbrio entre os percentuais de participação (Figura 22). Embora a maioria tenha declarado uma participação mediana, ao longo da pesquisa, principalmente nas entrevistas, apresentam momentos em que participam mais, outros em que a participação fica abaixo do que poderia ser esperado.

Participam muito	Participação mediana	Participam pouco
33,5%	40%	26,5%

Figura 22 - Tabela de participação na vida escolar.

Os participantes da pesquisa são conscientes da importância do papel da escola e da família. Declararam acreditar que os estudos são importantes na vida de uma pessoa, principalmente por gerarem possibilidades de bons empregos. Acreditam que o acompanhamento da vida escolar é necessário, a partir do momento em que se espera algo melhor para os filhos, como uma boa formação ou um bom emprego.

3.2.1 Como se compõem as famílias entrevistadas

A concepção idealizada de família já não existe há muito tempo. O modelo formado por marido, esposa, filhos, em que somente o pai trabalha fora para o sustento da família e a

mãe cuida dos afazeres domésticos com tempo para acompanhar a educação dos filhos, tornou-se raridade nos dias atuais (SANTOS, R., 2009).

Evidenciam-se aqui as diferentes maneiras de composição e convivência que encontramos em contato com as famílias envolvidas na pesquisa.

Família 1:

- marido (47 anos) e esposa (43 anos) legalmente casados em primeira união;
- um filho (11anos) de ambos;
- os adultos trabalham fora;
- possuem casa própria, localizada próxima à escola, porém longe do local de trabalho;
- a mãe é responsável pelo acompanhamento da vida escolar;

Família 2:

- marido (38 anos) e esposa (32 anos) em união estável, ambos em primeiro “casamento”;
- eles têm ensino médio completo;
- são três filhos dessa união (15,13 e 10 anos de idade);
- além do casal e dos filhos a avó materna (62 anos) e o irmão da esposa, residem com a família;
- trabalham fora o marido, a esposa e o irmão da esposa;
- residem em casa própria;
- a avó e a mãe dividem a responsabilidade pelas crianças.

Família 3:

- marido (45 anos) e esposa (38 anos) em primeira união estável;
- um casal de filhos (14 e 11anos);
- marido e esposa com ensino médio;
- adultos trabalham fora;
- residem em casa própria, que fica próxima da escola dos filhos e longe do trabalho;
- marido e mulher compartilham as responsabilidades no acompanhamento da vida escolar;

Família 4:

- marido (32 anos) e esposa (29 anos). A mulher em segundo casamento.

- um filho (11 anos) do primeiro casamento e três do atual (8, 6 e 3 anos);
- o marido trabalha fora;
- a esposa trabalhava fora, mas parou de trabalhar para cuidar dos filhos;
- não residem em casa própria, que fica distante da escola e do trabalho;
- a mãe é responsável em acompanhar a vida escolar;

Família 5:

- mulher (35 anos) divorciada;
- uma filha (15 anos) adolescente do primeiro casamento;
- não residem em casa própria;
- o pai da menina reside na mesma cidade e é bastante presente;
- a mãe é responsável pelo acompanhamento da vida escolar, mas o pai contribui;
- a mãe tem Ensino Superior Completo;

Família 6:

- marido (60 anos) e mulher (52 anos) ambos em segundo casamento;
- os dois viúvos com filhos do casamento anterior;
- a filha (9 anos) da mulher reside com o casal, e é fruto de um relacionamento entre o primeiro e o segundo casamento;
- adultos com pouco estudo;
- os dois são aposentados;
- residem em casa própria;
- mãe é responsável pelo acompanhamento escolar;

Família 7:

- mulher (37 anos) nunca casou;
- tem um filho (10 anos) de um relacionamento anterior;
- é responsável pelo sustento da casa e pelo acompanhamento da vida escolar;
- trabalha fora;
- não residem em casa própria;
- concluiu o Ensino Médio;

Família 8:

- marido (34 anos) em primeiro casamento, mulher (36 anos) em segundo casamento;

- mulher com filhos (16 anos) primeiro casamento (13 e 10 anos de idade) do atual;
- o casal trabalham fora;
- casal concluiu o Ensino Fundamental cursando a Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- a mãe é responsável pelo acompanhamento da vida escolar;
- residem em casa própria, próxima da escola;

Família 9:

- marido (29 anos) e esposa (31 anos) ambos em primeiro casamento;
- dois filhos da união (11 e 9 anos);
- o casal trabalha fora;
- residem em casa própria, próxima da escola e do trabalho;
- a mãe é responsável por acompanhar a vida escolar;

Família 10:

- marido (36 anos) e esposa (31anos) em primeira união estável;
- dois filhos da união (11 e 5 anos de idade);
- residem em casa própria, próxima da escola e do trabalho;
- comerciantes;
- a mãe é responsável pelo acompanhamento na vida escolar;
- os adultos têm Ensino Superior.

Família 11:

- mulher (37 anos) não é casada;
- três filhos (22, 14 e 12 anos de idade), de pais diferentes com os quais a mãe não foi casada;
- residem junto com a avó (63 anos) aposentada que ajuda nos cuidados;
- a mulher e o filho mais velho trabalham fora para o sustento da família;
- a avó não estudou e a mãe tem Ensino Superior;

Família 12:

- mulher divorciada (37 anos);
- um filho (12 anos);
- trabalha fora para o sustento da família;

- não reside em casa própria;
- é responsável pelo acompanhamento da vida escolar;

Família 13:

- mulher (34 anos) separada;
- tem cinco filhos (15, 13, 9, 6 e 2 anos de idade), de cinco pais e relacionamentos diferentes;
- reside em casa própria, próxima ao trabalho e escola;
- trabalha fora e recebe pensão para ajudar no sustento dos filhos;
- é responsável pelo acompanhamento da vida escolar;

Família 14:

- marido (33 anos) e mulher (28 anos) em primeira união;
- mulher tem um filho (9 anos) de um relacionamento anterior e está grávida do relacionamento atual;
- trabalham fora;
- o pai biológico participa e acompanha a vida escolar;
- o padrasto compartilha com a mulher as responsabilidades na educação do menino;
- residem em casa própria, distante do trabalho e da escola;

Família 15:

- mulher (40 anos) divorciada;
- filho (14 anos) do casamento;
- reside em casa própria, próxima à escola do filho;
- trabalha autônoma;
- é responsável por acompanhar a vida escolar;
- está fazendo curso de graduação.

3.2.2 A escola sob o ponto de vista das famílias

Há uma grande discussão sobre o conceito de participação que permeia a relação escola e família. Para a escola, as formas como as famílias participam são insatisfatórias, inadequadas e insuficientes para contribuir no processo ensino-aprendizagem. Comumente são apresentados estudos que discutem essa participação, sob a ótica da escola, professores e

gestores. O que se pretende com esta pesquisa é apresentar a perspectiva de participação sob o ponto de vista das famílias, dando vez e voz às pessoas que se encontram do outro lado dessa relação, e que muitas vezes são envolvidas por um discurso padronizado que lhes atribui a culpa pelo fracasso do processo educativo.

As famílias entrevistadas relataram fatos sobre a importância dos estudos, a relação com a escola, os motivos de participarem ou não, como fazem o acompanhamento da vida escolar, entre outros assuntos. Nos próximos parágrafos serão apresentadas as falas dos participantes que, embora relutantes, contribuíram significativamente com esta pesquisa.

Interessante nos trechos a seguir, a importância que os sujeitos acreditam ter os estudos na vida de uma pessoa:

O estudo é tudo, até para arrumar serviço é mais fácil. Sem estudo não dá pra ter uma boa profissão, tem que puxar enxada como eu já puxei tanto. Tenho 52 anos e nunca estudei meus pais nunca me deixaram estudar. **A primeira caneta, o primeiro lápis que meu pai colocou na minha mão, foi o cabo da enxada.** Comecei a estudar tem dois anos para aprender assinar o nome. Já reconheço muitas letras. A matemática eu acho mais fácil. Na caneta ainda não aprendi a fazer conta direito, mas na cabeça faço qualquer conta. Vou ficar mais um ano tentando porque está muito difícil de aprender, depois eu desisto. (Família 6², grifos nossos).

O estudo é muito importante. Eu parei de estudar há 12 anos e depois de um tempo caí na real e disse pra mim mesma que tinha que voltar a estudar. **Meu esposo também voltou a estudar porque o patrão começou a cobrar.** Uma mulher do Vale Renda me visitou e me disse para entrar no PROJOVEM. Ela me disse que eu precisava embarcar nessa, era a minha chance de voltar a estudar. Eu disse a ela que não dava porque não podia deixar as crianças sozinhas, mas ela me falou que teria uma renda. Voltei a estudar porque tinha uma renda que me ajudava a pagar uma babá para cuidar das crianças. Estou na luta porque quero o melhor para os meus filhos. (Família 8, grifos nossos).

Nessas falas percebe-se que, por diferentes motivos, os participantes agregam importância aos estudos. Na primeira fala, destaque para o trecho em negrito que elucida bem o porquê desse participante acreditar que deixar de frequentar a escola acarreta consequências não favoráveis à vida de uma pessoa. Esse participante representa milhares de brasileiros que tiveram que trocar os bancos da escola para ajudar no sustento da família, e estudar era um luxo desnecessário. Carraher, Carraher e Schliemann, (1993, p.25) contribuem com a seguinte colocação: os pais “[...] não podem permitir aos seus filhos o luxo de uma educação prolongada diante de sua necessidade de empregá-los precocemente para contribuir para o sustento da casa”.

Com a Lei de Diretrizes e Bases (9.394/1996), as crianças passam a ter seus direitos garantidos à educação. Em seu art. 6º, a LDB descreve: “É dever dos pais ou responsáveis

²Além de apresentar dados mais concretos sobre as famílias nas páginas 72 a 75, também é possível no Apêndice F remeter-se aos perfis dessas famílias, por não ser possível estar a todo o momento repetir tais dados.

efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental” (BRASIL, 1996).

No segundo caso, percebe-se que a mãe voltou a estudar em busca de um emprego melhor e, conseqüentemente, um salário que possibilite melhorar a qualidade de vida oferecida aos filhos. O município de Naviraí conta com um grande número de pessoas cursando projetos como EJA e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). As empresas que atualmente estão se instalando no município têm exigido escolaridade para contratar funcionários, o que aumentou a demanda por vagas em projetos como os anteriormente citados.

Estudar é importante porque na escola aprendemos coisas que serão úteis para nossa vida. Eu quero que meus filhos estudem e acho que através dos estudos eles vão realizar os sonhos deles, assim como realizei os meus. Se hoje tenho um bom emprego, devo ao meu esforço na escola. Concluir o ensino superior me proporcionou um bom trabalho, por isso cobro deles, para garantias no futuro. (Família 11).

É possível perceber que as famílias estão apostando muito na escola, embora, às vezes, o façam equivocadamente, por não agregarem à escola o papel que lhe compete e sim a perceberem como instituição para cuidar de seus filhos. Grande parte já apresenta uma visão diferente, quer educação de qualidade, seus filhos qualificados. São pessoas mais críticas, participativas. Demonstram sua insatisfação com a certeza de estarem usufruindo de um direito que lhes é garantido.

A escolha da escola nem sempre é uma missão fácil.

Na boa? Eu tinha escolhido a escola por proximidade e por causa das dicas que as pessoas dão. A gente procura uma escola que é considerada boa, fiz a pré-matrícula, mas meu filho foi matriculado em outra. Estou insatisfeita porque estão tirando o direito da gente escolher. Por ser estadual, matriculam onde tem vaga e ele terá que atravessar quase que a cidade toda pra estudar em uma escola que eu não queria. Na escola em que ele foi matriculado não conheço ninguém. Já chega a escola em que ele estudava o ano passado que pra mim é uma porcaria. Tinha muitos alunos grandes que até fumavam dentro da escola e ameaçavam os alunos menores. Eu tinha muito medo e orientava para não se envolver em confusão e não adiantava reclamar porque a diretora não fazia nada para mudar a situação. Tirei meu filho de lá, você acha que ele poderia aprender coisas boas estudando em uma escola desse nível? (Família 4).

A escola é longe da minha casa, mas até agora tem sido ótima no meu ponto de vista. Eu escolhi a escola por dois fatores: foi em primeiro lugar por segurança e em segundo lugar pela qualidade de ensino. Acredito que a escola deve oferecer segurança porque fico mais tranquila sabendo que eles estão seguros. (Família 3).

Muitos escolhem a escola que geograficamente fica mais próximo de casa. Outros porque ouviram falar bem da escola ou ainda por acreditarem que ela oferece segurança aos

filhos. Ressalta-se que, no caso da família 4, não houve titubeio em trocar o filho de escola, quando esta já não satisfazia suas ansiedades.

Fica evidente que as famílias buscam escolas que oferecem mais segurança e, de acordo com elas, qualidade de ensino. Observou-se por meio de conversas informais que os participantes medem a qualidade do ensino oferecido na escola conforme aquilo que as pessoas comentam sobre esta. Embora o Governo Federal tenha se empenhado em divulgar nos meios de comunicação os processos pelos quais tem verificado a qualidade de ensino no País, muitos dos entrevistados informalmente afirmaram que desconhecem o IDEB da escola em que matriculam seus filhos.

Escolhi a escola que fica perto da minha casa e minha filha pode ir até sozinha. Também porque gosto das pessoas da escola. Por morar perto da escola, posso estar presente sempre que me chamarem. Se não chamam, venho mesmo assim, porque gosto de saber como ela está se comportando na escola, se está respeitando os professores e se não está procurando encrenca com os colegas. (Família 6).

Conhecer as pessoas que trabalham na escola também influencia na escolha da escola. Muitos pais se sentem mais seguros quando têm uma pessoa conhecida na escola. Importante destacar que, nesse trecho, o participante afirma uma participação espontânea. Mesmo que a escola não o chame, está sempre presente buscando informações sobre o desempenho da filha.

A opinião das famílias sobre as escolas diverge bastante e em alguns momentos há até mesmo certa contradição entre as falas, pois, ao mesmo tempo em que elogiam a instituição, apresentam críticas sobre a gestão.

A escola deveria pensar em formas de dar prioridade à nossa participação. A escola tinha que ser mais aberta para os pais. Os pais tinham que ter mais conhecimento do que acontece na escola. Alguns não têm interesse em se informar, mas acho a escola muito fechada para certos assuntos. O contato se restringe às reuniões. Não dão liberdade para a gente falar com a coordenação e direção. Já tentei mais de cinco vezes falar com o diretor e não consigo. Sempre inventam uma desculpa e não me deixam falar com ele. (Família 3).

Destaca-se a fala desse participante que anteriormente conceitua a escola como ótima por oferecer qualidade e segurança. Já nesse momento, demonstra insatisfação com a forma de como a gestão lida com a presença dos pais. A LDB (art.12, parágrafo VI) enfatiza que cabe à escola “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996). Porém, esse princípio não parece estar sendo considerado nesse caso, já que a equipe gestora (diretor e coordenação) não disponibiliza tempo para a interação com os pais.

Importante salientar que alguns participantes demonstraram insatisfação com a forma de gerir as escolas.

De um tempo pra cá, minha opinião sobre a escola mudou. Os professores estão enfrentando muitos problemas porque os alunos não respeitam nem mesmo os colegas de turma. Acho que o diretor deu muita liberdade para os alunos. Agora os alunos não respeitam mais os professores. Acredito que a indisciplina está atrapalhando e os professores estão avaliando os alunos pelo comportamento. Outro dia fui à escola conversar com o diretor sobre o professor de história. O professor levava tudo a ferro e fogo e dava aula para as crianças como se tivesse dando aula na faculdade. O diretor o chamou o professor e ele disse que ou os alunos saíam ou ele sairia e acabou que ele saiu. (Família 11).

Observa-se que o participante fez uma avaliação do gestor (diretor) em sua fala. Acredita que os professores enfrentam problemas ocasionados pela indisciplina porque o diretor permitiu que os alunos tivessem uma liberdade que foi além dos limites. Há também uma avaliação do trabalho pedagógico e, nesse caso, a expressão utilizada denota que o participante, embora não esteja o tempo todo na escola, observa que o professor tem dificuldades em lidar com adolescentes.

A escola não é ruim, mas está sendo bem difícil ver que minha filha não está conseguindo acompanhar a turma. Ela tem muita dificuldade e piorou depois que a professora tirou licença. O pior é que teve muita troca de professores. Quando ela estava se acostumando com uma, vinha outra. Acho que ela não conseguirá passar de ano se continuar assim. (Família 5).

As famílias observam que a rotatividade de professores tem influenciado na aprendizagem. Algumas até contam o número de professores que já passaram pela sala dos filhos. A rotatividade acarreta ainda problemas com a metodologia, pois são muitos professores com diferentes metodologias. Para os alunos das séries iniciais principalmente, esse fator pode ser fatal, já que demoram a assimilar as trocas.

Com o aumento das horas atividades para os professores do Ensino Fundamental, o município de Naviraí implantou algumas disciplinas na grade, que são parte diversificada. Tal decisão fez aumentar o número de professores desde o primeiro ano do Ensino Fundamental. Há críticas em relação a essa ampliação, por parte de algumas famílias, pois acreditam que a ampliação dificultou o contato com os professores, já que todas as vezes que vão à escola, encontram professores diferentes e nem sempre preparados para lhes informar sobre o aluno do qual foram buscar informações. Em contrapartida, há os que acreditam que a ampliação faz aumentar a qualidade, pois os estudantes terão acesso a mais conhecimento.

3.2.3 Como e quanto a família participa da vida escolar

O conceito de participação apresentado pelos sujeitos envolvidos nesta pesquisa vem para contrapor o conceito preestabelecido pela escola e nos proporciona uma reflexão sobre

estabelecer níveis quantitativos para essa participação e se esta estaria condicionada somente à presença física na escola.

Importante dar voz a esses sujeitos porque, normalmente, seus discursos são desconsiderados. Discute-se a participação mensurada nos discursos de professores, gestores e a conclusão é sempre a mesma: o aluno tem dificuldade porque a família não participa ou participa pouco.

Analisando dados coletados, observou-se que:

- a) as famílias que declararam ter uma participação mediana participam razoavelmente das atividades escolares, quer sejam nas reuniões ou acompanhamento de atividades extraclasses. Na maioria são famílias com baixa escolaridade e compostas de diferentes maneiras;
- b) os participantes que declararam pouca participação apresentam algum conhecimento escolar, mas, por diferentes motivos, declararam que participam menos do que deveriam;
- c) aqueles que consideram participar muito, tem um número expressivo de pessoas com ensino superior ou algum curso de graduação.

Como já citado, não se acredita que a falta de escolaridade seja fator condicionante à baixa participação, pois, ao observar as famílias que declararam participar pouco da vida escolar, são pessoas que apresentam certo grau de instrução e que por outros motivos deixam de participar. Nos trechos a seguir fica evidente que os participantes estão cientes da importância de sua participação.

A minha forma de participar é assim: tudo o que tem relacionado à escola e que convoca os pais para irem eu estou dentro. Já aconteceu de ter duas coisas no mesmo horário, uma na escola do menino maior outra na escola da Educação Infantil. Eu tento ir a tudo e se não tem jeito, peço para alguém (parente) ir em meu lugar. Tento participar o máximo possível. Já participei até de atividades que era para o pai dele no dia dos pais e ele não pode ir, então eu fui. Participo porque assim fico sabendo das coisas que acontecem dentro da escola e se eu tiver que reclamar de alguma coisa, estarei no meu direito. **Considero que participo mais ou menos, porque tem coisas que não consigo participar. Participar muito seria ir a tudo, estar 100% presente e isso não é possível.** (Família 1, grifos nossos).

Nesse caso, destaca-se a fala da mãe que, embora consciente da importância da sua participação, admite que não participa de tudo. Observa-se que ela se esforça para estar presente, acompanhar e, mesmo com seus esforços, não se permite declarar-se como mãe que participa muito.

Tem que acompanhar todos os dias. A conversa é muito importante para saber quais são as dificuldades. Ela tem bastante autonomia, mas acredito que o estudante valoriza quando a família está próxima, acompanhando. (Família 5).

Se eu não participasse da vida escolar dos meus filhos, tenho certeza que iria complicar muito. **Tem aluno que “vai” sem a participação dos pais, eu, por exemplo, sempre fui boa aluna e minha mãe quase não participava.** Mas no meu ponto de vista se eu não fosse uma mãe sempre presente, acompanhando, complicaria muito a vida deles e eu teria muitas surpresas no final do ano como, por exemplo, saber que eles reprovaram. (Família 8, grifos nossos).

Como mãe, acredito que o estudo é a base de tudo. A gente percebe a diferença de uma criança que tem apoio pra estudar em relação a que não tem. A criança que não tem apoio não faz tarefas e os pais só recebem reclamações. Nunca recebi reclamações do meu filho, pois estou sempre atenta às atividades escolares. (Família 4).

Eu gosto da metodologia da escola. Meu filho foi alfabetizado bem rápido. Os professores dão bastante tarefa. Eu participo para acompanhar porque criança a gente sempre fica em dúvida. Procuro estar presente em todas as reuniões e nas comemorações. Todos os dias eu levo e busco na escola e se tiver dúvidas, aproveito para perguntar. **Quando não posso ir, vai meu marido (padrasto) ou o pai dele (filho).** Não sei se poderia participar de outro jeito porque a escola nunca passou nenhuma outra possibilidade. Em casa determino tempo e local pra ele fazer a tarefa. Quando chega da escola ele lancha, toma banho e depois vai para a mesa da cozinha fazer a tarefa enquanto eu faço janta. Ele gosta de falar muito sobre a escola. Se não fala a gente pergunta para saber se está tudo bem. (Família 14, grifos nossos).

Destaque para dois trechos dos discursos, para enfatizar tais falas. No primeiro momento, ao declarar que sempre foi boa aluna apesar da não participação da mãe, a participante destaca um ponto relevante na condição de família participante. Nem todas as pessoas são iguais. Os pais terem sido bons alunos não determinam filhos bons alunos. Há exceções de estudantes que, independentes da colaboração da família e de ter ou não bons professores, apresentam bom desempenho.

No segundo momento, chama-se a atenção para a composição dessa família participante. A mãe não vive com o pai da criança e sim com outro homem, nesse caso, o padrasto e todos compartilham a responsabilidade de participação.

Outro ponto relevante nessa fala diz respeito à escola que em momento algum parece ter oferecido outras condições de participação a essa família que não seja a presença em reuniões e comemorações. Talvez por esse motivo muitas declarem que a participação se dá em casa, acompanhando/ajudando nas tarefas escolares e/ou participando das reuniões promovidas pela escola. O art. 12, inciso VII, da LDB deixa evidente que a escola tem como dever: “informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola” (BRASIL, 1996).

Importante dizer que se encontrou entre os participantes apenas uma pessoa que participa da Associação de Pais e Mestres (APM) da escola dos filhos, mas a maioria desconhece os segmentos da escola que necessitam ter como integrantes os pais ou responsáveis.

Ressalta-se que muitos entrevistados, ao serem questionados sobre a forma como participam, imediatamente, se referem às reuniões de pais e mestres. Talvez isso ocorra por a escola tradicionalmente entender como participação da família, a presença nas reuniões.

Geralmente eu pergunto se tem tarefa, se tiver ele escolhe se quer fazer à tardinha ou de manhã antes de ir para a escola. Não pode ir sem fazer a tarefa. Deixo fazer a tarefa sozinho, não fico em cima, mas oriento a me chamar se estiver com dúvidas. Uma vez por semana olho todos os cadernos para ver se está tudo certinho. Aí pego no pé com letra, se tem coisa mal feita. Tenho costume de olhar até as bordinhas do caderno. Se estiver feio o caderno, pego no pé mesmo. (Família 7).

Percebe-se que as famílias estão se esforçando e realizam o acompanhamento da melhor maneira possível. Eventualmente pode não ser a forma mais indicada ou ainda a que agrada a escola, no entanto, concluímos que elas, em suas especificidades, acreditam estar contribuindo significativamente para o bom desempenho escolar de seus filhos.

Eu estou sempre lá na escola, principalmente nas reuniões em que os pais são chamados. Procuro saber como está tanto um quanto o outro. Eles estudam em horários diferentes, então vou de manhã para saber de um e volto à tarde para saber do outro. Vou à escola pra saber sobre o comportamento, se estão no “caderninho amarelo”. Dou prioridade para essas coisas. Se meus filhos estão se comportando mal dentro da sala eu gosto de saber. Se os professores falarem que estão no caderninho amarelo, já sei que é porque não fizeram a tarefa ou teve algum problema na sala. Às vezes eu e meu marido fazemos um revezamento. Vou à reunião da manhã e se à tarde estou no horário de serviço, ele vai e vice-versa. Não vou chegar na minha patroa e pedir pra me liberar de novo. Fazemos isso para não pesar só pra um. Em casa eu pergunto todos os dias como foi na escola, se teve prova, se tem tarefa... Olho os cadernos também. Se tiver trabalho pergunto do que é e para que. Sou meio “xereta” às vezes “(risos)”. (Família 3).

Estou sempre perguntando aos professores como estão meus filhos na escola. Tenho um bom relacionamento com todos. Em casa não tem horário certo para fazer a tarefa. Não acompanho meus filhos fazer a tarefa, é mais entre eles, se tiverem dúvidas eles me perguntam e eu explico. Um passa para o outro porque estão sempre brincando de escolinha. Não sento para acompanhar porque não tenho tempo e acho que não tem necessidade. Participo do jeito que posso. (Família 9).

O acompanhamento das tarefas ou dos trabalhos extraclasses é realizado da maneira como cada família considera mais adequada. Não há uma orientação por parte da escola e muitos não adotam o costume de participarem da execução dessas atividades, como ficou claro em um desses discursos.

Concluiu-se que o contato com a escola é mais frequente por meio do caderno de recados. Algumas famílias consideram esse meio de comunicação insuficiente, pois muitos

alunos não chegam a entregar o bilhete, deixando muitas vezes a família alheia aos acontecimentos.

As visitas à escola acontecem quando esta solicita a presença ou conforme depoimento da maioria, de forma voluntária e se houver necessidade.

A participação nas reuniões escolares, de acordo com as declarações, é frequente e, apenas em alguns casos, declararam que raramente comparecem. Acreditam que, por trabalharem fora, a frequência nas reuniões nem sempre é possível. Não souberam informar se haveria um horário mais conveniente, apenas que não é sempre que encontram disponibilidade para atenderem ao convite da escola.

Em aproximadamente 99% das famílias, a figura feminina é a responsável pelo acompanhamento da vida escolar, ainda que as mulheres, em grande número, trabalhem fora, acumulam tal função. Ressalta-se que o acompanhamento normalmente é realizado enquanto se desempenham alguma outra função doméstica, ou seja, muitas vezes o tempo destinado a verificar ou ajudar nas tarefas escolares é compartilhado com outras obrigações que lhes competem. Raramente observou-se famílias em que a figura masculina tenha mais participação.

Corroboram para ressaltar esses índices, os indicadores do IBGE (2006), que apontam os seguintes dados:

Mesmo com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças nos padrões familiares brasileiros, a responsabilidade no cuidado dos afazeres domésticos ainda era predominantemente feminina em 2005. Entre as mulheres ocupadas 92% declararam cuidar de afazeres domésticos. De 1995 a 2005, foi observado um tímido aumento da participação dos homens no cuidado de afazeres domésticos (cerca de 2 pontos percentuais na população de 10 anos ou mais de idade) e uma variação um pouco menor entre a população ocupada (0,8 p.p.). A análise desses indicadores mostra que ainda está longe uma divisão igualitária de tarefas entre homens e mulheres no ambiente doméstico: em média as mulheres gastavam 25,2 horas semanais nessas atividades contra 9,8 horas dos homens.

3.2.4 O papel da escola e da família na visão dos sujeitos participantes da pesquisa

Concluiu-se que a família sabe bem sua função na vida escolar e, mais, tem consciência da importância de seu papel. Sabe que não basta apenas cobrar resultados, é preciso participar, acompanhar, estabelecer diálogos com a escola e com os filhos.

Na minha opinião o papel da escola é o ensinamento. Educação sim, mas acho que a educação tem que vim de casa principalmente. Não é chegar na escola sem educação e o professor tem que dar jeito. Sou contra as pessoas que falam: “não dão educação na sua escola?” A escola dá educação sim, porque os professores não vão ensinar o que é errado. A escola tem que manter a educação que os pais dão em casa. Acho que pais e professores tem que estar unidos, se acontecer alguma coisa, mesmo que não seja época de reunião, escreve um bilhete e manda para os pais. A escola tem

que procurar os pais e informar sobre o que está acontecendo. Trabalhar unidos. O papel da família é sempre buscar informações sobre o filho na escola, acompanhar as notas e também ver se pode colaborar para melhorar a escola. Por exemplo: o muro está quebrado os pais podem perguntar ao diretor se precisa de ajuda, afinal seu filho estuda naquela escola e se a gente quer segurança, precisa ajudar. (Família 8).

A função da escola é passar para os pais informações sobre tudo o que acontece com a criança durante o período em que ela está na escola, do mínimo ao máximo, sem deixar faltar nada e também a questão da aprendizagem. Não que a escola tem que ensinar para o aluno coisas que ele tem que trazer de casa. Ah! Respeitar as pessoas, por exemplo. A família tem que participar, se unir com a escola. (Família 13).

Eu acho que o papel da família é participar, dialogar com a criança e com a escola, cobrar resultados e acompanhar. Não é só deixar a criança na escola. Se a gente quer bons resultados, tem que participar para poder cobrar. (Família 14).

O papel da família é ajudar em tudo. Eu não tenho todos os estudos terminados, mas acho que ajudar no que a gente sabe. E quando a gente não conseguir ajudar, procurar alguém que sabe. O importante é não deixar as crianças voltar para a escola sem fazer a tarefa e dizer que não fez porque minha mãe ou meu pai não sabiam. Buscar junto com a criança quando tiver dúvida. O papel da escola também é ajudar. A gente encontra muitos professores que gostam daquilo ali que fazem e muitos que estão ali só pelo trabalho, o dinheiro, o financeiro. Então acho que o papel da escola é ter o amor, ajudar. Tendo amor você consegue de longe ver o aluno que não entendeu que tem dúvidas e com amor explicar de novo, não deixar o aluno sair da escola sem aprender. (Família 7).

“Educar é papel da família. Não é papel da escola, ensinar como tratar as pessoas. Ensinar o respeito e a educação é em casa. A família deve participar da vida do filho na escola, saber como está se desenvolvendo, o que está acontecendo, o que está faltando”. (Família 11).

O papel da família é orientar, participar, incentivar. Os adolescentes gostam mais de fazer outras coisas do que estudar. É preciso cobrar, estar presente e mostrar que estudar é importante. (Família 5).

Esses trechos denotam insegurança dos participantes em estabelecerem o papel da escola, porém, quanto ao papel da família, demonstram estarem cientes do que lhes compete nessa parceria. Importante destacar a fala do participante da família 7 ao dizer que muitos professores estão na escola somente pelo dinheiro. Conversando informalmente com essa pessoa, ela destacou que observa isso pela forma como alguns professores tratam os alunos e até mesmo os pais, quando estes vão até a escola voluntária ou involuntariamente para conversar.

3.2.5 Os fatores que interferem na participação

Grande parte das famílias optou por declarar que sempre participaram da vida escolar dos estudantes e aproximadamente 5% destas declararam que participavam mais e hoje participam menos ou, ainda, que participavam menos e hoje são mais atuantes.

Os horários atrapalham a participação. A escola deveria marcar uma reunião geral em horário que fosse possível a participação de todos os pais. Se eu tenho dois filhos

e estudam um de manhã e outro à tarde, tenho que ir a duas reuniões. Parece que a escola não analisa a realidade dos pais. (Família 3).

No meu caso, o que me atrapalha realmente é a falta de tempo, seu eu tivesse mais tempo, com certeza teria o maior prazer de estar mais presente e participar das atividades que a escola propõe. (Família 10).

Todos precisam trabalhar, mas acompanhar a vida escolar é importante. Não podemos deixar nossos filhos sem acompanhamento, até porque eles podem pensar que não gostamos deles. Muitos pais dizem não participar porque não tem tempo. Acredito que o mais importante é fazer do pouco tempo que temos, tempo com qualidade. Às vezes os pais passam tanto tempo chamando a atenção, brigando, isso não resolve. Penso que seria mais interessante acompanhar, dialogar e ajudar no processo. (Família 15).

De acordo com os dados coletados, a falta de tempo é o principal fator a dificultar uma participação mais efetiva da família, seguida de famílias que não a julgam importante ou não veem necessidade de participar, já que os estudantes apresentam bom desempenho. Entretanto, sabe-se que o tempo é relativo a cada participante e que ele não deve ser considerado fator único, mas que, associado a outros fatores, pode sim comprometer a participação.

Sempre que vou à escola sou bem recebida, mas acho que a escola deveria explicar melhor as coisas. Por exemplo: minha filha não teve reforço. Fiquei me perguntando o que teria acontecido se era pelo problema de saúde dela, porque ela tem os mesmos direitos que os outros alunos. Alguém poderia ter me orientado melhor porque às vezes eu entendo bem o que a escola explica outras não. Acho que teriam que explicar melhor quando eu pergunto. Só isso. (Família 1).

Às vezes acontece alguma coisa no começo do ano e só fico sabendo no final do bimestre. Uma coisa que poderia ser resolvida no mesmo dia acaba passando despercebido. Já aconteceu de chegar à escola pra deixar meu filho e não ter aula. (Família 14).

As falas dos participantes apresentam queixas relacionadas a uma comunicação mais eficaz entre escola e família. A demora em passar informações, a falta de contato por telefone nos casos urgentes, a dificuldade em explicar o que a família questiona causam insatisfação.

Sempre que posso eu vou à escola saber como meu filho está se desenvolvendo, mas moro longe e trabalho o dia todo. Por isso, nem sempre é possível estar presente. Chego do trabalho muito cansada e sempre ao final da tarde. Como a escola fica longe, para chegar antes de fecharem eu teria que sair do meu serviço mais cedo e não dá pra ficar saindo, a não ser em casos de urgência. Em casa estou sempre orientando meu filho a se comportar bem e aproveitar as aulas. Quando posso vou à escola, converso com os professores ou com a coordenação e fico informada. Se demorar em ir à escola, ligo e peço informações para saber como está o desempenho dele. Quem me atende sempre é a coordenadora, aí ela me diz se tem alguma anotação na ficha dele. (Família 9).

Trabalho o dia inteiro. Quando chego em casa no final da tarde pergunto se tem tarefa se já fizeram. Se ainda não fizeram eu oriento a fazer e se tiverem dúvidas eu ajudo. Se tiver trabalho de pesquisa, vamos para o computador, mas se for outros tipos de trabalhos vão para a mesa da cozinha e eles fazem. Nem sempre consigo

acompanhar porque o dia todo trabalhando dificulta um pouco. Às vezes tem tarefa que precisa de mais tempo e nesse caso eles se viram e só me pedem para olhar quando chego. Acompanho mais, olhando os cadernos, porque através dos cadernos já tenho noção de como estão na escola, se estão fazendo as atividades ou apenas brincando. (Família 11).

Nesses trechos, fatores como a distância e a necessidade de trabalhar fora aparecem como condicionantes à participação. Entretanto, de uma forma ou de outra, não deixam de acompanhar a vida escolar. Cada qual da sua maneira busca conciliar trabalho, distância, entre outros fatores, com o acompanhamento do desempenho na escola. Embora a cidade de Naviraí, MS, não apresente grandes proporções geográficas, os alunos que estudam na Rede Estadual de Ensino estão enfrentando dificuldades relacionadas à distância da escola. Consequentemente, o responsável da família em acompanhar a vida escolar se depara constantemente com a impossibilidade de conciliar as distâncias. Assim, muitos acompanham por meio dos cadernos, observando se há recados dos professores e a organização das atividades realizadas.

Muitos são os casos, também, dos alunos que residem na zona rural e que, por meio do transporte escolar, frequentam as escolas da cidade. As poucas famílias com as quais mantivemos contato alegam que não participam mais da vida escolar por estarem longe da escola e por inviabilidade em conseguir transporte para marcarem presença nas reuniões. Esses alunos se encontram distribuídos em diversas escolas pela cidade, dificilmente a comunicação entre as escolas e essas famílias é realizada com sucesso.

As famílias demonstram insatisfação com o modo de como a escola organiza as atividades em que a família é convidada. “As reuniões são sempre muito demoradas e tenho que ficar ouvindo coisas que eu já sei como funcionam”. (família10). Nessa fala, percebe-se que falta objetividade por parte da escola, que insiste em fazer reuniões tradicionais e nada dinâmicas.

Há ainda famílias que acreditam que a escola dificulta a participação. Elas afirmam que não se sentem bem-acolhidas na escola. Declararam que o acesso a pessoas, como diretores, coordenadores e professores, é muito remoto. A falta de acolhimento também se faz presente na parte administrativa. Houve reclamações de que nem sempre são bem-atendidas quando comparecem à escola ou ligam em busca de informações. Em alguns casos, as famílias elogiaram a receptividade da escola e complementaram dizendo que gostam de participar porque são bem-recepcionados por todos na escola.

Outro fator que foi citado pelas famílias é a falta de escolaridade e recursos para a realização das tarefas.

A escola sempre manda tarefas, mas às vezes são difíceis de entender, porque tenho pouco estudo. Se eu tivesse um pouco mais de estudo poderia entender tudo o que os professores passam. (Família 8).

Outro dia a professora mandou fazer uma pesquisa na internet. Meu filho me deixou quase louca porque o computador estava sem internet. Mande ele voltar com a folha e explicar para a professora porque não tinha feito e que se fosse preciso eu iria na escola. Porque não fazem a pesquisa na escola se lá tem sala de informática? Um professor tem que saber que não são todos que tem internet. A gente vê tanta coisa acontecendo que não dá para deixar uma criança ir sozinha na lan house. Acho que não podem exigir que na idade do meu filho as coisas sejam na internet porque nem todos tem internet em casa. (Família 2).

A falta de compreensão associada à falta de recursos para a realização de algumas tarefas parece atrapalhar a participação. Acredita-se que a escola deveria mandar tarefas mais objetivas e com atividades complementares aos conteúdos de sala de aula. O que se observa é que não há planejamento para as tarefas, falta orientação para a execução delas, dificilmente o professor dá uma devolutiva ao aluno e o pior é que, na maioria das vezes, são atividades que deveriam ter sido feitas em sala e que, por falta de tempo, são destinadas como tarefa.

Dias (1986, p. 9) destaca que a lição de casa é a oportunidade de a escolar entrar no lar do estudante, ou seja, é uma forma de se oportunizar entrosamento entre pais e filhos. A Revista Nova Escola (2013) traz uma reportagem sobre as etapas da lição de casa, salientando:

Tudo o que é realizado em sala de aula requer planejamento - e com a lição de casa não poderia ser diferente. O segredo é propor atividades com objetivos claros e articulados ao conteúdo visto em sala. Ao mesmo tempo, esse trabalho não deve ser uma mera repetição do que o aluno fez na escola [...].

A falta de diálogo entre família e escola e, ainda, entre os membros da própria família também foi citada como fator que dificulta o acompanhamento e a participação.

Acho que quando os filhos são pequenos é mais fácil para os pais acompanharem. Eles dependem da gente pra muitas coisas e assim podemos estar a par do que acontece na escola. A maior dificuldade que encontro em participar é que meu filho é adolescente. Sabe como é né? Fase difícil, não entende quando eu chamo a atenção dele ou faço perguntas. Acha que eu sou chata, que fico pegando no pé dele por qualquer coisa. Ele não aceita que o que falo ou faço é para o bem dele. (Família 7).

Importante ressaltar que a relação entre os membros da família é bastante estreita, não há abertura por parte dos filhos em aceitar que os pais devem orientar. Muitas transformações incorreram em mudanças no perfil da família, tornando-a com perfil multinuclear, matriarcal e instável (SANTOS, R., 2009). De acordo com o autor, “o tempo/espço de interação direta entre pais e filhos (diálogo, refeições e atividades sociais conjuntas) está quase desaparecendo” (SANTOS, R., 2009, p. 165).

A maioria dos sujeitos que declararam ter uma participação mais efetiva são famílias cujos estudantes estão cursando as séries iniciais do Ensino Fundamental. Estes julgam a participação muito importante, pois acreditam que, quando estão iniciando a vida escolar, a presença da família é fundamental.

Em alguns casos, encontrou-se famílias que declaram participar mais hoje do que antes, principalmente nos casos em que os estudantes são adolescentes e acreditam dar mais trabalho. Nessas situações, as queixa são porque os adolescentes estão sempre envolvidos com atividades que normalmente não estão ligadas aos trabalhos ou tarefas escolares.

No entanto, foi possível encontrar famílias que acreditam que, ao crescerem, os filhos não necessitam mais de acompanhamento, podem se virar sozinhos. São famílias que não desenvolvem o hábito de acompanhar diariamente a vida escolar. Acreditam que os filhos são capazes de estudarem com autonomia, sem que seja necessário estar o tempo todo lhes cobrando.

De acordo com os entrevistados, a escola deveria ter uma organização diferente para favorecer a participação das famílias.

Acredito que poderia ter mais ações escolares em conjunto com os pais, avós e até tios. Que houvesse mais reuniões para apresentação das atividades escolares desenvolvidas pelos professores, diretores, coordenadores. Que o aluno pudesse mostrar aos pais seu desenvolvimento diante da classe e dos professores. As escolas também poderiam enviar mais bilhetes com questionamentos perguntando aos pais como anda o desenvolvimento dos filhos em casa também. (Família 10).

Não há muitas reuniões de pais na escola. Eu procuro mais a escola do que vice-versa. Só entram em contato em situações de indisciplina e resultados ruins, quando deveriam chamar os pais para mostrar coisas boas. Não que devem deixar de comunicar os problemas, mas é muito chato ir à escola e ficar ouvindo só reclamações. (Família 5).

É preciso estreitar os laços dessa relação por meio de diálogos esclarecedores. Não basta trocar críticas não construtivas; é importante uma participação na qual a família possa intervir, formulando suas opiniões e efetuando ações que lhe façam perceber sua importância dentro da escola.

A relação família e escola parece ser algo frágil. Indiretamente, a família critica a atuação da escola nessa relação. Há casos em que a família acredita que a escola até dificulta uma relação pautada na comunicação clara e transparente. A maioria das famílias entrevistadas espera mais da escola. Quer informações mais precisas, que não deixem pairar dúvidas.

Há casos em que as famílias acreditam que não participam mais porque se acomodaram com algumas situações.

Às vezes fico pensando se como mãe deveria sugerir algumas coisas à escola para que os pais participassem mais. Mas depois penso que não, pois podem achar que quero me intrometer no trabalho deles. Minha filha é boa aluna, nunca me deu trabalho por isso e sinto que me acomodei porque a escola não me chama. Acho que deveria ir mais à escola e apontar o que me deixa insatisfeita. (Família 5).

Algumas famílias acreditam que o acompanhamento só é importante se o estudante apresenta problemas com indisciplina ou aprendizagem. Nesses casos, a escola manda comunicados para que os pais compareçam à instituição. Se o estudante tem bom desempenho e a escola não reclama, não há por que se preocupar.

Entende-se que a participação da família na vida escolar pode contribuir e muito para o bom desempenho, desde que seja uma participação saudável, com compromisso, baseada no diálogo.

Dessa forma, conclui-se que as famílias, conscientes de que a participação contribui para o bom desempenho escolar dos estudantes, identificam fatores que desfavorecem essa participação. Mesmo assim, demonstram uma percepção da necessidade de participarem mais, acompanhando a vida escolar, certas de que não é nada fácil desempenhar os papéis sociais que competem à família, em uma sociedade em constante transformação.

Os relatos aqui apresentados são contribuições para futuras discussões relacionadas à relação família e escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias participantes da pesquisa são aqui representadas por um adulto responsável (nesse caso, por mães) e apresentam diferentes formas de organização. As características das mesmas variam entre famílias chefiadas por mulheres, com duas, três pessoas ou numerosas, outras do tipo tradicional nuclear e ainda a família estendida, em que seu núcleo se encontra acrescido de agregados tais como filhos de relacionamentos anteriores, avós, tios.

Em poucos casos foram encontradas famílias em que um dos adultos não tivesse atividade remunerada. As mulheres são as que mais acumulam responsabilidades, principalmente em relação ao acompanhamento escolar. Assim, não é difícil entender o porquê de termos obtido apenas relatos femininos. Entretanto, já há casos em que os homens compartilham de tal responsabilidade, mas se negaram a participar.

Muitas famílias possuem escolaridade e apenas um dos participantes está cursando agora o ensino fundamental, por não ter tido oportunidade quando criança. Um bom número de participantes reside em casa própria e apresentam disponibilidade de participação na vida escolar, quer seja nas reuniões escolares ou através do acompanhamento das atividades escolares em casa.

Mensurando as perspectivas apresentadas pelas famílias no que se refere à relação família-escola e à participação destas na vida escolar, encontraram-se indicações de que a escolarização é vista como colaboradora de acesso ao mercado de trabalho ou meio de conquistas para realizações pessoais. Acredita-se que somente por meio da escola se obtém requisitos para a inserção no mercado de trabalho, assim, esperam que a escola ofereça ensino de qualidade para melhor qualificar os estudantes.

Fica evidente que as famílias se preocupam com fatores como segurança, qualidade, destacando que muitas destas se empenham em acompanhar os filhos para que estes tenham bom desempenho escolar. Embora o fator tempo tenha aparecido em diversos momentos nas

entrevistas, percebemos que cada família procura se organizar de forma a atender as solicitações da escola e realizam o acompanhamento de diversas maneiras, mas sempre o adequando ao seu contexto.

É perceptível o envolvimento das famílias na vida escolar, fator que se evidencia no discurso e relatos das ações diárias. Ainda que insatisfatória para a escola a forma como as famílias desempenham seu papel social, é possível identificar que estas estão ativamente participando na vida escolar dos filhos, quer seja comparecendo às reuniões escolares ou em casa acompanhando-a por meio dos cadernos.

As famílias se mostraram ressentidas com o acolhimento que a escola lhes destina. Nas falas deixam claro que muitas vezes evitam ir às escolas por não serem bem recepcionadas ou ainda, por a escola não atender satisfatoriamente aos questionamentos realizados, como o esclarecimento de eventuais dúvidas. Alegam ainda que a gestão escolar não é transparente e aberta à sugestões. Apontam conhecimento em relação ao funcionamento da escola e declaram insatisfação com acontecimentos como rotatividade de professores, metodologia inadequada na execução de algumas atividades, falta de respeito às especificidades de alguns alunos e necessidade de se estabelecer algumas regras.

Revelaram estar cientes de suas responsabilidades para o bom desempenho escolar dos filhos e reconhecem que contribuir com a escola na educação dos mesmos é importante. Ações como verificar cadernos, comparecer às reuniões de pais, auxiliar nas tarefas escolares, cobrar resultados, buscar informações na escola, foram mencionadas pelos participantes, o que indica que estes destinam importância à participação da família na vida escolar e se empenham em estabelecer bom relacionamento entre família-escola.

Algumas considerações se fazem necessárias relacionadas às observações realizadas. Os depoimentos nem sempre foram claros e coesos, havendo uma dicotomia nos discursos. Muitas famílias parecem ter incorporado um discurso que pertence à escola e assim, demonstraram incertezas em seus depoimentos.

Os estudos para a realização desta pesquisa possibilitaram observar que há certa resistência da família em estabelecer papéis que competem a si e à escola. Parece haver certa confusão em distinguir esses papéis. A escola espera da família coisas que esta muitas vezes não pode oferecer, seja por falta de tempo, conhecimento ou ainda por ignorar que algumas ações são de sua responsabilidade. A família, por sua vez, tende a esperar que a escola solucione problemas que dificultam a boa relação familiar. Vê na escola a possibilidade de mudança de vida.

Importante ressaltar que não há uma regra para estabelecimento de horários e locais para a realização das tarefas. Essa organização fica mais a critério do próprio estudante, exceto em um caso ou outro. A maioria das mães entrevistadas disse conversar com os filhos sobre a escola, indagando o que aconteceu durante o período de aula e se houve algum problema com colegas e professores. Essa é a forma que acham mais fácil de manterem informadas sobre a vida escolar, além, é claro, do acompanhamento pelo caderno.

As maneiras de intervir quando surgem as dúvidas relacionadas às metodologias utilizadas por professores, normalmente acontece por meio de bilhetes, já que ausentar-se do trabalho nem sempre é possível. Quando não solucionado o problema, aproveitam a reunião de pais ou a folga do trabalho para buscarem respostas.

Acreditam que deixar de participar ou não acompanhar a vida escolar pode trazer graves consequências ao bom desempenho dos estudantes. Ressalta-se que as famílias fazem esse acompanhamento de diferentes formas e nem sempre são consideradas ideais pela escola. Por esse motivo, ressaltamos que o fator participação pode representar diferentes modos de pensar e agir.

O que considerar como ideal de participação? Ao organizar-se para acompanhar as tarefas escolares a família não está participando? A maioria dos docentes e gestores considera que a família que participa é aquela que se faz presente na escola, quer seja em reuniões ou espontaneamente em horários não combinados para se inteirar do desenvolvimento escolar dos filhos. Entretanto, embora a família por motivos de ordem social muitas vezes não se faça presente fisicamente na escola, ficou evidente nos discursos dela que a participação acontece conforme suas possibilidades, ou seja, a participação não pode estar condicionada ao deslocamento da família até a escola.

Analisando os depoimentos, percebe-se que, em relação à quantidade, há certa dificuldade em expressar uma opinião exata, principalmente se considerarmos que as famílias participam à medida que julgam necessário participar e acreditam ser suficiente o acompanhamento que estão realizando. Se não comparecem às reuniões, fazem o acompanhamento em casa. Como dizer, então, que não estão participando?

No que tange à qualidade dessa participação, não há intenção em fazer um julgamento para não incorrer a erros desnecessários. Acredita-se que cada família, em suas especificidades, tem procurado fazer uma participação de qualidade na vida escolar dos filhos. Qualidade esta que está suscetível à análise do ponto de vista de quem observa a participação.

Questionadas sobre os motivos dessa condição, alegam que precisam trabalhar e sobra pouco tempo para irem à escola e aquelas que atualmente são mais participativas, o fazem por

perceberem que a participação é muito importante para melhorar o desempenho escolar dos filhos. Entretanto, o fator tempo aparece como motivo determinante em alguns casos. Embora saibamos que o tempo é muito relativo em algumas situações, algumas famílias se pautam na falta de tempo para justificar a participação pouco efetiva na vida escolar.

A insatisfação com a escola parece ser um dos fatores que comprometem a participação. Ao se demonstrarem insatisfeitas, as famílias indiretamente justificam o desinteresse em participarem mais ativamente das atividades oferecidas pela escola, aliado ao fato de que muitas acreditam não verem resultados nas reuniões organizadas pela escola, principalmente em relação aos horários.

Ressalta-se, que muitas famílias declararam não participar mais pela distância em que se encontra a escola. As escolas estaduais inovaram no sistema de matrícula, que há algum tempo é *online*. Entretanto, existe uma insatisfação muito grande das famílias com esse novo sistema, pois já não podem escolher a escola em que seus filhos vão estudar e frequentemente de serem encaminhados para escolas geograficamente distantes do bairro onde residem. As famílias criticam o sistema por não lhes concederem o direito de optarem pela escola que consideram melhor.

Não há intenção em achar culpados pelo sucesso ou insucesso nessa relação, pelo contrário, objetiva-se contribuir para que família e escola tenham uma relação menos tumultuada e que esta favoreça o processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa possibilitou compreender que as famílias, embora tenham participado menos do que gostariam, estão se esforçando para que os poucos momentos de participação façam diferença na vida dos filhos. A escola critica a pouca participação, talvez porque dê prioridade à quantidade, enquanto que as famílias estão buscando desempenhar suas funções priorizando a qualidade, seja ela para o bem-estar da vida em família ou para o sucesso no trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Orgs.). **O sentido da escola**. Petrópolis, RJ: DP&A, 2008.

AZEVEDO, F. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. Tomo III: **A transmissão da cultura**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Obras culturais e disposição culta. In: BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: Edusp/Zouk, 2003. p. 69-111.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 70-79.

_____. **Escritos de educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato; BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo educacional 2009**. Brasília: MEC; INEP, 2010a.

_____. Ministério da Educação. **Plano nacional de educação**. Brasília: MEC, 2010b.

_____. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília: CONANDA/CNAS/ SEDH/MDS, 2006.

_____. **Constituição (1988)**. República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais e ética. Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 25. v. 8.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 15 maio 2011.

BRYM, Robert et al. **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo: família e sistema de parentesco. São Paulo: Thomson Learning, 2006. Cap. 5, p. 109.

CAMPANINI, G. Realtà e problemi della famiglia contemporanea: compendio di sociologia della famiglia. In: PETRINI, João Carlos; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **Família na contemporaneidade**: uma análise conceitual. Milano: San Paolo, 1989. p. 24 e ss.

CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Analúcia. **Na vida dez, na escola zero**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CARVALHO, M. E. P. de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 110, p. 144-155. 2000.

COHN, G. (Org.). **Weber**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2004. (Grandes Cientistas Sociais, 13).

DIAS, T. Lição de casa: pais e filhos descobrem juntos a alegria de aprender. Família Cristã, São Paulo, v. 52, n. 604, p. 8-11, abr. 1986. In: RODRIGUES, Rose Mary Guimarães. Tarefa de casa: um dos determinantes do rendimento escolar. **Educação e Filosofia**, jul./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/.../854/767>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Educação**. 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=educação>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

DUARTE, Luis Fernando Dias. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara. (Orgs.). **Famílias em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FREIRE, Paulo. Algumas reflexões em torno da utopia. In: FREIRE, Ana Maria Araújo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001. In: DIALOGANDO COM PAULO FREIRE E VYGOTSKY SOBRE EDUCAÇÃO. p. 8. MARQUES, Luciana Pacheco; MARQUES, Carlos Alberto. GT: Educação Fundamental, n. 13. Agência Financiadora: CNPq.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GALLO, Silvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Orgs.). **O sentido da escola**. Petrópolis, RJ: DP&A, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Trad. Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 396.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Thompson, 2005.

_____. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Thompson Learning, 2003.p.83.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 17 set. 2010b.

_____. Sala de Imprensa. **IBGE detecta mudanças na família brasileira**. 20 dez. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estudos e pesquisas informação demográfica e socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 27, 2010c.

INOUE, Ana Amélia; MIGLIORI, Regina de Fátima; D'AMBROSIO, Ubiratan. **Temas transversais e educação em valores humanos**. São Paulo: Petrópolis, 1999.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Marx**: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MONDIN, Elza Maria Canhetti. **A família contemporânea**: desafios e perspectivas teórico-práticas. São Paulo: Arte & Ciência, 2011.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 12.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. População e família brasileira: ontem e hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., Caxambu, 2006. Caxambu, MG: ABEP, 18 a 22 set. 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo. **Família & Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, José Lamartine Correa de; MUNIZ, Francisco José Ferreira Muniz. **Curso de direito de família**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2002. p. 13.

PANSANI, Clóvis. **Pequeno dicionário de sociologia**. Campinas, SP. Autores Associados, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PETRINI, João Carlos; ALCÂNTARA, Miriã A. Ramos de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **Família na contemporaneidade: uma análise conceitual**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.humanaaventura.com.br/arquivos/file/Fam%C3%83%C2%ADlia_na_contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2011.

REVISTA BRASILEIROS. **IBGE**: Brasil registra taxa de divórcios recorde. 17 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/2012/12/17/ibge-brasil-registra-taxa-de-divorcios-recorde/>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

REVISTA NOVA ESCOLA. Gestão Escolar. **Lição de casa: quatro etapas fundamentais**. Reportagem de Elisângela Fernandes. Colaboração de Fernanda Salla. 2013. p. 1, disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/hora-estudar-sozinho-ver-aprendeu-636176.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociedade, educação e desencantamento. In: _____. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Sociologia da educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, Maria de Lourdes. **TV legislativa: TV Câmara de Ribeirão Preto e accountability**. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2008.

SANTOS, Reinaldo. O papel da família e da escola no processo contemporâneo de socialização primário: uma reflexão sociológica sobre representações e expectativas institucionais. In: GOETTERT, Jones Dari; SARAT, Magda (Orgs.). **Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. Dourados, MS. UFGD, 2009. 272 p.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 10. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. In: SCHAFRANSKI, Márcia Derbli. **A educação e as transformações da sociedade**. 2005a. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/550/549>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980. In: CARDOSO, Maria Angélica. LARA, Ângela Mara de Barros. **Sobre as funções sociais da escola**. Curitiba: PUCPR/EDUCERE, 2009.

_____. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, n. 4, jan./dez. 2005b.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SILVA, Luana Babuska Chrapak da. A paternidade socioafetiva e a obrigação alimentar . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 364, 6 jul. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5321>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

VILELA, Rita Amélia. Max Weber (1864-1920): entender o homem e desvelar o sentido da ação social. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel (Org.). **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001. p. 90.

WEBER, Max. Burocracia. In: _____. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WIKIPÉDIA. **Educação**. 2013a. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. **Instituição**. 2013b. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Institui%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SZYMANZKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Líber Livro, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário geral.**1 Questionário de pesquisa geral**

Meu nome é Geiliane, sou pesquisadora do Mestrado em Educação da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) e solicito sua colaboração no preenchimento deste questionário. O mesmo é parte do Projeto de Pesquisa intitulado A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESEMPENHO DE ESTUDANTES DE 11 A 14 ANOS E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA SOCIAL, CULTURAL E ESCOLAR, a título de elaboração da dissertação do Mestrado em Educação da UFGD. Seu principal objetivo é analisar como se dá a participação da família na vida escolar e sua influência no desempenho dos filhos, para com isso buscar estratégias que contribuam com possíveis mudanças. As informações serão utilizadas na pesquisa e não haverá identificação individual daqueles que responderem a esse questionário.

1- Qual a renda média mensal familiar em salários mínimos:

() até 1 () 2 a 3 () 4 a 5 () 6 a 8 () 9 ou mais

Bairro em que reside: _____

2- Como considera a participação dos adultos da família na vida escolar das crianças, adolescentes e jovens?

- () não tem na família, criança, adolescente ou jovem que estuda
- () não participa
- () participa muito pouco
- () participa razoavelmente
- () participa muito
- () participa quase sempre

3- Como considera o desempenho/rendimento escolar das crianças, adolescentes e jovens da família?

- () todos apresentam desempenho insatisfatório
- () parte apresenta desempenho insatisfatório e parte desempenho mediano
- () parte apresenta desempenho insatisfatório e parte bom desempenho
- () todos apresentam desempenho mediano
- () parte apresenta desempenho mediano e parte bom desempenho
- () todos apresentam bom desempenho

Complete com as informações sobre as pessoas da família

Pessoa	Idade	Sexo	Escolaridade	Profissão	Trabalha fora
1 -			() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Faculdade		() Sim () Não
2 -			() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Faculdade		() Sim () Não
3 -			() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Faculdade		() Sim () Não
4 -			() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Faculdade		() Sim () Não
5 -			() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Faculdade		() Sim () Não
6 -			() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Faculdade		() Sim () Não
7 -			() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Faculdade		() Sim () Não
8 -			() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Faculdade		() Sim () Não

Pessoa	Estuda	Série	Escola	Turno
1 -	() Sim () Não	() 1-5 ano () 6-9 ano () EM () Univ.	() Pública () Particular	() M () T () N
2 -	() Sim () Não	() 1-5 ano () 6-9 ano () EM () Univ.	() Pública () Particular	() M () T () N
3 -	() Sim () Não	() 1-5 ano () 6-9 ano () EM () Univ.	() Pública () Particular	() M () T () N
4 -	() Sim () Não	() 1-5 ano () 6-9 ano () EM () Univ.	() Pública () Particular	() M () T () N
5 -	() Sim () Não	() 1-5 ano () 6-9 ano () EM () Univ.	() Pública () Particular	() M () T () N
6 -	() Sim () Não	() 1-5 ano () 6-9 ano () EM () Univ.	() Pública () Particular	() M () T () N
7 -	() Sim () Não	() 1-5 ano () 6-9 ano () EM () Univ.	() Pública () Particular	() M () T () N
8 -	() Sim () Não	() 1-5 ano () 6-9 ano () EM () Univ.	() Pública () Particular	() M () T () N

APÊNDICE B – Questionário intermediário.**2 Questionário de pesquisa intermediário**

Esse questionário é continuação da Pesquisa intitulada: “A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESEMPENHO DE ESTUDANTES E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA SOCIAL, CULTURAL E ESCOLAR”, da qual você participou respondendo ao questionário geral. Agora, alguns participantes da etapa anterior foram selecionados para darem continuidade à pesquisa. Lembrando que, os dados serão utilizados apenas na pesquisa e trabalhos resultantes da mesma, e seu nome será mantido em sigilo.

Solicito por gentileza, que responda as questões com sinceridade, pois os dados coletados serão de suma importância para o sucesso desta pesquisa.

1- Escolha a opção que retrata a participação da família na vida escolar da(s) criança(s).

- ☐ Nunca participou e atualmente não participa
- ☐ Participava mais e hoje participa menos
- ☐ Participava menos e hoje participa mais
- ☐ Participava antes e hoje não participa
- ☐ Não participava antes e hoje participa
- ☐ Sempre participou.

2- Marque o principal adulto responsável por acompanhar a vida escolar do (s) estudante(s) na família.

- | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| ☐ pai | ☐ mãe | ☐ avô | ☐ avó | ☐ tio |
| ☐ tia | ☐ padrasto | ☐ madrasta | ☐ irmão (ã) | ☐ outro |

3- Como a família participa da vida escolar dos estudantes da casa?

- ☐ Em casa, acompanhando/ajudando nas tarefas escolares.
- ☐ Comunicando-se com a escola e professores por meio de recados
- ☐ Comparecendo às reuniões escolares.
- ☐ Participando da APM ou Conselho Escolar.

Outros _____

4- Com que frequência a família acompanha/ajuda nas tarefas escolares dos estudantes

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Pouco
- ☐ Bastante
- ☐ Quase sempre

5- Com que frequência a família mantém contato com a escola por telefone, e-mail, caderno de recados?

- ☐ Quase nunca
- ☐ De vez em quando
- ☐ Somente quando solicitado
- ☐ Bastante

6- Com que frequência a família visita a escola?

- ☐ Quase nunca
- ☐ Somente quando chamando
- ☐ Sempre que necessário e de forma voluntária

7- Em relação à participação da família nas reuniões escolares:

- ☐ Nunca vai
- ☐ Vai raramente (de vez em quando)
- ☐ Vai à maioria
- ☐ Vai a todas

8- Marque os motivos/razões que levam a família a não participar com mais frequência?

- ☐ Não tem tempo
- ☐ Não vê necessidade
- ☐ Não acha importante
- ☐ Acha que não é papel da família
- ☐ Não vê resultados
- ☐ Não se sente bem participando
- ☐ Não está preparado para participar

() Não é acolhido satisfatoriamente na escola

Outros _____

9- Quais os fatores que você considera que favoreceriam/permitiriam que a família participasse da vida escolar dos estudantes?

APÊNDICE C – Questionário específico.**3 Questionário de pesquisa específico**

1- Quais são as principais dificuldades encontradas em estabelecer uma relação entre a família e a escola?

2- Quanto e como a família é importante ao desempenho escolar dos estudantes?

3- Como considera a participação da sua família com a escola do(s) estudante(s)? Justifique.

4- Descreva como a família auxilia nas atividades escolares.

5- Em quais situações a família é chamada na escola? É possível comparecer sempre?

6- Como seria a relação ideal entre família e escola?

APÊNDICE D - Roteiro elaborado de entrevista.

- 1- Qual a importância dos estudos na vida de uma pessoa?
- 2- Quais foram os critérios adotados pela família para escolha da escola?
- 3- A família conhece os professores, diretor e coordenadores da escola?
- 4- Qual a opinião da família sobre a escola?
- 5- Como avalia o trabalho pedagógico da escola?
- 6- Já houve algum problema pedagógico que a família necessitou intervir? Qual foi a solução?
- 7- Quando surgem dúvidas sobre a metodologia adotada pela escola, o que a família faz?
- 8- Como a família participa da escola?
- 9- Qual pessoa da família é responsável por acompanhar as atividades escolares? Por quê?
- 10- Como é feito o acompanhamento da vida escolar?
- 11- A família estabelece tempo para estudo e horário para realização das lições?
- 12- Quando o estudante tem trabalhos a fazer, qual é a organização da família?
- 13- A família conversa com o estudante sobre a escola?
- 14- Família e escola têm seus papéis na sociedade. Qual é o papel da escola na vida escolar e na relação com a família?
- 15- Qual é o papel da família na vida escolar e na relação com a escola?
- 16- O que seria possível dizer sobre a relação da família com a escola?
- 17- Quando a família vai à escola, como é recebida?
- 18- A família acredita que a escola está desempenhando bem o seu papel?
- 19- Enquanto família, quais as dificuldades encontradas para desempenhar o papel social que lhes compete?
- 20- As formas que a escola utiliza para informar a família sobre o desempenho escolar do estudante são satisfatórias?
- 21- O que a escola poderia fazer para que a família participasse mais?
- 22- Se a família deixar de participar da vida escolar, o que pode acontecer?

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento.**5. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado (a) **A INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES DE 11 A 14 ANOS** desenvolvida (o) por **GEILIANE APARECIDA SALLES TEIXEIRA** a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário pelos telefones (67) 9958-0765/ 9288-0598 ou e-mail geilianesalles@yahoo.com.br e orientada pelo Prof. Dr. **REINALDO DOS SANTOS**.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é **Identificar as limitações e potencialidades da participação da família na vida escolar dos filhos**.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Minha colaboração será de forma anônima, por meio de questionários, entrevistas semiestruturadas, acompanhamento periódico, etc. a serem desenvolvidos a partir da assinatura desta autorização.

O acesso e a análise dos dados coletados far-se-ão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Naviraí - MS, ____ de _____ de 2012.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Assinatura do (a) testemunha: _____

APÊNDICE F – Dados de entrevistas com as famílias.³

Família 1: Entrevista realizada em 10/12/2012, com duração de 47min14seg. Marido (47 anos) e esposa (43 anos) legalmente casados em primeira união com um filho (11anos) de ambos.

Família 2: Entrevista realizada em 12/12/2012, com duração de 35min08seg. Marido (38 anos) e esposa (32 anos) em união estável; são três filhos dessa união (15,13 e 10 anos de idade); além do casal e dos filhos a avó materna (62 anos) e o irmão da esposa (22 anos), residem com a família.

Família 3: Entrevista realizada em 8/1/2013, com duração de 52min 12seg. Marido (45 anos) e esposa (38 anos) em primeira união estável; um casal de filhos (14 e 11anos).

Família 4: Entrevista realizada em 21/1/2013, com duração de 38min 01seg. Marido (32 anos) e esposa (29 anos). A mulher em segundo casamento; um filho (11 anos) do primeiro casamento e três do atual (8, 6 e 3 anos).

Família 5: Entrevista realizada em 22/1/2013, com duração de 45min 22seg. Mulher (35 anos) divorciada; uma filha (15 anos) adolescente do primeiro casamento.

Família 6: Entrevista realizada em 25/1/2013, com duração de 40min 52seg. Marido (60 anos) e mulher (52 anos) ambos em segundo casamento; os dois viúvos com filhos do casamento anterior; a filha (9 anos) da mulher reside com o casal, e é fruto de um relacionamento entre o primeiro e o segundo casamento.

Família 7: Entrevista realizada em 28/1/2013, com duração de 28min 19seg. Mulher (37 anos) nunca casou; tem um filho (10 anos) de um relacionamento anterior.

³Além desses dados principais das entrevistas com as famílias nas páginas 72 a 75 é possível encontrar dados mais completos sobre as mesmas.

Família 8: Entrevista realizada em 29/1/2013, com duração de 38min 27seg. Marido (34 anos) em primeiro casamento, mulher (36 anos) em segundo casamento; mulher com filhos (16 anos) primeiro casamento (13 e 10 anos de idade) do atual.

Família 9: Entrevista realizada em 30/1/2013, com duração de 44min 30seg. Marido (29 anos) e esposa (31 anos) ambos em primeiro casamento; dois filhos da união (11 e 9 anos).

Família 10: Entrevista realizada em 30/1/2013, com duração de 39min 18seg. Marido (36 anos) e esposa (31anos) em primeira união estável; dois filhos da união (11 e 5 anos de idade).

Família 11: Entrevista realizada em 2/2/2013, com duração de 57min 10seg. Mulher (37 anos) não é casada; três filhos (22, 14 e 12 anos de idade), de pais diferentes com os quais a mãe não foi casada; residem junto com a avó (63 anos).

Família 12: Entrevista realizada em 3/2/2013, com duração de 24min 09seg. Mulher divorciada (37 anos); um filho (12 anos).

Família 13: Entrevista realizada em 5/2/2013, com duração de 36min 23seg. Mulher (34 anos) separada; tem cinco filhos (15, 13, 9, 6 e 2 anos de idade), de cinco pais e relacionamentos diferentes.

Família 14: Entrevista realizada em 10/2/2013, com duração de 39min 07seg. Marido (33 anos) e mulher (28 anos) em primeira união; mulher tem um filho (9 anos) de um relacionamento anterior e está grávida do relacionamento atual.

Família 15: Entrevista realizada em 11/2/2013, com duração de 20min 43seg. Mulher (40 anos) divorciada; filho (14 anos) do casamento.